

Universidade Federal do Espírito Santo
Centro de Ciências Humanas e Naturais
Departamento de Línguas e Letras
PPGL – Mestrado em Letras

JEFFERSON DIÓRIO DO ROZÁRIO

LEITURAS DA ORFANDADE

Família, declínio do pai e ausência de lei. Uma abordagem do universo ficcional de Rubem Fonseca.

VITÓRIA

2009

JEFFERSON DIÓRIO DO ROZÁRIO

LEITURAS DA ORFANDE

Família, declínio do pai e ausência de lei. Uma abordagem do universo ficcional de Rubem Fonseca.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado em Letras, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientador: Alexandre Jairo Marinho Moraes

VITÓRIA

2009

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
(Centro de Documentação do Programa de Pós-Graduação em Letras,
da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Rozário, Jefferson Diório do, 1979-

R8931 Leituras da orfandade. Família, declínio do pai e ausência de lei: Uma abordagem do universo ficcional de Rubem Fonseca / Jefferson Diório do Rozário, 2009.

125 f.

Orientador: Alexandre Jairo Marinho Moraes.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Fonseca, Rubem, 1925- – Crítica e interpretação. 2. Literatura e sociedade. 3. Literatura brasileira – Aspectos sociais. 4. Família. 5. Psicanálise e literatura. I. Moraes, Alexandre Jairo Marinho. II. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 82

JEFFERSON DIÓRIO DO ROZÁRIO

LEITURAS DA ORFANDEDE

Família, declínio do pai e ausência de lei. Uma abordagem do universo ficcional de Rubem Fonseca.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado em Letras, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção do grau de Mestre em Letras.

Dissertação aprovada em: 30 de outubro de 2009

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Jairo Marinho Moraes
Orientador

Profa. Dra. Olga Maria Machado Carlos de Souza Soubboutnik
Titular

Profa. Dra. Ana Augusta Wanderley R. de Miranda
Titular

Prof. Dr. Lino Machado
Suplente

Para Jussara A. Coelho Diório

A meu pai

Agradecimentos

Alexandre Jairo Marinho Moraes

Victor Martins do Amparo

Deneval Siqueira de Azevedo Filho

Natalina dos Santos Barros.

RESUMO

Observamos na contemporaneidade que a família assume formas diferentes às que possuía quando foi formulada, no século XVIII. Caracterizada por inúmeras transformações, já não possui uma estrutura tão fixa. A partir das narrativas de *Henri, A força humana, Feliz ano novo e O cobrador*, de Rubem Fonseca; não deixando de visitar outros trabalhos do escritor, discutiremos e examinaremos as configurações da família contemporânea. Neste sentido, analisaremos as representações da relação do sujeito com as novas estruturas familiares, o declínio da imago paterna e as consequências que essas transformações trazem à subjetividade, bem como as formas pelas quais tais relações são encenadas literariamente pelo escritor brasileiro.

ABSTRACT

In the present time it is observed that the family assumes forms different from those it had when formulated as a system in the century XVIII. Characterized by innumerable changes, family does not possess a fixed structure in present days. Specially we study the narratives of *Henri*, *A força humana*, *Feliz ano novo* and *O cobrador*, of Rubem Fonseca, although visiting other works of the writher, we will argue and examine the configurations of the present family. In this direction, we analyze the representations of the citizen relation with the new familiar structures, the decline of paternal imago and the consequences that these transformations bring to the subjectivity, as well as the forms by which such relations are staged literarily by the brazilian writer.

SUMÁRIO

1.	Introdução	10
PRIMEIRA PARTE		
	Família: qual família?	17
2.	Nascimento e transformações da família	18
3.	Freud, sociedade e família	31
4.	Considerações lacanianas: O pai em evidência	45
4.1.	O pai em declínio	61
SEGUNDA PARTE		
	A orfandade na ficção de Rubem Fonseca	71
5.	Percursos errantes: exercício de crítica literária	72
6.	Sujeitos órfãos e violentos: <i>O Cobrador e Feliz ano novo</i>	84
7.	Angústias da orfandade: <i>A força humana e Henri</i>	104
8.	Conclusão	118
9.	Bibliografia	120

1. INTRODUÇÃO

“(…) o que nos impulsiona a ponto de nos forçar a escrever é o desejo impossível de escrever sobre o desejo impossível”

Tânia Chulam, *Escritos sobre os escritos de Lacan*.

Nos textos de Rubem Fonseca encontramos uma clara encenação literária das transformações vivenciadas pela família e pela sociedade. Submersa em um novo contexto, completamente adverso à situação em que foi configurada, no século XVIII¹, a família nuclear burguesa não apresenta hoje os mesmos modelos. Diversas mudanças ocorreram de modo a não encontrarmos padrões tão precisamente estabelecidos.

Um exemplo desse declínio familiar está no conto “*Botando pra quebrar*”². A família sugerida nessa narrativa nada tem a ver com o modelo estipulado pelos padrões familiares da burguesia. O narrador-personagem não convive com pai, mãe ou irmãos. Também não possui filhos, ou seja, não desempenha qualquer um dos papéis específicos da família. Vive, segundo ele, “(…) nas costas de Mariazinha, que era costureira e defendia uma grana curta que mal dava para ela e a filha”³.

A falta paterna caracteriza essa família. O protagonista, pelo convívio conjugal com Mariazinha, teria a incumbência de exercer o papel de pai, mas não consegue,

“(…) a Mariazinha me diz que quer ter uma conversa séria comigo, que a garotinha precisava de um pai e que eu ficava sem aparecer em casa, e a vida estava ruim e difícil, e que ela me pedia permissão para procurar outro homem, um trabalhador que ajudasse ela”⁴.

É necessário ressaltar que o narrador busca emprego, mas, por ser ex-presidiário, encontra muita resistência dos empregadores. Por isso, desempregado, não é capaz de dar a assistência financeira de que uma família necessita. Fica impedido de exercer as funções específicas de um “chefe da casa”.

1 DELEUZE, Gilles. “Prefácio – A ascensão do social”. In: DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Trad. M.T. da Costa Albuquerque. Revisão Técnica de J. A. Guilhon Albuquerque. 2ªed. Rio de Janeiro: Edições Gracal, 1986, pp. 01, 02.

2 FONSECA, Rubem. “Botando pra quebrar”. In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

3 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 392.

4 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 392.

Neste conto encontramos dados que, claramente, se relacionam com o declínio da família. No modelo burguês, o pai é o responsável pelo sustento familiar. À mãe cabem as funções de cuidados com a saúde e educação. Aos filhos resta a submissão à arbitrariedade paterna. O fato de Mariazinha ser mãe solteira e trabalhar para sustentar a filha aponta a orfandade paterna. Diante dessa falta, a mãe acumula funções: educar, zelar pela saúde, sustentar financeiramente.

Para suprir essa lacuna paternal, a personagem busca um homem que possa exercer a funcionalidade paterna. O narrador não consegue cumprir tal papel por causa de seu passado, “(...) e Mariazinha disse, pois é, com o seu passado você nunca vai arranjar um emprego, tendo andado tanto tempo preso”⁵; o que leva a personagem a continuar sua procura, “(...) foi logo dizendo que havia encontrado um homem, sujeito decente e trabalhador, carpinteiro da loja de um judeu na rua do Catete, e que queria casar com ela”⁶.

Este, ao contrário do narrador, apresenta os predicativos necessários – decente e trabalhador – a um chefe de família. A busca de Mariazinha denuncia a presença de exigências para que se exerça um papel familiar. Quando há alguma falta podemos ter a inversão de papéis – no conto, a mãe, por não ter marido, acumula o papel paterno – ou a tentativa de inserção de alguém gabaritado para exercê-lo. O enquadramento exige uma postura. Quem não a possui, acaba por achar-se impossibilitado da participação, logo, alheio à convivência familiar.

Isso revela uma das principais exigências da família: a renúncia ao que não esteja conforme seus padrões, os quais são estabelecidos em concordância às exigências sociais. Logo, percebemos na família um instrumento de regulamentação do sujeito. Cabe a ela a obrigação de inseri-lo no conjunto de regras que mantêm a vida em sociedade.

5 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 393.

6 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 393.

A orfandade ⁷ no conto ocorre, ainda, com o narrador órfão. Quando é despejado por Mariazinha fica à deriva, entregue à própria sorte. Em nenhum instante ele comenta a possibilidade de conviver com a mãe ou com o pai. Mesmo sem ter para onde ir, o protagonista não cogita a ideia de pedir abrigo à família, o que seria obviamente inviável, dada a orfandade do personagem. Assim, sozinho, resta-lhe a angústia, “Senti um vazio por dentro” ⁸.

A orfandade familiar, aliada ao desamparo social gera no narrador um desejo de retaliar sua desdita. Os infortúnios são vários: cinco anos de prisão, desempregado, sustentado e posteriormente despejado por Mariazinha, humilhado por um bandido que lhe convida para participar de uma ação ilegal; humilhado pelo patrão, o dono da boate. Esses fatores delimitam o quadro social e psicológico em que se encontra o protagonista.

Como desfecho o narrador-personagem trama uma confusão generalizada na boate em que estava trabalhando de segurança, “Aí foi aquela cagada, o pau quebrou que parecia um trovão” ⁹; ação impulsionada pelo que havia acumulado de sofrimento, “(...) eu estava cansado de ser sacaneado, e ali na minha frente estava aquele pagode chinês, cheio de lustres e espelhos, para ser quebrado, e eu ia deixar passar a chance?” ¹⁰.

O protagonista é delineado pelo abandono. Sem família, sobre a qual não há qualquer menção; abandonado pela mulher que o sustentava, com extrema dificuldade para conseguir emprego, taxado pelos cinco anos de prisão, humilhado pelo novo emprego, o narrador se vê menosprezado, “Mas aqueles caras para ter toda aquela grana tinham que estar passando alguém para trás, vai ver era aqui o otário fodido, às suas ordens, obrigado” ¹¹.

Percebe-se a pregnância da família, na qual o personagem tenta enquadrar-se, contudo, ele não o consegue, já que o modelo idealizado dificilmente tem sido uma constante. A família se transformou e mesmo que o modelo nuclear burguês ainda influencie os

7 Usaremos o termo orfandade como quebra das funções da tradicional família nuclear burguesa. Não pensamos a palavra apenas com o sentido de condição de órfão, mas como situação em que a correspondência com o modelo tradicionalmente instituído para a família inexistente.

8 FONSECA, Rubem. “Botando pra quebrar”. In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 393.

9 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 395.

10 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 395.

11 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 394.

conceitos de família, gerando, inclusive, uma grande angústia, sustentá-lo, em muitos casos torna-se uma tarefa árdua.

O quadro esboçado pela orfandade do personagem, assim como a de muitos outros nas obras de Rubem Fonseca nos permite pensar a família. Sua origem, sua função, importância, atual formatação, entre outros.

O surgimento da família ocorre a partir de um estado burguês, baseado em acumulação, poupança e investimento. Ela surge como espécie de regulamentação da vivência tanto da burguesia quanto do proletariado. É transferida para a família a obrigação de cuidar com zelo dos filhos, de educá-los, de inseri-los de forma adequada na sociedade.

Contudo, a importância da família não está centrada apenas em questões econômicas. Na verdade, a existência social e a manutenção da vida comunitária têm sido pautadas na família. A sociedade busca manter os interesses coletivos, em contrapartida aos interesses narcísicos individuais. Nessa inversão ao coletivo, a família cumpre papel primordial¹².

Compreender as exigências da vida social é de suma importância para que se perceba o papel da família na formação do sujeito. Há, na sociedade, um movimento duplo, caracterizado pelo ideal de proteção dos homens contra a natureza e de ajuste dos relacionamentos mútuos¹³. Pela regulamentação das relações entre os indivíduos elimina-se a possibilidade de se viver certa arbitrariedade em que o homem fisicamente mais forte possa decidir segundo seus próprios interesses e impulsos instintivos. O social é pautado na condição de que uma lei, criada em prol da vida comunitária, não seja violada pela força do indivíduo. Assim, todos os indivíduos contribuem com o sacrifício de seus instintos¹⁴.

Como sabemos, no entanto, a privação do individual em prol do social não acontece de forma tão simples, nem é extremamente garantida. Várias são as complicações que envolvem a formação da comunidade. A vida em relacionamentos mútuos, justamente

12 SORIA, Ana Carolina Soliva. "Adomo: Mínima moralia. O passado preservado no presente.". In: *Revista Mente, Cérebro & Filosofia*. Diretor Geral Alfredo Nastari. São Paulo: Duetto Editorial, 2008, vol.7, p. 45.

13 FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad. José Octávio Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1998, p. 105.

14 FREUD, Sigmund. Op. Cit., pp. 115, 116.

por exigir um esforço e uma privação exacerbada do indivíduo, apresenta inúmeros problemas para sua manutenção.

Para uma maior garantia da vida em comunidade, a família entra em cena como uma forma de governo dos indivíduos. É através dela que se instaura a organização do sujeito numa situação reconhecida socialmente. Dizemos, portanto, que pela família são instauradas a ordem e a lei necessárias à organização social.

Surge-nos então uma importante questão: Como ocorre psicologicamente a introjeção dessa lei? Para responder a esse questionamento, devemos discutir acerca do conceito de Pai e do complexo de Édipo. A partir da compreensão dos meandros do complexo de Édipo e das funções da imago paterna, é possível chegar a um melhor entendimento da formação superegoica e da introjeção da lei, processos, segundo Freud, necessários para que seja dominado no indivíduo o perigoso desejo de agressão ¹⁵, aspecto de risco à manutenção da socialização.

Esse domínio dá-se principalmente pelo sentimento de culpa, tão caro à civilização; por intermédio dele, o superego julga as ações e intenções do indivíduo, mantendo-o sob censura ¹⁶. Para Freud, o sentimento de culpa configura-se como a representação do mal-estar que assola a vida em comunidade. O preço pago pela vida social é, na teoria freudiana, o da “(...) perda da felicidade pela insatisfação do sentimento de culpa” ¹⁷. Ora, enquanto a sociedade não adotar outro modelo que não seja o de vida em família, o complexo de Édipo, ou seja, os complexos vividos em família direcionarão toda a manutenção da vida em comunidade.

Diante de tal fato, constatamos que todo remanejamento ou alteração na estrutura familiar acarretará como consequência imediata alterações na subjetividade humana. É justamente no interior da família que modificações profundas são instauradas na forma de vida da sociedade. É por essa razão que a família configura-se como sendo, concomitantemente, “(...) rainha e prisioneira do social” ¹⁸.

15 FREUD, Sigmund. Op. Cit., p.14.

16 FREUD, Sigmund. Op. Cit., p.160.

17 FREUD, Sigmund. Op. Cit., p. 158.

18 DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Trad. M.T. da Costa Albuquerque. Revisão Técnica de J. A. Guilhon Albuquerque. 2ªed. Rio de Janeiro; Edições Gracal, 1986, p. 13.

O capitalismo contemporâneo não apresenta mais as mesmas exigências do modelo econômico do século XVIII, quando a família burguesa foi configurada. Por isso, novas estruturas familiares, antes impensáveis, hoje existem. Aliás, nas palavras de Noêmia Crespo, existe mesmo certo repúdio à estruturação tradicional da família por parte das imposições capitalistas, “A família é um verdadeiro enclave hierárquico, quase uma aberração no contexto de uma sociedade individualista”¹⁹.

A recente (des)estruturação familiar acaba gerando complicações em todo o processo de desenvolvimento psíquico do indivíduo. E se esse processo tem como pivô a imagem paterna - por razão normativa e não por ordem natural²⁰ - a partir da qual se dá início a formação superegoica e a inserção do indivíduo no plano do simbólico, no plano da lei, temos, por consequência, alterações profundas no que diz respeito à imagem do pai, as quais se configuram como um declínio da imago paterna.

Pela produção Literária de Rubem Fonseca, acreditamos ser possível estudar essa desestruturação familiar, o declínio da imago paterna e a consequente ausência de lei. Sendo assim, esse trabalho pesquisa a orfandade característica de personagens fonsequianos. A partir dessa leitura, nos é possível perceber algumas formas com que a literatura de Rubem Fonseca encena ficcionalmente a falta familiar característica da contemporaneidade e as marcas que essa falta estabelece na subjetividade do sujeito contemporâneo. Para a realização dessa empreitada, este trabalho divide-se em duas partes. Nelas, buscamos estabelecer algumas teorias que abordam questões relacionadas à família para viabilizarmos uma relação entre tais teorias e a literatura fonsequiana.

Na primeira parte do trabalho, delimitamos alguns dos aspectos históricos, sociológicos e psicanalíticos que envolvem a família. Tendo a narrativa de Rubem Fonseca como fio condutor, iniciamos por delimitar o surgimento da família burguesa, com destaque para questões sociais que levaram à sua formatação. Em seguida, buscamos compreender certas questões psíquicas que envolvem o sujeito moderno no interior da família. A partir dessa compreensão, perseguimos mais de perto o fenômeno do declínio da imago paterna: como ocorre e quais consequências psíquicas e sociais ele desencadeia.

19 CRESPO, Noêmia Santos. *Modernidade e declínio do pai: uma abordagem psicanalítica*. Vitória: Edufes, 2003, p. 264.

20 LACAN, Jacques. *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, Coleção Debates. 1978, p., 96.

Na segunda parte, começamos com uma abordagem a aspectos relacionados à crítica literária. Subsidiados em críticos que focam o estudo da literatura e suas manifestações, buscamos evidenciar alguns aspectos relativos a possíveis estruturas da construção literária de Rubem Fonseca.

Em seguida, temos a leitura de quatro contos do autor: *Henri, A força humana, Feliz ano novo* e *O cobrador*²¹. O estudo dessas narrativas se volta à abordagem da orfandade presente nos contos: Por que os protagonistas não têm família, o que o declínio familiar e paterno desencadeia nos sujeitos ficcionais do autor.

Por esse caminho, acreditamos que nos seja possível compreender um pouco mais dessa falta familiar que está em muitos personagens de Rubem Fonseca. Procurar entender as razões pelas quais a família está em declínio, por que não há família nos textos de Rubem Fonseca, onde estão o pai e a lei é uma busca que se caracteriza como nossa pretensa leitura da orfandade.

²¹ FONSECA, Rubem. *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PRIMEIRA PARTE
FAMÍLIA: QUAL FAMÍLIA?

“Dostoiévski, pela boca de Aliosha Karamazov, diz que as memórias preservadas desde a infância e que carregamos durante nossa vida são talvez a nossa melhor educação”

Rubem Fonseca, *Buffo e Spallanzani*.

“Qualquer um, a todo instante e em todos os níveis é negociável, pois o que nos dá a apreensão um pouco séria da estrutura social é a troca”

Lacan, *O Seminário. Livro 1*.

2. NASCIMENTO E TRANSFORMAÇÕES DA FAMÍLIA

“‘doutor, o senhor tem que me ajudar, não tenho ninguém no mundo’ (...) ‘Só tenho o senhor no mundo, não faça isso de novo comigo.’”

Rubem Fonseca, *O outro*.

Há um elemento bastante presente na produção literária de Rubem Fonseca: a orfandade. Esse tema verifica-se como uma característica comum a uma vasta quantidade de personagens do escritor. Sujeitos órfãos, transitando pela urbe, ora angustiados, ora violentos, compõem o cenário da literatura fonssequiana.

Ao observarmos de forma mais detalhada o modo como esses personagens são encenados, suas falas e ações, surge-nos a possibilidade de relacionar as tramas por eles representadas com essa falta familiar.

Nos quatro contos que analisamos na segunda parte deste trabalho, a orfandade se faz presente, apresentando-se como um elemento de extrema importância na narrativa. Em nenhum desses contos, assim como em muitos outros do autor, encontramos o tradicional modelo da família nuclear burguesa: pai, mãe e filhos, convivendo sob o mesmo teto, com os papéis a serem cumpridos previamente estabelecidos.

Em *Henri* o protagonista não tem qualquer companhia, como esposa e filhos. Também não se fazem presentes a mãe e o pai. Até aí, dificilmente poderíamos relacionar a atitude do personagem, um matador em série, com qualquer falta familiar. No entanto, a narrativa nos deixa bem clara a presença de certa angústia devida ao suicídio do pai de Henri. Nesse dado temos a possibilidade de realizar uma leitura mais detalhada dessa orfandade.

No conto *A força humana* o narrador encerra a narrativa lamentando a ausência paterna. Novamente se configura a angústia pela orfandade, “Eu fui rezando lá por dentro e

imaginando coisas, se tivesse pai ia beijar ele no rosto, e na mão tomando benção, e seria seu amigo, e seríamos ambos pessoas diferentes”¹.

Quanto à estrutura familiar do narrador-personagem, ela não existe. O que ocorre é uma tentativa de se construir uma família “substituta”, uma transformação familiar, se consideramos o tradicional modelo da família nuclear burguesa como parâmetro. Entre o narrador e o personagem João, por exemplo, percebemos claramente uma relação de pai e filho.

Além do personagem João, encontramos dona Maria, que desejava, nas próprias palavras do narrador, cuidar dele como se fosse sua mãe, “Fui para o quarto, o quarto que eu alugara de dona Maria, a velha portuguesa que tinha catarata no olho e queria me tratar como se fosse um filho”².

Em *Feliz ano novo*, a orfandade também é um artefato presente. Os protagonistas do conto; o narrador-personagem, Pereba e Zequinha comemoram juntos o réveillon com o que foi por eles roubado de uma festa grã-fina. Desde o encontro entre eles até o assalto a trama transcorre sem qualquer menção à família desses personagens: esposas, filhos, pai, mãe.

O mesmo acontece em *O Cobrador*. O narrador-personagem não faz qualquer alusão à sua família, a não ser dona Clotilde, a dona do sobrado onde o Cobrador reside. O personagem cuida dessa senhora, passa escovão na sala, aplica-lhe injeção; uma relação típica de mãe e filho, quando aquela, idosa e doente é cuidada por este.

Nesses dois últimos contos, *Feliz ano novo* e *O Cobrador*, a orfandade relaciona-se diretamente com a violência dos personagens. Sujeitos órfãos e sem lei. Matam, estupram, cometem inúmeras atrocidades e violências. Essa falta de lei, de certa forma, está relacionada às ausências familiar e paterna, como vemos mais detalhadamente em análise específica dos referidos contos.

1 FONSECA, Rubem. “A força humana”. In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 99.

2 FONSECA, Rubem.. Op. Cit., p. 92.

Todas as narrativas citadas são compostas pela falta familiar. Encontramos modelos de convivência que nada têm a ver com a tradicional família nuclear burguesa. Apesar de se simular em alguns casos uma família transformada – dona do sobrado, dona do quarto como mãe; patrão como pai – os contos não apresentam nada que seja padronizado como a família o era.

Dizemos que era porque a família burguesa se transformou. Sabemos que mudanças desse tipo ocorrem de forma bastante lenta. Além disso, o modelo antes padronizado, se não exerce influência, ao menos gera angústia sobre o indivíduo, que em muitos casos acaba sofrendo por não se achar enquadrado em um molde familiar que, por muito tempo, perdurou como padrão.

Entretanto, não há como negar a mudança. A estrutura familiar composta de papéis pré-definidos, estabelecidos de forma detidamente padronizada – mãe responsável pela educação dos filhos, pai responsável pelo sustento e inserção da ordem, filhos submissos à arbitrariedade paterna – diluiu-se em diversas outras estruturas. Por essa razão, podemos falar de nascimento e transformação da família.

O conceito de família encontra-se estritamente relacionado ao de social, o qual, nas palavras de Deleuze, é uma formação recente e de importância crescente, formação dada a partir dos séculos XVIII e XIX ³. Assim, é justamente o conceito de família nuclear burguesa, surgido no século XVIII, com o qual trabalhamos.

Entender o processo de criação da instituição familiar – período em que foi elaborada e as razões que levaram a isso – bem como os processos de transformação que ela vivenciou e ainda vivencia nos é útil para melhor compreendermos o papel social que desempenha. Dessa forma, podemos compreender o que a falta familiar ⁴ engendra na vida do indivíduo e na formação social. Com esse caminho percorrido, temos a possibilidade de propor uma linha de abordagem da literatura fonsequiana, relacionando a atitude de seus personagens à orfandade.

³ DELEUZE, Gilles. "Prefácio – A ascensão do social". In: DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Trad. M.T. da Costa Albuquerque. Revisão Técnica de J. A. Guilhon Albuquerque. 2ªed. Rio de Janeiro; Edições Gracal, 1986, pp. 01,02.

⁴ Orfandade.

A partir dos séculos XVIII e XIX, quando o conceito de social passa a solidificar-se, a família ganha novos moldes. Essa formação acontece mais precisamente em meados do século XVIII, quando se acentuam as discussões em torno da conservação da criança. Os costumes educativos vigentes na época passam a ser reformulados, “(...) todos colocam em questão os costumes educativos de seu século”⁵.

Nessa abordagem, dois aspectos questionados merecem destaque: em relação aos pobres, observou-se uma economia pública defeituosa, em que se acentuava o abandono dos filhos, que eram criados em hospícios de menores abandonados. Essa prática, além de gerar altos custos para o Estado, era caracterizada pelo elevado índice de mortalidade. Por isso, muitas crianças morriam sem voltar à sociedade, não chegavam, portanto, a serem úteis ao Estado, o que acentuava ainda mais o prejuízo econômico Estatal.⁶

Em relação aos ricos, o destaque ocorreu acerca de uma higiene privada defeituosa, em que se acentuava a criação dos filhos burgueses por serviçais⁷. A educação, nesse período, é dada basicamente por meio de nutrizes. Esse método também é caracterizado pelo alto índice de mortalidade infantil. Além disso, havia outro agravante, a educação era defeituosa, pois, de certa forma, as escravas obrigatoriamente amamentavam e educavam aqueles que seriam seus futuros carrascos.⁸

Diante desse quadro, surge a necessidade de se alcançar a reorganização dos comportamentos educativos. Isso é possível através da instauração de tarefas educativas, as quais definirão e delimitarão os papéis a serem desempenhados pela família.

Assim, as duas grandes questões que envolvem a criação dos filhos de família pobre pelo Estado e dos filhos burgueses pelas amas-de-leite podem ser solucionadas. Ao lançar para a família a obrigação de cuidar dos filhos, com papéis e ações a serem desempenhadas pré-definidas, torna-se possível aos filhos da burguesia serem retirados

5 DONZELOT, Jacques.. *A polícia das famílias*. Trad. M.T. da Costa Albuquerque. Revisão Técnica de J. A. Guilhon Albuquerque. 2ªed. Rio de Janeiro; Edições Gracal, 1986, p. 15.

6 DONZELOT, Jacques. Op. Cit., p. 16.

7 DONZELOT, Jacques. Op. Cit., p.03.

8 DONZELOT, Jacques. Op. Cit., pp.17,18,19.

da influência negativa dos escravos e aos filhos dos pobres serem reproduzidos e criados sem altos custos para o Estado e, afinal, servirem como trabalhadores.

Encontramos na família um instrumento de regulamentação da vivência tanto da burguesia quanto do proletariado. É passada para ela a obrigação de cuidar com zelo dos filhos, de educá-los, de inseri-los de forma adequada na sociedade. Ambas as famílias, burguesa e popular ⁹, terão a responsabilidade de cuidar dos filhos. Essa atribuição acaba por ser extremamente útil ao Estado, que passa a gastar bem menos com os filhos dos pobres, e à burguesia, que faz perpetuar os conceitos de economia e investimento. Assim, devemos concordar com Jacques Donzelot quando ele conclui que o surgimento da família está estreitamente relacionado a conceitos próprios da burguesia. Segundo o teórico, ela surge a partir de um pensamento burguês – acumulação, poupança e investimento – e, a seguir, estende-se ao proletariado. ¹⁰

No processo de regulamentação familiar, ganha destaque o trabalho realizado pela medicina. Através das orientações medicinais, a mulher é elevada ao status de mãe, torna-se, assim, a principal responsável pelos cuidados e pela educação dos filhos. Digamos que a mulher ganhou uma nova funcionalidade. Preocupada com o alto nível de mortalidade infantil, a medicina prepara a mulher para cuidar de seus filhos, garantindo-lhes maior qualidade de vida. Com isso, o Estado consegue, ainda, amenizar o “desperdício de forças vivas”, uma vez que a mulher passa a ser enquadrada em uma funcionalidade pré-estabelecida socialmente.

Essa intervenção medicinal na família é um fenômeno típico da medicina moderna. Esta se caracteriza como dotada de poder autoritário com função normativa. Por isso, sua ação ultrapassa a exigência da doença e a demanda do doente ¹¹.

Em seu trabalho *O contexto social da psicanálise*, Sérvulo A. Figueira, citando Castel, fala de uma demanda social, a qual, gerada pela sociedade ¹², delimita a ação da

⁹ O termo popular é utilizado por Donzelot, para referir-se à família proletária. A diferença entre as famílias burguesa e popular (ou proletária) paira apenas no âmbito econômico, já que o conceito, os padrões estabelecidos são comuns a ambas. Decerto o fator econômico indica alguma diferenciação entre elas. No entanto, não estamos pensando em vários modelos ou padrões, mas sim num só. O conceito de família pensado nesse período, entre os séculos XVIII e XIX abrangerá essas duas camadas sociais, independente de possíveis peculiaridades que possam ocorrer.

¹⁰ DONZELOT, Jacques.. *A polícia das famílias*. Trad. M.T. da Costa Albuquerque. Revisão Técnica de J. A. Guilhon Albuquerque. 2ªed. Rio de Janeiro; Edições Gracal, 1986 p.11.

¹¹ FIGUEIRA, Sérvulo Augusto. *O contexto social da psicanálise*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981, p. 228.

medicina. A partir de necessidades sociais, a medicina age autoritária e normativamente. Um mecanismo de controle e dominação que pode ser especificamente gerado, entre outras razões, por crises das instituições ¹³.

É justamente esse fenômeno que percebemos pela intervenção da medicina na família. Uma demanda social – higiene domiciliar defeituosa e alto índice de mortalidade infantil – leva o médico para dentro do seio familiar. Nesse caso, a ação medicinal se ocupa não da demanda do doente, mas passa a abranger um sistema de relações que são inerentes a “necessidades” sociais. ¹⁴ Ação conjunta da medicina com o Estado.

Este, por sua vez, adota uma postura que visará toda ela a um ajuste, através do qual são previamente estabelecidos os papéis a serem desempenhados pelos membros da família. Assim, o Estado viabiliza a solução de algo que muito preocupava, a necessidade de enquadramento do indivíduo.

Consequentemente, a família ganha outra espécie de preocupação, contra a qual tem que lutar arduamente, “O que perturba as famílias são os filhos adulterinos, os menores rebeldes, enfim, tudo o que possa prejudicar a honra familiar, sua reputação e sua posição.” ¹⁵ O medo da desonra passa a assombrar as instituições familiares. Um nome – paterno – a zelar, fator que agirá de regulamentação do indivíduo.

Ora, em se tratando dos personagens de Rubem Fonseca, percebemos justamente que à maioria deles falta uma necessidade de honra, não há obrigação imposta por um nome a honrar. A família, preocupada com a desonra, passa a policiar as atitudes de seus membros. Mas, se não há família, não há o que ou quem desonrar. Por essa razão, muitos personagens fonséquianos agem deliberadamente, não estão inseridos na economia social – e também corporal ¹⁶ - pressuposta pela convivência familiar.

12 FIGUEIRA, Sérvulo Augusto. Op. Cit., p. 15.

13 FIGUEIRA, Sérvulo Augusto. Op. Cit., p. 16.

14 FIGUEIRA, Sérvulo Augusto. Op. Cit., p. 228.

15 DONZELOT, Jacques.. *A polícia das famílias*. Trad. M.T. da Costa Albuquerque. Revisão Técnica de J. A. Guilhon Albuquerque. 2ªed. Rio de Janeiro; Edições Gracal, 1986,p. 29.

16 DONZELOT, Jacques. Op. Cit., p. 18.

No conto *Guiomar (Ela e outras mulheres)*¹⁷, encontramos um exemplo típico dessa necessidade de manutenção da honra familiar. O narrador-personagem já inicia o conto comentando os ensinamentos paternos, “Meu pai sempre dizia, quando for escolher uma mulher, escolha uma que saiba lavar, passar e cozinhar. Ele tinha oitenta anos, era muito sabido.”¹⁸ Essa orientação, a necessidade de honrar os ensinamentos paternos, permeia todo o conto. É um fator que se encontra presente e marcante nos relacionamentos conjugais descritos pelo narrador, “Se a roupa tivesse sido mal lavada, e a comida estivesse uma merda, a vadia levava logo um pé na bunda”¹⁹.

Ainda que opte por agir em contradição aos ensinamentos paternos, a necessidade de manutenção da honra permanece. Ao relacionar-se com Guiomar, que não sabia lavar nem cozinhar, o protagonista começa a fazer todas essas atividades, “Guiomar mudou para minha casa. Aprendi a cozinhar e a lavar. Guiomar entra às nove horas no supermercado e eu, que sou porteiro da noite, fico em casa, lavo a roupa e ponho para secar num varal na laje, cozinho e deixo o jantar pronto”²⁰.

Mas essa ruptura com o mandamento familiar, apesar de acontecer, não ocorre de maneira tão tranquila. Mesmo depois de assumida a postura contrária ao que lhe foi ensinado, o narrador se questiona sobre sua escolha. O fato ocorre sem o conhecimento do pai e a narrativa não apresenta uma possível resolução do embate. Apenas deixa explícita a preocupação do protagonista, o qual, ao final do conto, se questiona: “Meu pai não sabe nada disso. Se souber, ele me mata. Ontem o velho disse, qualquer domingo desses vou almoçar na sua casa com a minha dona. Puta merda, como vou sair dessa? Não quero matar o velho de desgosto”²¹.

Esse conto literalmente representa a funcionalidade familiar: o pai delimitando o comportamento do filho, exigindo que os ensinamentos familiares sejam seguidos à risca, “Se souber, ele me mata”; e o filho dividido entre a satisfação de um desejo pessoal e a necessidade de manutenção da honra familiar.

17 FONSECA, Rubem. “Guiomar”. In: FONSECA, Rubem. *Ela e outras mulheres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.

18 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 49.

19 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p.50.

20 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 52.

21 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 52.

Apesar desse exemplo, a narrativa fonsequiana encontra-se fortemente marcada por personagens que não têm a quem honrar, os quais rejeitam as estruturas de formação social existentes. O conto *Guiomar* não contradiz nossa proposta de trabalho, apenas ilustra a força exercida pela família sobre o indivíduo. Esse dado nos confirma o fato de que a ausência familiar contribui para uma maior desterritorialização do indivíduo diante das exigências sociais e familiares.

Através de mandos e cuidados, a família burguesa passa a proteger seus filhos contra a má influência das serviçais, enquanto que a proletária protege seus filhos da rua e dos perigos que nela se apresentam. A família configura-se como o principal instrumento de regulamentação do indivíduo. Por intermédio dela se viabiliza a imposição da organização social desejada. Ela “(...) organiza os indivíduos em torno da posse de uma situação (...) outorgada e reconhecida pelos setores sociais mais amplos”²².

É justamente a família o mecanismo que permite a introjeção da submissão à autoridade, que ocorre inicialmente pela autoridade paterna. No seio familiar o indivíduo é instaurado no sistema de recalque das pulsões que possam ser perigosas à ordem estabelecida²³. Nela o sujeito é formado para a convivência em sociedade. A inserção social do sujeito é processada pela ação dessa instituição.

Por essa razão, Donzelot a caracteriza como “(...) a menor organização política possível”²⁴. Por ela passam todas as obrigações, honras, favores e desfavores que compõem o sistema de organização social. Ora, se os sujeitos em Rubem Fonseca não possuem família, conseqüentemente ficam alheios a todas essas obrigações e preocupações que a perpassam.

Em *Vastas emoções e pensamentos imperfeitos*, o narrador-personagem, num diálogo com um taxista, discute sobre uma cena mostrada pela televisão. Para o taxista, uma cena absurda, para o narrador, não tanto quanto outras:

22 DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Trad. M.T. da Costa Albuquerque. Revisão Técnica de J. A. Guilhon Albuquerque. 2ªed. Rio de Janeiro: Edições Gracal, 1986, p. 19.

23 RODRIGUEZ, José Rodrigo. “Erich Fromm. Psiquismo e revolução”. . In: *Revista Mente, Cérebro & Filosofia*. Diretor Geral Alfredo Nastari. São Paulo: Duetto Editorial, 2008, vol.7, p. 54.

24 DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Trad. M.T. da Costa Albuquerque. Revisão Técnica de J. A. Guilhon Albuquerque. 2ªed. Rio de Janeiro: Edições Gracal, 1986, p. 49.

“O senhor viu ontem pela televisão os bailes de carnaval? Que apareceu um sujeito chupando uma mulher? Pela televisão. O senhor pode imaginar uma coisa dessas? E as famílias, em casa? A televisão entra por dentro da casa das pessoas’.

‘A televisão mostra coisas piores’, eu disse. ‘Pior do que um sujeito chupando uma boceta?’, ele gritou irado. ‘E aqueles viados todos dizendo obscenidades?’ Olhou para mim pelo retrovisor. ‘O senhor tem família?’

‘Não’

‘Então é por isso que está cagando para tudo. Queria ver se o senhor tivesse filhas, como eu.’²⁵

A preocupação do taxista, um chefe de família, é típica de quem se encontra diante da missão de educar os filhos, não permitindo que eles se percam. Como não relacionar a preocupação desse personagem com a que perturba a família, dita por Donzelot, a preocupação de que os filhos possam apresentar uma má conduta, a qual prejudique a honra, reputação ou posição da família.

Em contrapartida o narrador consegue perceber que a televisão mostra coisas piores do que “um sujeito chupando uma mulher”. Certamente há muitos outros horrores na televisão. Contudo, o taxista se preocupa com aquilo que está diretamente ligado à condição paterna dele.

O Estado apoia-se diretamente na família para garantir a ordem pública. Diante das obrigações familiares, o sujeito torna-se mais intolerante com o que possa perturbar a sua ordem familiar e, por extensão, à ordem pública. Graças às obrigações familiares, cenas de “desordem” tornam-se tão chocantes. Assim, o Estado acaba por moldar a família segundo suas necessidades e intenções.

Pelo fato de a família ser útil e necessária, o poder Estatal passa a buscar mecanismos para controlá-la e, assim, manter o controle social. A família passa a configurar-se como extremamente necessária para que se alcance a moralização social, pois “(...) ela é o melhor ponto de apoio para reter os indivíduos na prática do esforço e na vontade de independência”²⁶.

A instituição familiar ajusta o indivíduo em valores tipicamente burgueses: o esforço para o trabalho, para a construção e acumulação de valores, bens, costumes; a

25 FONSECA, Rubem. *Vastas emoções e pensamentos imperfeitos*. 6ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

26 DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Trad. M.T. da Costa Albuquerque. Revisão Técnica de J. A. Guilhon Albuquerque. 2ªed. Rio de Janeiro: Edições Gracal, 1986, p. 63.

independência para que o indivíduo guarde certa autonomia. Uma harmonia entre desejos individuais e interesses sociais.

Por apresentar-se como um mecanismo tão eficaz, aumenta a necessidade de se manter a família dentro dos objetivos sociais. Não permitir que ela se torne uma instituição muito independente surge como a grande exigência para a manutenção dos interesses Estatais. Por isso, é necessário governá-la, mantê-la sob rédeas. Contudo, esse governo pode não ser tão simples. Por essa razão, surge como ideal “(...) a passagem de um governo das famílias para um governo através da família”²⁷.

Assim, sobretudo no século XX, a relação do Estado com a família passa a apresentar dois grandes problemas. O primeiro é alcançar a intervenção desejada sem, contudo, que as ações sejam de uma repressão demasiadamente brutal, mantendo para a família as funcionalidades que lhe foram atribuídas. Ou seja, ela permanece com a obrigação de cuidar e zelar pelo seu bom funcionamento, mas com a arbitrariedade reduzida.

O segundo é relacionar as aspirações singulares da família com o procedimento de socialização de seus membros, sem permitir que as individualidades familiares possam sobrepor-se ao social. Em suma, é a manutenção familiar em prol do social.

No controle da arbitrariedade da família, ocorre um movimento de enfraquecimento do patriarcalismo familiar, o qual é destituído em favor do patriarcalismo do Estado. Com isso, a função simbólica de autoridade paterna foi abarcada pelo juiz, enquanto que a função prática foi subtraída pelo educador.²⁸

Um típico exemplo desse declínio paterno está representado no conto *Passeio noturno (Parte I)*. O pai, narrador-personagem, protagonista do conto surge na narrativa como mero figurante familiar. Sequer é percebido pela família. Um mero provedor de finanças, “Meu filho me pediu dinheiro quando estávamos no cafezinho, minha filha me pediu dinheiro na hora do licor. Minha mulher nada pediu, nós tínhamos conta bancária conjunta”.²⁹

27 DONZELOT, Jacques. Op. Cit., p. 86.

28 DONZELOT, Jacques. Op. Cit., p. 98.

29 FONSECA, Rubem. “Passeio Noturno (Parte I)”. In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 396.

Em nenhum instante há alguma manifestação de carinho ou mesmo de submissão – a não ser a financeira – em relação ao pai. Inclusive, na hora de sair com seu carro da garagem, o narrador é obrigado a chatear-se com a tarefa de ter que retirar os carros dos filhos, antes de sair com o dele,

“Os carros dos meninos bloqueavam a porta da garagem, impedindo que eu tirasse o meu. Tirei os carros dos dois, botei na rua, tirei o meu, botei na rua, coloquei os dois carros novamente na garagem, fechei a porta, essas manobras todas me deixaram levemente irritado”³⁰.

O contato entre o pai e os filhos ocorre apenas para o pedido de dinheiro. O carro do pai não tem qualquer preferência ou vaga de destaque na garagem, assim como o pai também não tem qualquer destaque na família³¹. O pai não exerce, nesse conto, suas funções simbólicas, tanto a prática quanto a de autoridade.

A perda da autoridade paterna, com a intervenção da autoridade Estatal sobre a família nos dá a construção do quadro da educação vigiada;

“Aí se encontra por inteiro a nova paisagem da educação vigiada: uma diluição progressiva das estruturas espaciais de correção, impulsionadas por um desejo educativo que se pretende sem entraves, mas que só pode sê-lo substituindo a coerção do corpo pelo controle das relações”³².

As relações podem ser fortemente controladas no seio familiar. Controle que se estende ao social. Vigia-se a família fazendo com que ela aja exatamente como convém para a manutenção social.

Aliado ao processo de busca de controle pela família – em que ela é controlada sem coerção e utilizada para o controle social – destaca-se a perda de solidez dos referenciais. A sociedade, mais precisamente a partir da segunda metade do século XX, por volta da década de 60, passa a caracterizar-se de sujeitos cindidos, fragmentados, sem raízes, flutuantes, à deriva. Vivencia-se uma quebra completa dos padrões de

30 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 397.

31 O destaque a que nos referimos diz respeito ao lugar simbólico de autoridade que a figura paterna ocupa. O narrador em momento algum demonstra ter autoridade paterna ou poderes paternos sobre a família. O único poder que demonstra possuir é o financeiro. Quando chega do trabalho, a mulher fala com ele sem ao menos retirar os olhos da televisão. E os filhos permanecem em suas atividades, nos seus quartos. É uma família que não gira em torno do poderio do pai, como sugere ser a família patriarcal.

32 DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Trad. M.T. da Costa Albuquerque. Revisão Técnica de J. A. Guilhon Albuquerque. 2ªed. Rio de Janeiro: Edições Gracal, 1986, p. 133.

rigidez e estratificação social.³³ A família não fica alheia a essa perda de padrões. O fixo passa a flutuar, por isso, os papéis familiares, antes pré-definidos, passam a inserir-se na indefinição.

Esse “choque” entre a busca de controle familiar sem a repressão demasiadamente brutal e a diluição das referências fixas exige novos meios de se abordar a família. Não sendo mais cabível a simples e pura imposição de regras e valores, veremos uma nova maneira de se manter o governo, o qual permanece por intermédio da família. O indivíduo passa a caracterizar-se pela necessidade de ser apoiado e não mais dirigido.

Nos séculos XVIII e XIX a preocupação girou em torno da necessidade de se impor normas de saúde e educação, mantendo a autonomia dos indivíduos e a ambição familiar como uma espécie de iniciativa. Já no século XX, percebe-se um movimento na tentativa de injeção das normas para dentro da família. Atitude que a mantém bem fundada na teoria, mas sempre suspeita na prática³⁴.

A família acaba perdendo sua formatação, mas mantém sua funcionalidade. A estrutura familiar já não é a mesma, fruto da diluição dos referenciais fixos. Com isso, os papéis já não são tão bem definidos como eram no seu surgimento, no século XVIII. Entretanto, o social ainda se encontra fundamentado na família, situação que a torna ao mesmo tempo “rainha e prisioneira do social”³⁵. A ela cabe o papel de abafamento, por uma atitude devoradora, em que busca aniquilar tudo o que possa escapar do conceito familiar de investimento³⁶. Diante dessa função, Donzelot faz uma analogia entre a família e a polícia, sendo esta compreendida como um conceito de moderação, melhoramento do que compõe o Estado. Essa ação de policiamento familiar está estritamente relacionada ao social.

Por sua importância dentro da sociedade, a família acaba sendo remanejada segundo valores e necessidades sociais, “Nem destruída nem piedosamente conservada: a família

33 Como nosso enfoque volta-se especificamente à família, interessa-nos apenas perceber que a falta referencial familiar é uma tendência de transformações na subjetividade contemporânea. Por isso, não se faz necessária uma abordagem detalhada ao tema. Apenas o comentário já nos permite a amarração com a falta familiar. No entanto, um estudo detalhado sobre tais transformações pode ser obtido através dos seguintes autores: Lyotard, Terry Eagleton, David Harvey, Philadelpho Menezes, entre outros.

34 DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Trad. M.T. da Costa Albuquerque. Revisão Técnica de J. A. Guilhon Albuquerque. 2ªed. Rio de Janeiro: Edições Gracal, 1986 pp.207, 208.

35 DONZELÓT, Jacques. Op. Cit., p. 13.

36 DONZELOT, Jacques. Op. Cit., p. 10.

é uma instância cuja heterogeneidade frente às exigências sociais pode ser reduzida ou funcionalizada através de um processo de flutuação das normas sociais e dos valores familiares”³⁷.

Ora, as mudanças sociais denunciam igualmente mudanças profundas na família, segundo variações sociais. Inúmeras transformações sociais e econômicas não permitem mais a manutenção da estrutura instaurada no século XVIII. A mãe já nem sempre assume plenamente a responsabilidade com a educação dos filhos. O pai já perdera sua autoridade simbólica. Em muitos casos, nem todos os componentes – pai, mãe e filhos – têm uma convivência juntos.

Perdida sua estrutura, mas mantida sua obrigação, a família acaba aceitando ajudas e orientações – psicológicas, psicanalíticas, estatais... – para cumprir com seu árduo papel. Por esta razão, encontra-se correta na teoria, mas sempre condenada na prática: dificilmente consegue manter cumprida sua missão.

Diante de tantas transformações na estrutura familiar, a orfandade ganha destaque. Ora paterna, ora materna, ou ambas. O fato é que sujeitos órfãos se tornam cada vez mais presentes. Se a família é tão importante para a formação e manutenção do social, como fica a sociedade diante das intensas transformações da família?

A literatura de Rubem Fonseca ilustra essa orfandade e suas consequências, portanto, nos serve de auxílio para a busca de respostas a essa pergunta. Contudo, para isso, faz-se necessário, antes de uma abordagem mais específica à literatura do autor, um estudo acerca de questões psicológicas que envolvem sujeito, família e sociedade. A partir desse estudo, nos é possível compreender de forma ainda mais explícita o papel da família. Compreensão extremamente precisa para que alcancemos uma melhor leitura da falta familiar.

37 DONZELOT, Jacques. Op. Cit., p. 13.

3. FREUD, SOCIEDADE E FAMÍLIA ¹

“A vocação do ser humano é ser humano. Não é ser organizado, nem fértil, nem ter estômago cheio nas horas certas, nem ter como ideal o paraíso de uma placenta infinita.”

Rubem Fonseca, *O campeonato*.

A vida em sociedade foi uma constante nos estudos de Freud. A busca pela compreensão da formação social – como ocorre, de que forma se mantém, quais possíveis consequências gera – culminou em fecundas abordagens acerca dos fatores psíquicos próprios da convivência social.

O entendimento da abordagem freudiana perpassa dois conceitos por ele explorados: o de civilização e o de ordem. Citemos Freud:

“(…) a palavra ‘civilização’ descreve a soma integral das realizações e regulamentos que distinguem nossas vidas das de nossos antepassados animais, e que servem a dois intuitos, a saber: o de proteger os homens contra a natureza e o de ajustar seus relacionamentos mútuos (...). A ordem é uma espécie de compulsão a ser repetida, compulsão que, ao se estabelecer um regulamento de uma vez por todas, decide quando, onde e como uma coisa será efetuada, e isso de tal maneira que, em todas as circunstâncias semelhantes, a hesitação e a indecisão nos são poupadas” ²

Podemos compreender o termo civilização, comumente utilizado por Freud, como socialização. Nesse conceito, Freud deixa claro o papel regulamentário que lhe é inerente. Em suas finalidades, a proteção do homem contra a natureza aparece como uma necessidade, como se a natureza investisse contra o ser humano. Quanto à relação mútua, a ideia de ajuste reforça a regulamentação peculiar à socialização.

¹ Diante de alguns equívocos comuns a estudos literários que pretendem o diálogo entre literatura e psicanálise, algumas ressalvas sobre o assunto são necessárias. A psicanálise em nosso trabalho não pretende ter uma atitude pela qual se “coloca a obra ou o autor no divã”. A teoria psicanalítica surge-nos como um diálogo, uma linguagem a se engendrar no discurso literário. Pretendemos, em nossa abordagem, algo próximo do que propõe Hórus Vital Brazil: “É assim, descobrindo o leitor de uma obra literária como intérprete que fica em dívida com os significantes da leitura, triunfando sobre a ‘crença vazia’ no significado produzido e mantendo o imperativo de produção no simbólico, que podemos aproximar a leitura interpretativa da obra literária a uma ‘leitura crítica’ que se faz em psicanálise valorizando a experiência da leitura”. BRAZIL, Hórus Vital. *Dois ensaios entre psicanálise e literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 55. Ou, ainda, o conceito de Psicanálise Extensiva, exposto por outro crítico, “(...) o lugar das referências feitas por Freud à literatura era de ordem do que denominou de Psicanálise Extensiva, isto é, da intervenção e/ou presentificação da psicanálise na cultura” MENDONÇA, Antônio Sérgio. *O ensino de Lacan*. Rio de Janeiro: Edições Gryphus (Forense), 1993, p. 235.

² FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad. José Octávio Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1998, pp. 109, 113.

Em ordem, a noção de controle é reforçada. A definição de uma regra e sua repetição compulsiva são apresentadas como aparatos de intensa capacidade regulamentadora. Socialização e ordem, conceitos extremamente necessários para o ajuste do indivíduo no interior da sociedade.

O conceito de ajuste e a noção de que a repetição dele se faz necessária à manutenção da ordem nos levam a questionar sobre os possíveis desajustes e as inevitáveis desordens sociais. Na literatura de Rubem Fonseca nos deparamos com representações literárias em que personagens não se enquadram plenamente nos regulamentos da sociedade nem na ordem. No conto *Um dia na vida de dois pactários*³, por exemplo, as personagens têm uma relação sexual pouco comum, ou, ao menos, fora dos moldes socialmente propostos:

“Com os joelhos apoiados no chão, e meus joelhos
ficaram lacerados,
E o meu pau esfolado, e ela com a cerne ardendo, e um
Dente meu da frente rachado e um dente dela da frente
Rachado, e marcas vermelhas
Apareceram ao lado de antigas manchas roxas e nossas
Olheiras de tornaram ainda mais escuras, mas não me
Queixei nem ela se queixou.”⁴

A forma como ambos saem da relação aponta para a agressividade. Mas não temos nesse conto puramente um sado-masiquismo. Na verdade, essa relação entre ambos nasce da necessidade que os personagens têm de “deslocamento”. Uma renúncia à vida que lhes é imposta:

“Era um pacto de incêndio,
Contra esse espaço de rotina cinzenta entre
O nascimento e a morte que chamam
vida.”⁵

Incendiar a rotina cinzenta – fazer com que a cinza retome-se em fogo – é a negação da vida ordenada. Um pacto contra a ordenação rotineira que é a todo o momento imposta. Seriam tais personagens simplesmente “desajustados”? E a partir dessa literatura, outro questionamento: Qual seria ou quais seriam as possíveis causas de tal “desajuste”?

3 FONSECA, Rubem. *A confraria dos espadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

4 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 132.

5 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 132.

É evidente que a vida em comunidade não é algo tão “prazeroso” para o homem. Ainda que este tenha a necessidade de viver em interação com outros, “É digno de nota que, por pouco que os homens sejam capazes de existir isoladamente, sintam, não obstante, como pesado o fardo da vida comunitária”⁶. E esse infortúnio configura-se como tal justamente porque “(...) toda civilização tem de se erigir sob a coerção e a renúncia do instinto”⁷.

Os termos coerção e renúncia bem explicam a dimensão do peso em que a vida em comunidade se configura para o ser humano. O excesso de privação exigido pela vida comunitária, sob ação coerciva, se, por um lado, permite as garantias de que fala Freud nos conceitos de sociedade e ordem, por outro lado submete o homem à execução de uma tarefa paradoxalmente inexecutável.

O processo de socialização lança mão de excessivas coerção e restrição justamente por temer uma revolta por parte dos elementos oprimidos⁸. Em sua ação repressora, a sociedade assume “(...) como uma de suas mais importantes tarefas educadoras domar e restringir o instinto sexual quando este irrompe como impulso à reprodução, e sujeitá-lo a uma vontade ‘individual’ que é idêntica a ordem da sociedade”⁹.

Percebemos ser justamente na esfera da sexualidade que age o controle social. A civilização retira da sexualidade enorme quantidade da energia psíquica que utiliza para sua manutenção¹⁰. E esse sacrifício, justamente por ser árduo, torna-se incerto e de difícil controle. Um verdadeiro fardo para o indivíduo.

Assim, a imolação dos instintos – sobretudo o de violência e o sexual – surge como condição derradeira para a manutenção do social: “O resultado final seria um estatuto legal para o qual todos – exceto os incapazes de ingressar numa comunidade – contribuiriam com um sacrifício de seus instintos, e que não deixa ninguém (...) à mercê da forma bruta”¹¹.

6FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão*. Trad. José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997, p. 16.

7 FREUD, Sigmund. Op. Cit., p. 17.

8FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad. José Octávio Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1998, p. 125.

9 FREUD, Sigmund. *Conferências introdutórias sobre psicanálise (parte III)*. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 364.

10FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad. José Octávio Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1998, p. 125.

11 FREUD, Sigmund. Op. Cit., pp.115, 116

Ocorre, assim, uma inversão do individual para o social. Abrir mão de seus instintos é, de certa forma, aderir à sociabilidade em detrimento à individualidade. Sacrifício em prol da espécie como um todo, atitude plenamente contrária ao narcisismo.

Na sociedade moderna, principalmente por questões econômicas, entre outras; o caráter individualista se sobressai. Nela encontramos a noção do ser humano como elementar e indivisível; biológico e pensante ¹². Nesse contexto, a inversão para o social torna-se ainda mais penoso: “Assim sendo, a sociedade torna-se impensável, um fardo, um fato não-humano ou algo externo aos indivíduos e em oposição a eles” ¹³.

Relacionando o parecer de Sérvulo Figueira com a teoria freudiana de que a inversão do individual para o social é um penoso sacrifício, concluímos que na sociedade moderna esse infortúnio se acentua, passando de algo muito desagradável para algo intensamente inaceitável.

A abordagem freudiana ganha quase que um aspecto pessimista de tão desprovida de idealização que é. Freud destaca que os homens apresentam-se como criaturas dotadas de “uma poderosa quota de agressividade” ¹⁴. Por isso, a sexualidade e a agressividade configuram-se como o principal escopo da socialização. Ação essa que culmina com a generalizada infelicidade humana:

“Se a civilização impõe sacrifícios tão grandes, não apenas à sexualidade do homem, mas também à sua agressividade, podemos compreender melhor porque lhe é difícil ser feliz nessa civilização (...) O homem civilizado trocou uma parcela de suas possibilidades de felicidade, por uma parcela de segurança” ¹⁵.

Personagens de Rubem em Fonseca bem ilustram essa infelicidade. Contudo, não ficam simplesmente nela, mas buscam cobrar de volta o que lhes é imposto. Nessa cobrança, surge a renúncia às exigências próprias da socialização. O individual, nesses personagens, não é sempre sacrificado em prol do social. A segurança não é garantida e a felicidade – via satisfação dos instintos – buscada incondicionalmente. A sujeição de

12FIGUEIRA, Sérvulo. *O contexto social da psicanálise*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981, p.60.

13 FIGUEIRA, Sérvulo. Op. Cit., pp. 60,61.

14 FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad. José Octávio Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1998, p. 133.

15FREUD, Sigmund. Op. Cit., p. 137.

um impulso instintual¹⁶ não encontra resistência, seguindo deliberadamente o princípio do prazer.

Essa entrega deliberada à eliminação final no prazer da descarga¹⁷ bem ilustra a afirmação freudiana de que nenhuma ação de fuga prevalece contra os instintos¹⁸. E essa afirmação, por sua vez, explica o temor de que os reprimidos se rebelem. Se a opressão é sobre os instintos e contra eles nada se sobressai plenamente, a ação de socialização é impotente, a não ser quando compensa tal impotência pelo exagero da coerção.

Os considerados maus impulsos não podem ser plenamente externalizados, sob o risco de a estrutura social ser fortemente atingida. Como tais impulsos não podem simplesmente ser eliminados, evidencia-se uma espécie de desvio, através do qual ocorre a repressão dos impulsos considerados maus, os quais são reprimidos para dentro do inconsciente¹⁹.

Nessa inversão o sujeito aceita a responsabilidade desses impulsos por intermédio do sentimento de culpa, sendo a origem desse sentimento desconhecida para o sujeito²⁰. A não satisfação - via repressão - de instintos poderosos culmina no que Freud denominou de “frustração cultural”; a qual, segundo o teórico, “(...) domina o grande campo dos relacionamentos do homem. Como já sabemos, é a causa da hostilidade contra a qual todas as civilizações têm de lutar”²¹. Indivíduos inevitavelmente frustrados compõem o cenário da sociedade contemporânea. Sujeitos malogrados, que abrem mão da felicidade pela segurança, nem sempre são tão facilmente engendrados nesse sistema.

A exigência da socialização é categórica: a troca da felicidade pelo sentimento de culpabilidade, “(...) o preço que pagamos por nosso avanço em termos de civilização é a perda da felicidade pela insatisfação do sentimento de culpa”²². Pela constante culpabilidade o indivíduo reduz suas possibilidades de satisfação, sendo constantemente

16FREUD, Sigmund. *Além do princípio de prazer*. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1969, V.XVIII, pp.83,84.

17 FREUD, Sigmund. Op. Cit., pp.83,84.

18FREUD, Sigmund. *A história do movimento psicanalítico*. Trad. Thelmira de Oliveira Brito. Rio de Janeiro: Imago, 1999, p. 140.

19FREUD, Sigmund. *Conferências introdutórias sobre psicanálise (parte III)*. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 387.

20 FREUD, Sigmund. Op. Cit., p.387.

21 FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad. José Octávio Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1998, p.118.

22 FREUD, Sigmund. Op. Cit., p. 158.

amedrontado pelo espectro da punição: “(...) falamos de uma necessidade inconsciente de punição, na qual o sentimento de culpa encontra expressão”²³.

Essa possibilidade punitiva persegue constante e arduamente o ego. A pressão que este sofre por conta desse sentimento e dessa punição raramente lhe deixa outra escolha a não ser a adesão ao que é imposto. Mas esse sucesso não é completamente garantido. Há casos em que o ego consegue se desvencilhar dessa cobrança contínua. Esses se encontram muito representados nas artes: “Realmente, mesmo os grandes criminosos e humoristas, conforme representados na literatura, atraem nosso interesse pela coerência narcisista com que conseguem afastar do ego qualquer coisa que o diminua”²⁴.

Fuga da exigência contra o narcisismo, da necessidade de inversão do individual para o social é certamente um desejo humano comum. Contudo, ele dificilmente é alcançado. Pelo comentário de Freud, evitar essa necessidade do ego de ser constantemente diminuído torna-se exemplo de admiração.

Em Rubem Fonseca há muitos personagens que encenam literariamente essa vivência livre de punição, em que se direciona a culpa para fora do ego. E o fascínio por tais personagens é comum, digamos que quase inevitável, segundo a teoria freudiana. Isso funciona como uma catarse para o indivíduo, ou seja, pelos sujeitos literários o sujeito leitor alcança o que por muitas vezes é inviável no plano do real, na vida social.

Contudo, por essa ruptura ser rara, a sociedade segue se garantindo em suas exigências coercivas, dentre as quais se destaca “a da justiça, ou seja, a garantia de que uma lei, uma vez criada, não será violada em favor de um indivíduo”²⁵. Quando essa violação ocorre, a sociedade apresenta novas exigências e novos mecanismos de punição, os quais agem como cobrança referente a tal violação.

As investigações freudianas não se limitam simplesmente à constatação desses elementos de manutenção social – sentimento de culpa, renúncia dos instintos, punição inconsciente. Ele os investiga mais profundamente e evidencia elementos psíquicos que

23FREUD, Sigmund. Op. Cit., p. 159.

24 FREUD, Sigmund. *A história do movimento psicanalítico*. Trad. Thelmira de Oliveira Brito. Rio de Janeiro: Imago, 1999, p. 106.

25 FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad. José Octávio Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1998, p. 115.

se encontram inerentes a esses processos. Nessas investigações, a psicanálise chega à família como principal responsável pelo estabelecimento do sentimento de culpa, elemento tão caro à civilização, “Enquanto a comunidade não assume outra forma que não seja a da família, o conflito está fadado a se expressar no complexo edipiano, a estabelecer a consciência e a criar o primeiro sentimento de culpa”²⁶.

Esse processo tem inicialmente a figura do pai como pivô. E o iniciado pela família – grupo estreito – é continuado pela sociedade – grupo amplo –, “O que começou em relação ao pai é completado em relação ao grupo”²⁷. Estamos especificamente nos referindo à formação superegoica. O entendimento desse processo permite uma ampla compreensão dos mecanismos que permitem à sociedade a manutenção da ordem. Via superego, o qual exerce papel importante na configuração do sentimento de culpa; o sujeito é constantemente vigiado e exposto ao autoritarismo. É assim que as decisões do ego passam a ser submetidas a um rigoroso policiamento, a um constante autoritarismo:

“A autoridade do pai ou dos pais é introjetada no ego e aí forma o núcleo do superego, que assume a severidade do pai e perpetua a proibição deste contra o incesto, defendendo assim o ego do retorno da catexia libidinal. As tendências libidinais pertencentes ao complexo de Édipo são em parte dessexualizadas e sublimadas (coisa que provavelmente acontece com toda transformação em uma identificação) e em parte são inibidas em impulso de afeição”²⁸.

Diante desse processo o ego passa a viver uma submissão à autoridade superegoica. Não podendo mais responder livremente aos impulsos do id, dada a severidade do superego, o indivíduo passa a achar-se num jogo de contrastes, uma verdadeira competição entre os desejos instintuais e as proibições a eles impostas.

O destaque do que é exposto por Freud reside no fato de que todo esse processo ocorre no seio familiar. A autoridade inicial é paterna e o desenrolar do processo que desencadeia a iniciação da formação do superego ocorre no interior do complexo de Édipo. Aliás, segundo Freud, o complexo de Édipo tem seu lugar tomado pelo

26 FREUD, Sigmund. Op. Cit., p. 156.

27 FREUD, Sigmund. Op. Cit., p. 157.

28 FREUD, Sigmund. *O ego e o id e outros trabalhos*. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976, Vol. XIX, p. 221.

superego²⁹, sendo este, a priori, mostrado como derivação de uma transformação das primitivas catexias objetais da criança em identificações³⁰.

Toda essa relação entre o ego e suas identificações explicita a interação traçada entre ego, id e superego e as formas de reação pelas quais o sujeito interage em sociedade. Nessa abordagem as sentenças que definem o conceito e a função do ego são imprescindíveis:

“(...) em cada indivíduo existe uma organização coerente dos processos mentais e chamamos a isso o seu ego. É a esse ego que a consciência se acha ligada: o ego controla as abordagens à motilidade – isto é, à descarga de excitações para o mundo externo. Ele é a instância mental que supervisiona todos os seus próprios processos constituintes”³¹.

A função de controle do ego mostra certa ambivalência, já que lhe cabe a supervisão de sua própria constituição. Essa dicotomia é claramente percebida quando se toca nos conceitos de id e ego, sendo este visto por Freud como a parte daquele modificada pela influência sofrida devido ao contato direto com o mundo externo, contraste este intermediado pelo que Freud conceitua de Pcpts – Cs³².

O ego luta para que o princípio do prazer, de reino irrestrito no id seja substituído pelo princípio da realidade. O contraste entre ambos pode ser redimensionado pela contrastação entre paixões – id – e a razão – ego. Vale ressaltar que essa contradição não significa anulação, sobretudo no que diz respeito ao id, para qual a logicidade comum não tem aplicação. Sobre isso, comenta Freud:

“As leis lógicas do pensamento não se aplicam ao id, e isto é verdadeiro, acima de tudo, quanto à lei da contradição. Impulsos contrários existem lado a lado, sem que um anule o outro, ou sem que um diminua o outro: quando muito, podem convergir para formar conciliações, sob a pressão econômica dominante, com vistas à descarga de energia”³³.

Se o id e o ego agem diferentemente, isso se deve basicamente à porção que cada um ocupa no aparelho psíquico. O id se caracteriza pela obscuridade e inacessibilidade. Seu

29 FREUD, Sigmund. Op. Cit., p. 21.

30 FREUD, Sigmund. Op. Cit., p. 21.

31 FREUD, Sigmund. Op. Cit., p. 29.

32 FREUD, Sigmund. Op. Cit., p. 39.

33 FREUD, Sigmund. *Conferências introdutórias sobre psicanálise (parte III)*. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 78.

distanciamento do mundo externo lhe confere o ilogismo e o obscurantismo. Contudo, funções e ações diferentes não correspondem exatamente a uma separação entre ambos, “Quase não precisamos buscar uma justificativa para a opinião segundo a qual o ego é aquela parte do id que se modificou pela proximidade e influência do mundo externo, que está adaptada para a recepção de estímulos e adaptada como escudo protetor contra os estímulos”³⁴.

Não há uma dicotomia entre ambos, visto que são partes de um todo. Suas características e funções são diferenciadas, é fato, mas não estamos tratando de duas instâncias independentes, separadas, pelo contrário, id e ego são segmentos de um inteiro. Assim, suas ações tanto podem divergir como não. Ao ego cabe a função de regulamentar o id segundo o mundo exterior. Contudo, sabemos que nem sempre aquele discorda deste. Quando o ego opta por ceder aos impulsos do id, encontramos uma ação em comum. E mesmo quando divergem, como ressalta a teoria de Freud, é com o objetivo de busca do controle da descarga de energia.

Nesse esquema temos o superego. Sua formação, função e suas ações são também de extrema relevância para o funcionamento do aparelho mental. Como já mencionamos, é no interior do complexo de Édipo que ocorre o início de sua formação. O superego tem a ver com a imago paterna justamente por estar diretamente relacionado com a escolha objetal do indivíduo. Sobre essa formação, Freud nos fala de uma duplicidade:

“O superego, contudo, não é simplesmente um resíduo das primitivas escolhas objetais do id; ele também representa uma formação reativa enérgica contra suas escolhas (...) Você deveria ser assim (como seu pai). Você não pode ser assim (como seu pai) (...) Esse aspecto duplo do ideal do ego tem a missão de reprimir o complexo de Édipo; em verdade, é a esse evento revolucionário que ele deve sua existência”³⁵.

O superego retém o caráter do pai. Por essa razão, a duplicidade superegoica. A relação entre o sujeito e o pai é marcada pela ambivalência amor – você deseja ser como seu pai, um ideal a ser alcançado – e ódio – você odeia seu pai, pois ele é o impedimento da realização plena do desejo. Como está diretamente ligado ao complexo de Édipo, o

34 FREUD, Sigmund. Op. Cit., p.80.

35FREUD, Sigmund. *O ego e o id e outros trabalhos*. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976, Vol. XIX, p. 49.

superego surge como o herdeiro das vinculações afetivas da infância, as quais incontestavelmente têm uma importância para o indivíduo³⁶.

Com essa valoração o superego cumpre sua função de rígida aplicação de alto padrão moral ao ego, que fica à mercê das exigências superegoicas, próprias da moralidade. Nisso, o sentimento moral de culpa configura-se como genuína expressão dessa “tensão entre o ego e o superego”³⁷. Logo, concluímos que “a repressão é o trabalho desse superego, e que é efetuada ou por este mesmo, ou pelo ego, em obediência às ordens dele”³⁸.

O superego, representante das restrições morais, esforça-se em defesa do alcance da perfeição. Sua construção segue o modelo do superego dos pais, incluindo o conteúdo que este traz. Torna-se, portanto, o transmissor da tradição e dos duradouros julgamentos de valores que são passados de geração em geração³⁹.

Após a identificação com a figura paterna, processo que desencadeia o início da formação superegoica; o sujeito encontrará novas representações da autoridade, as quais continuarão a formação do superego: “À medida que uma criança cresce, o papel do pai é exercido pelos professores e outras pessoas colocadas em posição de autoridade, suas injunções e proibições permanecem poderosas no ideal do ego e continuam, sob a forma da consciência (consciente), a exercer a censura moral”⁴⁰.

O indivíduo é plenamente policiado pela constante exigência moral, o que age diretamente para a manutenção dos preceitos morais, tão necessários à organização social. A ação educadora age como ferramenta de importante instrumentalização desse processo: “influência dos pais governa a criança, concedendo-lhe provas de amor e ameaçando com castigos, os quais, para a criança, são sinais de perda do amor e se farão temer por essa mesma causa”⁴¹.

36 FREUD, Sigmund. *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos*. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Volume XXIII. 2ª edição. Rio de Janeiro: Imago, 1994, p. 69.

37 FREUD, Sigmund. Op. Cit., p.66.

38 FREUD, Sigmund. Op. Cit., p.74.

39 FREUD, Sigmund. Op. Cit., p. 72.

40 FREUD, Sigmund. *O ego e o id e outros trabalhos*. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976, Vol. XIX, p. 52.

41 FREUD, Sigmund. *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos*. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Volume XXIII. 2ª edição. Rio de Janeiro: Imago, 1994, p. 67.

Essa formação familiar permite classificar a instalação do superego como exemplificação de identificação com a instância parental ⁴², ou seja, a família cumpre papel pioneiro para que a ação do superego possa ser eficiente na manutenção do social. Ora, quando isso não ocorre, ou seja, quando o indivíduo não corresponde às exigências morais, certamente o processo de formação superegoica não alcançou o êxito desejado.

Tanto no complexo de Édipo, quanto no complexo da castração, o pai exerce o “(...) papel de um inimigo terrível dos interesses sexuais da infância”⁴³. O principal entre esses desejos é o do incesto. O pai é o impedimento de realização plena do desejo infantil e, como castigo de ameaça, surge a castração. ⁴⁴

A família burguesa corresponde à “restauração da antiga horda primeva que devolveu aos pais uma grande parte de seus antigos direitos” ⁴⁵. O modelo burguês confere, principalmente à imago paterna, o lugar de autoridade, que será repetida em instituições sociais, religiosas, ideológicas, etc. Um bom exemplo desse redimensionamento do pai é a figura da divindade, uma espécie de pai em estado de glorificação, como afirma Freud: “(...) o deus (...) é formado à semelhança do pai, a relação pessoal com Deus depende da relação com o pai em carne e osso e oscila e se modifica de acordo com essa relação e, no fundo, Deus nada mais é que um pai glorificado” ⁴⁶.

A evocação dessa construção da imagem divina traz à tona o sistema de autoridades em que o sujeito se encontra inserido. É a partir dele que se torna possível manter a pressão superegoica sobre o ego, mantendo o sentimento de culpa, este, por sua vez, tão caro à socialização.

Ressaltamos ainda o peso das exigências típicas de uma sociedade patriarcal. Nela o filho se vê constantemente submetido à vontade paterna, sendo visto como uma espécie de propriedade paterna. Assim, não é incomum a necessidade de que o filho submeta suas próprias vontades e desejos às exigências do pai⁴⁷. O que essencialmente ocorre

42 FREUD, Sigmund. Op. Cit., p. 69.

43 FREUD, Sigmund. *Totem e tabu*. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1974, V.XIII, p. 135.

44 FREUD, Sigmund. Op. Cit., p.135.

45 FREUD, Sigmund. Op. Cit., p. 152.

46 FREUD, Sigmund. Op. Cit., p. 150.

47 FROM, Erich. Grandezas e limitações do pensamento de Freud. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, p. 32.

pela rivalidade sexual entre pai e filho é acentuado pelas exigências de um modelo social instituído.

A severidade paterna é introjetada no ego, o que dá a formação do superego. Este passa a assumir a severidade do pai, perpetuando a proibição do incesto, o que defende o ego do “retorno da catexia libidinal”⁴⁸. Em nossa cultura a oposição pai e filho se encontra no centro da estrutura de parentesco. E é justamente essa oposição que funciona “(...) como eixo em torno do qual se equilibra todo o sistema, a lei segundo a qual se regulam, como por uma participação sincrônica os movimentos da aliança e a sucessão das gerações”⁴⁹.

O sistema em que o indivíduo precisa se enquadrar, desde que se coloca como significante⁵⁰ é dado a partir da relação com a imago paterna. Por isso, o destaque para a interação entre pai e filho. Nessa relação, “A imagem que um filho faz do pai é habitualmente investida de poderes excessivos desta espécie e descobre-se que a desconfiança do pai está intimamente ligada à admiração por ele”⁵¹. Na verdade, o que ocorre é uma relação caracterizada pela ambivalência. O desejo incestuoso pela mãe, impedido de realização plena pelo pai instaura a admiração e a desconfiança. Admiração porque o pai é um objetivo a ser alcançado. Como ele possui o falo, ou seja, por ser a satisfação plena do desejo da mãe, a criança o admira. Mas, como o pai é também o impedimento, a ameaça da castração, a criança o odeia.

Todo esse processo de desejo incestuoso, admiração e ódio, caracteriza-se como o complexo de Édipo. Podemos compreendê-lo como uma forma cultural, entre várias outras possíveis, que visa a cumprir a função de promoção da função de castração no psiquismo⁵². No complexo de Édipo verifica-se como o menino deseja a mãe e sente a presença paterna como um estorvo. Aliás, percebe-se mesmo certo ressentimento quando o menino observa algum sinal de afeição entre o pai e a mãe⁵³. O mesmo ocorre

48 FREUD, Sigmund. *O ego e o id e outros trabalhos*. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976, Vol. XIX, p. 221.

49 SAFOUAN, Moustapha. *Estudos sobre o Édipo*. Introdução a uma teoria do sujeito. Trad. Anamaria Skinner Stuyzer. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 43.

50 As questões acerca da colocação do sujeito como significante serão discutidas adiante, em abordagem específica à teoria de Lacan.

51 FREUD, Sigmund. *Totem e tabu*. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1974, V.XIII, p. 65.

52 SAFOUAN, Moustapha. *Estudos sobre o Édipo*. Introdução a uma teoria do sujeito. Trad. Anamaria Skinner Stuyzer. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 128.

53 FREUD, Sigmund. *Conferências introdutórias sobre psicanálise (parte III)*. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 388.

na relação da menina para com a mãe ⁵⁴. Assim, podemos compreender a primeira escolha objetal do indivíduo como incestuosa, já que é direcionada a componentes da família. Por essa razão, temos socialmente na imagem do pai severas proibições com a finalidade de impedir a persistência ou realização dessa tendência infantil ⁵⁵.

Sobre esse desejo incestuoso, comenta Freud:

“Os instintos sexuais estão, de início, ligados à satisfação dos instintos do ego; somente depois é que eles se tornam independentes destes, e mesmo então encontramos uma indicação dessa vinculação original no fato de que os primeiros objetos sexuais de uma criança são as pessoas que se preocupam com sua alimentação, cuidados e proteção: isto é, no primeiro caso, sua mãe ou quem quer que a substitua” ⁵⁶.

A estreita relação entre os instintos sexuais e os instintos do ego marca, conforme a teoria freudiana, a escolha objetal, conferindo-lhe o caráter incestuoso. A proximidade entre a criança e a mãe – ou quem lhe trate como tal – e o contato físico entre ambos – como nos cuidados higiênicos, entre outros – são essenciais para o despertar desse desejo incestuoso. Um desejo inevitável, dada essa proximidade entre os referidos instintos.

Para a regulamentação dessas escolhas incestuosas, e não apenas delas, mas de toda a interação do sujeito com seu meio, a educação, sobretudo a familiar, cumpre papel de extrema importância. Além de dar-lhe a vida e protegê-la dos possíveis perigos, o pai – ou instância parental – ensina à criança o que ela pode e o que não pode fazer, com o objetivo de adaptá-la a restrições direcionadas aos instintos sexuais ⁵⁷.

Ao adotar a postura ensinada, a criança encontra como recompensa a aceitação entre os mesmos do círculo familiar e, em seguida, a inclusão em associações mais amplas ⁵⁸. A educação segue o sentido de que a criança deve tomar conhecimento de seus deveres sociais, processo que pressupõe um sistema de recompensas carinhosas ou punições.

54 A abordagem laciana faz um redimensionamento do complexo de Édipo. Em sua abordagem, a mãe é objeto de desejo para ambos os sexos. O tema será discutido mais profundamente no capítulo posterior.

55 FREUD, Sigmund. *Conferências introdutórias sobre psicanálise (parte III)*. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 391.

56 FREUD, Sigmund. *A história do movimento psicanalítico*. Trad. Thelmira de Oliveira Brito. Rio de Janeiro: Imago, 1999, p. 104.

57 FREUD, Sigmund. *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos*. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Volume XXIII. 2ª edição. Rio de Janeiro: Imago, 1994, p. 160.

58 FREUD, Sigmund. *Op. Cit.*, p. 160.

Além disso, deseja-se que a criança reconheça a importância do reconhecimento das pessoas que a amam, primeiramente os pais e a família, posteriormente os membros da sociedade com os quais conviva ⁵⁹.

Assim constrói-se o quadro da moralidade, no qual entram em cena os papéis do id, do ego e do superego. Cada um, com suas características, exercendo sua função, inserindo o sujeito num emaranhado de tendência e possibilidades, “Do ponto de vista do controle instintual, da moralidade, pode-se dizer do id que ele é totalmente amoral; do ego, que se esforça para ser moral, e do superego que pode ser supermoral e tornar-se tão cruel quanto somente o id pode ser” ⁶⁰.

Concluimos, diante da fala de Freud, que todas as possibilidades estão em cada um. O esforço social, iniciado pela família, de enquadramento não é extremamente garantido, já que, ao lado do possivelmente supermoral encontram-se o amoral e o apenas potencialmente moral. Essa amplitude de possibilidades já está presente no indivíduo desde a sua infância, como observou Freud. Em relação às perversões, por exemplo, ele percebeu que todas as inclinações a elas têm suas raízes na infância, e que as crianças têm uma predisposição para as mesmas ⁶¹. Essa constatação sugere que “(...) a disposição para as perversões é a disposição originária universal da pulsão sexual humana, e de que a partir dela, em consequência de modificações orgânicas e inibições psíquicas no decorrer da maturação, desenvolve-se o comportamento sexual normal” ⁶².

Essa tendência universal constatada por Freud nos dá a certeza de que os comportamentos ditos normais precisam ser direcionados, ensinados, para que as tendências iniciais não prevaleçam. Diante dessa necessidade, compreendemos melhor o papel da família, do complexo de Édipo e da imago paterna, pois eles formam o conjunto do que ocorre psicologicamente no indivíduo no processo de regulamentação social.

59 FREUD, Sigmund. Op. Cit., p. 160.

60 FREUD, Sigmund. *O ego e o id e outros trabalhos*. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976, Vol. XIX, p. 71.

61 FREUD, Sigmund. *Conferências introdutórias sobre psicanálise (parte III)*. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 364.

62 FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Trad. Paulo Dias Corrêa. Rio de Janeiro: Imago, 1997, p. 217.

4. CONSIDERAÇÕES LACANIANAS - O PAI EM EVIDÊNCIA

“(...) os olhos do pai vigiando (...). Os olhos do pai. Os olhos seguiam lisos, cortantes, tesouras espalhadas pelo espaço.”

Alexandre Moraes,
paisagem sobre corpo em silêncio.

As considerações de Lacan corroboram com o que Freud expõe acerca da relação entre o sujeito e o social, e com os processos que essa relação instaura à formação desse sujeito. O primeiro aspecto que merece destaque, considerando o objetivo deste trabalho – compreender processos psíquicos que envolvem a interação entre sujeito, família e o social – é a relação entre o Eu e o Outro.

Lacan expõe claramente acerca do desejo do sujeito de encontrar-se. Procura que culmina onde não se está, sendo a mensagem do sujeito invertida, alterada e deformada pelo Outro ¹. Assim, o Outro se torna justamente o ideal para o sujeito:

“Vocês terão que ver aí que é no Outro (A) que o sujeito se constitui como ideal, que ele tem que regular o acerto do que vem como eu, ou o eu ideal – que não é o ideal do eu – quer dizer, a se constituir em sua realidade imaginária. Este esquema torna claro – eu o sublinho a propósito dos últimos elementos que trouxe, em torno da pulsão escópica – que ali onde o sujeito se vê, isto é, onde se forja essa imagem real e invertida de seu próprio corpo que é dado no esquema do eu, não é lá onde ele se olha” ².

Uma imagem idealizada – já que é um ideal. Concluímos que a angústia diante do Outro ocorre porque o eu vê uma inversão, onde não se encontra, pois o que é visto configura-se puramente como imaginário. Esse ideal, na verdade, será o determinante do sujeito. No Outro reside a cadeia de significantes que exerce o comando de tudo o que se encontra no sujeito ³.

1 CHULAM, Tania Maria Olivier. *Escritos sobre os escritos de Lacan*. Roteiro de leitura: Vocabulário e termos. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1981, p. 13.

2 LACAN, Jacques. *O Seminário: livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985, p.137.

3 LACAN, Jacques. Op. Cit., p.194.

Percebemos nessa determinação pelo Outro a força e necessidade do aprendizado para o eu, ou seja, tudo o que o sujeito deve ser é aprendido. Um exemplo disso são os papéis de masculino e feminino. Para Lacan, no psiquismo não há o que possa situar o sujeito como macho ou fêmea. Segundo ele, no psiquismo apenas se situam equivalentes, ou seja, a atividade e a passividade. Logo, conclui: “(...) o que se deve fazer, como homem ou como mulher, o seu humano tem sempre que aprender, peça por peça, do Outro”⁴. Os conceitos de macho e fêmea são apenas alguns, talvez primordiais, entre os que o indivíduo deve aprender. E o que vem do Outro é o que prevalece nos relacionamentos interpessoais.

Quando redimensionamos para o social, observamos que o Outro sociedade define para o eu padrões rígidos de comportamento – condição angustiante, denunciada por Freud, como já vimos. Como exemplo de encenação literária dessa angústia, podemos citar o conto *Jéssica*⁵. A protagonista desse conto sofre por não enquadrar-se plenamente nos padrões de beleza socialmente valorizados: “Jéssica tem mania de achar que é feia, ela não é bonita, mas também não é feia e tem o corpo muito bonito, mas a preocupação dela é com o rosto, e assim eu economizei um dinheiro para ela ir ao médico ver o que podia fazer”⁶. Para buscar a solução desse embate, a personagem sonha com um transplante facial. No entanto, seu marido, o narrador-personagem, estivador no cais do porto, não tem condição financeira para isso, “E você não ia ter dinheiro para comprar, não é Severino? Você é um fudido”⁷.

Sendo o Outro uma cadeia de significantes, Lacan conclui que os significantes se organizam de modo a modelar as relações humanas, definindo-lhes suas estruturas⁸. Ainda no conto *Jéssica*, os significantes “virgindade” e “fidelidade” apresentam-se como um peso para Severino, que acaba por reagir violentamente diante do significante “corno”. Agressão dirigida, inicialmente ao personagem Raimundo;

“Raimundo me chamou de corno, foi por isso que eu esperei a saída do turno dele, tarde da noite, e acabei com o cachorro. Duas facadas. Raimundo sabia que não se pode chamar o outro de corno, alguém sempre morre quando isso acontece. E o sujeito pode ser corno ou não, isso não interessa, você não pode

4 LACAN, Jacques. Op. Cit., p. 194.

5 FONSECA, Rubem. *Ela e outras mulheres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

6 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 63.

7 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 65.

8 LACAN, Jacques. *O Seminário: livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985, p. 28.

chamar de corno nem mesmo um camarada solteiro, ainda mais casado como eu”⁹.

O significante “corno”, que remete à infidelidade conjugal, leva Severino a agir exatamente segundo as exigências que esse significante traz consigo – “alguém sempre morre quando isso acontece”. Jéssica também é agredida por ele. Contra ela, a agressão ocorre pela infidelidade da personagem. Assim, percebemos que significantes como “virgindade”, “corno”, por exemplo, simbolizam o modo como Severino deve agir. Diante da constatação de que Jéssica, apesar de ter casado virgem, não era fiel a ele – constatação que ocorre, inicialmente, pela denúncia de Raimundo – Severino age exatamente como o homem machista e traído “deveria” agir. Dizemos, assim, que Severino está plenamente inserido no simbólico, ou seja, na cultura, pois a entrada no simbólico está relacionada à inserção na cultura¹⁰. É, conforme define Lacan, uma existência que segue pela rota do simbólico:

“Se o que Freud descobriu e redescobriu num escarpado da vez maior tem um sentido, é que o deslocamento do significante determina os sujeitos nos atos, no destino, nas recusas, nas cegueiras, nos sucessos e na sorte, não obstante seus dons inatos e seu crédito social, sem consideração para o caráter ou o sexo, e que, quer queira quer não, seguirá o curso do significante com armas e bagagens, tudo o que é do dado psicológico”¹¹.

Assim como Freud, Lacan denuncia a exigência social sobre o sujeito. Pensemos a sociedade como plenamente estruturada em significantes e símbolos, pelos quais é mantida. Portanto, encontra-se o sujeito em plena interação com um mundo de símbolos, o qual é, por sua vez, um mundo de Outros que falam. Por essa razão, o desejo encontra a necessidade de ser mediado pelo reconhecimento desse mundo de símbolos, logo, mundo de falantes¹². Deparamo-nos com o conceito lacaniano de ligação simbólica, pelo qual nos situamos uns em relação aos outros – ou, uns em relação aos diferentes eus – pela troca de símbolos, ou seja, por intermédio da lei¹³. Lacan descreve como necessidade vital o fato de o meio do homem ser um meio simbólico¹⁴.

9 FONSECA, Rubem. *Ela e outras mulheres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 63.

10 CHULAM, Tania Maria Olivier. *Escritos sobre os escritos de Lacan. Roteiro de leitura: Vocabulário e termos*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1981, p. 14.

11 LACAN, Jacques. *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 37.

12 LACAN, Jacques. *O Seminário: livro1: os escritos técnicos de Freud*. Trad. Betty Mislán. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986, p. 198.

13 LACAN, Jacques. Op. Cit., p. 198.

14 LACAN, Jacques. Op. Cit., p. 184.

Nessa relação entre sujeito, significante e mundo do simbólico, vários elementos exercem importantes funções. Dentre eles, destacamos inicialmente a significação do falo. Segundo Moustapha Safouan, em discussões acerca do complexo de Édipo, “(...) a entrada em cena da imagem fálica constitui um efeito do simbólico, porquanto essa imagem funcione como um efeito metafórico da função paterna”¹⁵. O falo é a metáfora do pai e este o significante da lei. Lacan afirma que as relações entre os sujeitos é intermediada pela lei, sendo esta significada pelo pai. Temos na imagem paterna o elemento de inserção do indivíduo na lei, a qual “(...) ao declinar o Fallus (Nome-do-Pai), na fala interdutora da Mãe, cumpre uma função de registro simbólico, estabelece os delimites da assujeição”¹⁶. O termo assujeição bem expressa a relação do indivíduo com a lei paterna.

Ainda sobre as significações do falo, Lacan afirma que o falo dá a razão ao desejo¹⁷. Como o falo é o desejo da mãe, temos nele aquilo que a criança almeja ser para tornar-se a satisfação do desejo materno. Mas o que a criança tem a oferecer não corresponde plenamente ao que a mãe deseja, ou seja, o que aquela possui não vale mais do que não possui. Configura-se o falo, portanto, como a ameaça ou a nostalgia da falta de ter¹⁸.

Essa falta de ter, relacionada à recusa do gozo, deflagra pela castração a lei do desejo¹⁹. Este, assim como determina a busca pela satisfação denuncia a impossibilidade imposta pela lei. Compreende-se, na verdade, uma espécie de “subordinação do falo a uma ordem simbólica”²⁰. Nessa ordem, encontramos, no jogo de significantes a explicação para a introdução do falo, a qual resulta de uma “(...) subordinação do acesso à genitalidade a um movimento que o sujeito ressentido como uma exclusão em relação ao próprio falo”²¹.

15 SAFOUAN, Moustapha. *Estudos sobre o Édipo. Introdução a uma teoria do sujeito*. Trad. Anamaria Skinner Stuyzer. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 98.

16 CHULAM, Tania Maria Olivier. *Escritos sobre os escritos de Lacan. Roteiro de leitura: Vocabulário e termos*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1981, p. 33.

17 LACAN, Jacques. *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 269.

18 LACAN, Jacques. Op. Cit., p. 271.

19 LACAN, Jacques. Op. Cit., p. 310.

20 SAFOUAN, Moustapha. *Estudos sobre o Édipo. Introdução a uma teoria do sujeito*. Trad. Anamaria Skinner Stuyzer. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 128.

21 SAFOUAN, Moustapha. Op. Cit., p. 128.

Em sua relação com o objeto, o desejo não surge a partir de um objeto natural. Na verdade, o valor erótico de que o objeto é investido surge a partir do desejo. Logo, percebemos que o desejo também se faz inserido no simbólico – sobretudo pelo signo do falo. Na relação entre sujeito, falo e símbolo entra em cena o complexo de Édipo. Na abordagem lacaniana, muitos aspectos freudianos estão presentes, contudo, alguns redimensionamentos são propostos.

A estreita relação entre complexo de Édipo e superego é evidente. O declínio desse complexo instaura o que Lacan define por introjeção. Segundo ele, compreende-se acerca do termo: “Digamos que se emprega quando produz uma como que inversão – o que era fora se torna dentro, o que era pai se torna o superego”²². Essa inversão corresponde à interação entre o indivíduo e o emaranhado de significantes que o rodeia. Nesse processo, a formação superegoica se destaca por ser o superego o principal portavoiz e vigilante das exigências sociais, sendo estas assimiladas no plano do simbólico.

A entrada no simbólico corresponde a uma das subdivisões correspondentes à descrição lacaniana do complexo de Édipo:

“A relação edípica é subdividida por Lacan em três tempos: O primeiro é o estágio do espelho, em que a criança identifica-se com o Falo, querendo o desejo da mãe; o segundo é marcado pela intervenção paterna, o qual priva a criança de identificar-se com a mãe e com o Falo, impede a criança de ser o Falo. Passada esta fase, a criança entra num terceiro tempo de Édipo, no qual se identificará ao pai. Faz, assim, a sua entrada na ordem simbólica. Interioriza a palavra do Pai, que significa a Lei”²³.

A figura paterna percorre todo o processo, com atuação decisiva. A principal especificidade de Lacan refere-se ao fato de que a mãe é apresentada como objeto de desejo da criança, independente do sexo desta. Além disso, ele define o pai como imagem da autoridade, o qual é visto de modo ambivalente – ambivalência já descrita por Freud – amado e odiado.

22 LACAN, Jacques. *O Seminário: livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Trad. Betty Mislan. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986, p. 195.

23 CHULAM, Tania Maria Olivier. *Escritos sobre os escritos de Lacan. Roteiro de leitura: Vocabulário e termos*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1981, p. 59.

A exposição lacaniana “define o papel normatizante do pai no complexo de Édipo”²⁴. Não há em Lacan, além da definição desse caráter normativo, a busca por definir conceitos de pai normal ou o posicionamento deste no seio familiar. O que temos é a especificação da função paterna²⁵. A resolução do complexo de Édipo é envolvida por aspectos culturais – ou da linguagem, quando, então, o sujeito passa, a partir de sua nomeação, a ocupar o lugar que lhe é devido na formação familiar²⁶. É o significante do nome que define a inserção e participação no espaço simbólico da linguagem, da cultura e, por fim, da ordenação social²⁷. O plano da linguagem é exatamente o que dá sustentação ao superego, instaurado pelo complexo de Édipo. Este, por sua vez, encontra seu procedimento no nome paterno, ou seja, na linguagem: “O superego é uma lei desprovida de sentido mas que, entretanto (sic), só se sustenta na linguagem. Se eu digo virarás à direita é para permitir ao outro ajustar a sua linguagem à minha”²⁸.

Diante dessa afirmação lacaniana, concluímos que a lei de sustentação da vida em sociedade é baseada na palavra. No complexo de Édipo se dá a instauração do superego, sendo que este se apropria da imagem simbólica do nome paterno. Assim, a palavra paterna, origem do superego, é a sustentação da vida em sociedade. Portanto, o pai – que, conforme Lacan, só existe simbolicamente – culturalmente assume a representação da autoridade, “(...) a imago do pai concentra a função de repressão com a de sublimação; mas este é o resultado de uma determinação social, a da família paternalista”²⁹. Destacamos o termo paternalista, pois a abordagem das teorias elencadas neste trabalho refere-se mais diretamente ao modelo da família nuclear burguesa, de contornos patriarcais.

A formação superegoica relaciona-se diretamente com a necessidade de censura, típica à nossa sociedade. Ambas “estão situados no mesmo registro que a lei. É o que Lacan chama de discurso concreto, não só por dominar o homem, mas porque oferece a ele seu

24 PORGE, Erik. *Os nomes do pai em Jacques Lacan: pontuações e problemáticas*. Trad. Celso Pereira de Almeida. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998, p. 40.

25 PORGE, Erik. Op. Cit., p. 40.

26 CHULAM, Tania Maria Olivier. *Escritos sobre os escritos de Lacan. Roteiro de leitura: Vocabulário e termos*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1981, p. 72.

27 CHULAM, Tania Maria Olivier. Op. Cit., p. 72.

28 LACAN, Jacques. *O Seminário: livro1: os escritos técnicos de Freud*. Trad. Betty Mislán. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986, p. 11.

29 LACAN, Jacques. *Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008, p.53.

próprio mundo cultural“³⁰. A censura coloca-se justamente ao nível do discurso. Este, pela ação repressora – aliada à repressão superegoica – exerce a pressão necessária – ou ao menos se acredita que seja realmente uma necessidade – sobre o ego, a fim de mantê-lo de acordo com o discurso, com os símbolos vigentes.

Para melhor definirmos o superego e sua ação, citemos Lacan:

“O superego é um imperativo. Como indicam o bom senso e o uso que se faz dele, é coerente com o registro e com a noção da lei, quer dizer, com o conjunto do sistema da linguagem, na medida em que define a situação do homem enquanto tal, quer dizer, enquanto não é somente indivíduo biológico”³¹.

A sociedade sistematizada pela linguagem exige, por intermédio do superego, a postura ideal à sua manutenção. Essa exigência superegoica acaba por “enquadrar” o discurso do eu no discurso do Outro.

Censura é o termo escolhido por Freud para referir-se ao superego. Esse termo, segundo Lacan, traz a denotação de engano por intermédio da mentira. Compreendemos, assim, o superego como a instância responsável pela cisão do mundo simbólico do sujeito. Nesse processo ele se vê cindido em duas partes, “numa parte acessível, reconhecida e numa parte inacessível, interdita”³². Essa cisão se configura em razão de o superego se produzir como a lei da interdição do sujeito. Portanto, no interior do complexo de Édipo; como ele “ocupa uma posição privilegiada na etapa atual da nossa cultura, da civilização ocidental”³³, temos todo o processo que desencadeia o interdito. A mãe como objeto de desejo, o Pai como nome de interdição e a dissolução desse processo como a formação do superego, como a introjeção da lei, ou seja, cisão pela interdição do sujeito.

Essa cisão corresponde à entrada no simbólico, processo de que a figura paterna é o pivô, “O surgimento do Pai como terceira peça do triângulo criança – mãe – pai é o fator responsável pela inserção da criança no que Lacan denominou de Ordem

30 CHULAM, Tania Maria Olivier. *Escritos sobre os escritos de Lacan. Roteiro de leitura: Vocabulário e termos*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1981, p. 40.

31 LACAN, Jacques. *O Seminário: livro I: os escritos técnicos de Freud*. Trad. Betty Mislan. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986, p. 123.

32 LACAN, Jacques. Op. Cit., p. 226.

33 LACAN, Jacques. Op. Cit., p. 129.

Simbólica. Em outras palavras, temos: em primeiro lugar o Imaginário; em segundo, o Simbólico”³⁴.

Se a realidade social é toda pautada no simbólico, ou seja, se vivemos submersos numa cadeia de significantes, a figura paterna ganha sublime importância. É ela que desencadeia a passagem do Imaginário para o Simbólico, condição necessária à inserção e interação com o social. Acerca do conceito de pai, Lacan nos fala de pais, dos quais destacamos, inicialmente, o imaginário e o simbólico:

“Ao lado dos pais simbólicos, Lacan distingue o papel dos pais imaginários, que são escolhidos de acordo com a relação imaginária despedaçante. São pais mortíferos. Ali onde o pai desfalece há o apelo ao pai simbólico, e ali onde desfaleceu a função do pai simbólico de garantir a castração, surge o pai imaginário (...). Ele (o pai simbólico) é o pai morto como ser e por isto mesmo conservado (como significante) de acordo com a etimologia comum (matar e conservar) (...). o pai imaginário, este, não se o representa senão demais. Ele é o pai assustador, todo-poderoso como o bom Deus garantidor da ordem do mundo, que pune em relação imaginária com seu cortejo de agressividade e de identificação”³⁵.

Esses conceitos são de suma importância para que compreendamos os processos pelos quais passa o sujeito no complexo de Édipo e a importância da imago paterna à formação psíquica. Primeiramente, é importante destacar a relação estreita entre os pais imaginário e simbólico. Onde um falta temos o outro. O pai simbólico surge no desfalecimento paterno, é o significante, o que resta após a morte do pai enquanto ser. Já o imaginário cumpre as possíveis lacunas resultantes do desfalecimento do pai simbólico quanto à sua função de garantir a castração. Não poderíamos afirmar que um exclui o outro, a relação se caracteriza mais pela continuidade.

O conceito de pai simbólico traz à tona a importância que os signos assumem na interação social, “Pois numa linguagem os signos tomam seu valor na sua relação de uns aos outros, na repartição lexical dos sematemas, assim como no uso posicional, ou mesmo flexional, dos morfemas contrastantes com a fixidez da colagem aqui posta em fogo”³⁶. Lacan destaca a valorização dos signos na relação social. Além disso, destaca também o fato de que tais signos - símbolos e significantes – se relacionam, todos eles

34 CHULAM, Tania Maria Olivier. *Escritos sobre os escritos de Lacan. Roteiro de leitura: Vocabulário e termos*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1981, pp. 44,45.

35 PORGE, Erik. *Os nomes do pai em Jacques Lacan: pontuações e problemáticas*. Trad. Celso Pereira de Almeida. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998, pp.25,26,38.

36 LACAN, Jacques. *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p.161.

“ao corpo próprio, às relações de parentesco, ao nascimento, à vida e à morte”³⁷. Portanto, a figura paterna é importante símbolo na cadeia de significantes que entremeiam a interação do sujeito.

Os aspectos aos quais os significantes se relacionam, destacados por Lacan, corpo, parentesco, nascimento, vida e morte de certa forma se ligam ao pai. Destacamos, por exemplo, o corpo e o parentesco. O corpo paterno impõe os limites do corpo do sujeito. Ao desejar-se como o falo – objeto de desejo da mãe – a criança percebe no corpo – ou no falo – paterno o limite de seu próprio corpo. Quanto ao parentesco, a associação com o pai é óbvia, pois é ele quem diretamente estabelece, pelo nome e pelo sobrenome, toda a descendência parental da criança.

Na pluralidade paterna, há ainda outro conceito de suma importância, é o de Pai real. Quanto a ele, “sua apreensão é mais difícil. Ele é aquele que intervém concretamente como agente da castração, enquanto para a criança, presa no jogo fálico com a mãe, ele se faz preferir por esta, porque é falóforo”³⁸. No conceito de Pai real, ganha destaque o termo concretamente, utilizado em especificação da ação paterna. Enquanto o imaginário age no plano da imaginação e o simbólico na significação, no real temos essa ação caracterizada pela concretude. A apreensão da criança pelo pai real ocorre porque este é possuidor do falo, objeto de satisfação do desejo materno. Assim, Lacan faz distinguir-se claramente o pai enquanto nome, enquanto signo e enquanto “ser. Sobre este, diz o teórico: “Miticamente – e é o que quer dizer mítica mente -, o pai só pode ser um animal. O pai primordial é o pai anterior ao interdito do incesto, anterior ao surgimento da Lei, da ordem das estruturas da aliança e do parentesco, em suma, anterior ao surgimento da cultura”³⁹.

A referência lacaniana ao pai primordial remete diretamente ao mito descrito por Freud⁴⁰. O pai mítico, animal, antecede ao incesto, à lei. No plano do cultural é onde o pai existe simbolicamente, digamos uma existência no nome. Assim, chegamos ao caráter metafórico da referência lacaniana ao Nome-do-Pai. A submissão à lei, ou, mais

37 LACAN, Jacques. Op. Cit., p. 158.

38 PORGE, Erik. *Os nomes do pai em Jacques Lacan: pontuações e problemáticas*. Trad. Celso Pereira de Almeida. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998, p. 38.

39 LACAN, Jacques. *Nomes-do-Pai*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2005, p.73.

40 FREUD, Sigmund. *Totem e tabu*. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1974, V.XIII.

precisamente, ao Nome-do-Pai faz-se presente no sujeito desde seu nascimento, quando então se encontra submetido à ordem do significante. O discurso da lei está presente desde sempre para o sujeito, prevalecendo sobre ele ⁴¹. Lacan relaciona diretamente o conceito de pai à ideia de metáfora: “Ninguém é Pai, a não ser por metáfora. É no nome do Pai que se deve reconhecer o suporte da função simbólica que, desde a orla dos tempos históricos, identifica sua pessoa à figura da Lei” ⁴². A constatação de que a existência paterna subsidia-se no nome revela o papel da linguagem na construção da aliança de parentesco. O homem se faz pelo símbolo ⁴³. No nome paterno é definida a existência do sujeito, definição que se acentua pelo sistema parental – um sistema simbólico.

A alienação do eu permite o reencontrar-se pela abolição do alter ego. A sociedade exige do sujeito uma existência de anulação do individual em detrimento ao social. Nessa inversão, as relações de parentesco, subsidiadas na palavra, cumprem papel fundamental:

“Elementares, as estruturas de parentesco nem sempre o são. As nossas, por exemplo, são especialmente complexas, mas, na verdade, não existiriam sem o sistema de palavras que as exprimem e o fato é que os interditos que regulam em nós a troca humana de aliança, no sentido próprio da palavra, limitam-se a um número excessivamente restrito” ⁴⁴.

A inserção no social percorre o caminho das alianças, sendo, a primeira, a parental. Esse processo é intermediado pela palavra. A relação humana com o outro na socialização é toda ela subsidiada nos modelos parentais que são previamente determinados para o sujeito.

Nessas relações, as funções a serem exercidas também passam por essa determinação, que ocorre obviamente pela palavra. É assim com a função paterna, “o nome do pai cria a função do pai” ⁴⁵. Entendamos essa função paterna como a inserção do sujeito no plano da lei. O sujeito, no período de sua infância, escolhe a mãe como objeto primeiro

41 CHULAM, Tania Maria Olivier. *Escritos sobre os escritos de Lacan. Roteiro de leitura: Vocabulário e termos*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1981, p. 45.

42 LACAN, Jacques, apud: CHULAM, Tania Maria Olivier. *Escritos sobre os escritos de Lacan. Roteiro de leitura: Vocabulário e termos*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1981, p. 58.

43 LACAN, Jacques. *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 141.

44 LACAN, Jacques. *Nomes-do-Pai*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 32.

45 LACAN, Jacques. Op. Cit., p. 47.

de seu desejo, almejando uma realização plena de seu desejo pela mãe. Deseja ser o falo, portanto, o objeto de desejo da mãe. Surge, contudo, a imagem do pai como a interdição desse desejo. A imago paterna configura-se como a proibição do incesto, impede a possibilidade da fusão entre a mãe e o filho. Enfim, ao sujeito “castrado” resta aceitar a lei, que, pela interdição do incesto, serve ao desejo por ela mesma instituído⁴⁶.

Observamos no pai a função nomeante. Lacan define o termo Nome-do-Pai não apenas como o nome dado ao pai, mas entende o termo como o nome dado pelo pai⁴⁷, ou seja, “não somente o pai como nome, mas o pai como nomeante”⁴⁸. E não somente a função do Pai – a de nomeante – mas também a função do nome próprio:

“Vemos, portanto, que é necessário colocar no nível do pai um segundo termo depois do totem (...) isto é, a função do nome próprio. O nome, como lhes mostrei, é uma marca já aberta à leitura – eis porque ela será lida da mesma forma em todas as línguas – impressa sobre alguma coisa que pode ser um sujeito que vai falar, mas que não falará de modo algum obrigatoriamente”⁴⁹.

Fica o indivíduo sujeito à palavra do Pai, com toda força determinante – já que instaura a lei – que lhe é proveniente. Diante dessa sujeição, resta ao sujeito o questionamento do lugar de sua fala, pela qual se mostra pouco do sujeito e muito do Outro⁵⁰, isto é, o eu em plena sujeição ao Outro.

O termo imposto pela figura paterna caracteriza-se como uma entre as “Funções do pai ideal”⁵¹. Esse termo é constituído em oposição ao desejo da mãe. É a introdução forçada do significante paterno à relação entre o sujeito e a mãe⁵². Essa lei de interdição do incesto – representada pelo significante Nome-do-Pai – “funciona no inconsciente, como limitação – imposta à umbilicação primeira, para não dizer ‘natural’ do ser do sujeito na fantasia”⁵³. O cultural – representado simbolicamente pelo pai – se sobrepõe

46 CHULAM, Tania Maria Olivier. *Escritos sobre os escritos de Lacan. Roteiro de leitura: Vocabulário e termos*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1981, p. 58.

47 PORGE, Erik. *Os nomes do pai em Jacques Lacan: pontuações e problemáticas*. Trad. Celso Pereira de Almeida. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998, pp. 149, 157.

48 PORGE, Erik. Op. Cit., p. 157.

49 LACAN, Jacques. *Nomes-do-Pai*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, pp.73,74.

50 LACAN, Jacques. *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p.26.

51 SAFOUAN, Moustapha. *Estudos sobre o Édipo. Introdução a uma teoria do sujeito*. Trad. Anamaria Skinner Stuyzer. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 46.

52 SAFOUAN, Moustapha. Op. Cit., p. 47.

53 SAFOUAN, Moustapha. Op. Cit., pp. 55,56.

ao natural – relação entre filho e mãe. O sujeito é inserido na cadeia simbólica. Antes mesmo de seu nascimento e até para além de sua morte podemos dizer que o sujeito está preso a essa cadeia. A linhagem do indivíduo é fundada antes mesmo que sua história pudesse ser bordada. O todo do indivíduo é tomado a partir do seu papel de significante, o qual é definido antes mesmo que as regras lhe sejam transmitidas⁵⁴.

A inserção nessa ordem simbólica pressupõe o sacrifício do sujeito. A castração simbólica o separa de seu desejo, proíbe-lhe a realização plena. Uma renúncia do desejo em detrimento à aceitação da lei⁵⁵. Logo, lei e desejo se confundem: “O desejo e a Lei; a Lei e o desejo, porque a Lei não está inscrita em parte alguma, salvo no desejo”⁵⁶. Nessa fusão, destacamos o poder de determinação que ambos exercem sobre o sujeito, principalmente a determinação imposta pela lei. Segundo Lacan; “para todo ser humano, é na relação à lei à qual ele se liga que se situa tudo o que lhe pode acontecer de pessoal. Sua história é unificada pela lei, pelo seu universo simbólico, que não é o mesmo para todos”⁵⁷. Apesar de esse universo da lei não ser único, as variações sempre respeitam a determinações que, de certa forma, são comum à socialização. Aqui podemos nos questionar sobre essa relação, levando em consideração a forma como alguns se relacionam, destacando se por acaso não estariam inseridos ou se simplesmente questionam ou ignoram tal lei.

Inserido na lei, o sujeito, privado de seu desejo, transferido do imaginário para o cultural passa a viver pela ação do superego e pelo sentimento de culpa, conforme os padrões de normatização dessa lei. O poder sugerido pelo falo e a castração simbólica instauram no sujeito uma identificação com “o significante que representa no Outro uma ordem de Lei”⁵⁸. Assim, compreendemos a lei como sendo também ela um significante, o qual representa para o indivíduo o símbolo de controle do seu desejo e da sujeição à ordem. No Nome-do-Pai está a sustentação da estrutura do desejo com a lei, isto é, a herança paterna é aquilo que nos designa⁵⁹. Percebemos a força e importância exercidas pela imago paterna. Por intermédio dela, ou melhor, de seu nome ocorre a inserção do

54 LACAN, Jacques. *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 199.

55 CHULAM, Tania Maria Olivier. *Escritos sobre os escritos de Lacan. Roteiro de leitura: Vocabulário e termos*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1981, p. 49.

56 CHULAM, Tania Maria Olivier. Op. Cit., p. 60.

57 LACAN, Jacques. *O Seminário: livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Trad. Betty Míslan. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986, p. 229.

58 SAFOUAN, Moustapha. *Estudos sobre o Édipo. Introdução a uma teoria do sujeito*. Trad. Anamaria Skinner Stuyzer. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 115.

59 LACAN, Jacques. *O Seminário: livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985, p.38.

sujeito na lei, no simbólico, no cultural. A designação do sujeito ocorre por essa significação, isto é, passamos a significar pelo nome: “Lacan (...) coloca em relação o nome próprio e a nominação do sujeito: ‘O sujeito é o que se nomeia’. O uso pelo sujeito, antes que se nomeie, de seu nome, para ser o significante divide o sujeito”⁶⁰. Pelo nome, ou, mais precisamente pela nominação temos o prevailecimento do personagem paterno no complexo de Édipo. Domínio este por questões normativas e não naturais⁶¹.

Referimo-nos aos nomes do pai, já que o Pai tem tantos nomes, não se podendo eleger um, apenas, que lhe convenha⁶². A função nomeante da imago paterna se subsidia na pluralidade de nomes, uma variação de significantes que cumprem nomear o pai. Nomeação que pressupõe o enquadramento do sujeito no plano da lei.

A relação do indivíduo com o simbólico, via nome paterno, sugere o redimensionamento do simbólico para toda a relação parental. Sobre isso, comenta Lacan:

“Por conseguinte, tendemos a confundir termos como pai, mãe, filho etc. com relações reais. É porque o sistema das relações de parentesco reduzia-se externamente, em seus limites e em seu campo. Mas trata-se de símbolos. A ponta do que acabo de lhes dizer é de fato esta – toda relação analisável, isto é, interpretável simbolicamente, está sempre inscrita em uma relação a três. Já vimos isso na própria estrutura da fala: o que é realizável libidinalmente entre este e aquele sujeito exige mediação”⁶³.

Lacan é categórico: os conceitos específicos às relações de parentescos são simbólicos, existem no plano do signo. Mãe, pai, filho, todos simbolizam no emaranhado simbólico. O sujeito relaciona-se com o Outro justamente pela mediação do símbolo. O acesso da criança à mãe – seu objeto libidinal – é possível e concomitantemente impossível a partir da identificação dela com o privador – ou seja, o pai. Nesse privador, que se torna um álibi desse desejo infantil, a criança alcança a mãe apenas imaginariamente. Ao ver

60 PORGE, Erik. *Os nomes do pai em Jacques Lacan: pontuações e problemáticas*. Trad. Celso Pereira de Almeida. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998, p. 158.

61 LACAN, Jacques. *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 96.

62 PORGE, Erik. *Os nomes do pai em Jacques Lacan: pontuações e problemáticas*. Trad. Celso Pereira de Almeida. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998, p. 163.

63 LACAN, Jacques. *Nomes-do-Pai*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2005, p. 33.

no pai o objeto de plena satisfação da mãe e ao assumi-lo como exemplo a ser perseguido, a criança alcança, na imaginação, seu objeto de desejo.

Nessa triangulação edipiana, a raiz é o Nome-do-Pai e não exatamente a pessoa. O Nome-do-Pai é o terceiro termo responsável pelo equilíbrio – ou pela mediação – e manutenção dessa relação ⁶⁴. Na interação familiar cabe aos pais assegurarem o desenvolvimento e execução plenos das funções parentais ⁶⁵. Nesse processo, a estruturação familiar se destaca: “Sem dúvida, esses métodos bastam para colocar em evidência traços essenciais, como a estrutura hierárquica da família e para reconhecer nela o órgão privilegiado desta coação do adulto sobre a criança, coação à qual o homem deve uma etapa original e as bases arcaicas de sua formação” ⁶⁶.

A abordagem psicológica confirma o que os estudos sociológicos já haviam evidenciado: a família cumpre papel primordial na atitude coerciva exercida pela sociedade sobre o sujeito. É no seio familiar onde o indivíduo se submete à primeira coação, a qual, como bem destaca Lacan, será responsável pela etapa original da formação moral do sujeito. Destacam-se, aliados às funções parentais, aspectos gerais como “os modos de organização dessa autoridade familiar, as leis de sua transmissão, os conceitos da descendência e do parentesco que a ela estão unidos, as leis de herança e da sucessão que aí se combinam com as leis do casamento” ⁶⁷. Muitos são, portanto, os atributos familiares. É evidente a importância psicológica da família no processo que visa ao enquadramento do sujeito numa situação reconhecida socialmente. Na educação primeira, na repressão dos instintos, na transmissão de estruturas de comportamento e representações a família prevalece. E o resultado de sua ação acaba por ultrapassar os limites da consciência ⁶⁸.

Na ação familiar destacam-se os complexos familiares, os quais, segundo Lacan, desempenham um papel de “organizadores no desenvolvimento psíquico” ⁶⁹. Dentre tais complexos, Lacan destaca o complexo do desmame, o complexo da intrusão e o

64 SAFOUAN, Moustapha. *Estudos sobre o Édipo. Introdução a uma teoria do sujeito*. Trad. Anamaria Skinner Stuyzer. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 40.

65 LACAN, Jacques. *Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008, p.07.

66 LACAN, Jacques. Op. Cit., p. 08.

67 LACAN, Jacques. Op. Cit., p. 08.

68 LACAN, Jacques. Op. Cit., p. 09.

69 LACAN, Jacques. Op. Cit., p. 18.

complexo de Édipo. Destes, o complexo de Édipo já foi, conforme os objetivos de nossa pesquisa, satisfatoriamente abordado por nós. Entre os outros, interessa-nos mais especificamente o primeiro.

Pela teoria lacaniana o complexo do desmame “representa a forma primordial da imago paterna” ⁷⁰, ou seja, é por intermédio desse complexo que temos a fixação da alimentação, caracterizada por aspectos do modo parasitário, correspondente às necessidades típicas dos primeiros meses de vida. Temos, ainda nesse complexo, a fundação dos “sentimentos mais arcaicos e mais estáveis que unem o indivíduo à família” ⁷¹. Como no homem o desmame é condicionado pela regulação cultural, esse processo desencadeia consequências das mais variadas. A mais importante é a concepção, na criança, acerca da função materna e em alguns casos do papel traumático que tal evento desencadeia ⁷². A imago do seio materno passa a dominar toda a vida do homem, uma vez que no processo de amamentação mãe e filho recebem e satisfazem – pelo abraço e contemplação materna, pelo saciamento infantil – “o mais primitivo de todos os desejos” ⁷³.

A partir dessa relação primária, outras se desencadeiam, de modo que o sujeito seguirá constantemente assumindo leis e contratos inerentes ao mundo do símbolo, no qual a ação humana está desde a origem sempre fundada ⁷⁴. O desejo de que o contato primordial com a mãe desenvolva-se até a realização plena entre mãe e filho – pulsão primordial em que a criança deseja ser o falo para a mãe – é interdito pelo não do pai. O desejo alienado se instala no inconsciente. O sujeito, articulado na linguagem, aliena este desejo do significante ⁷⁵.

Percebemos no homem o latente desejo de ser desejado pelo Outro, ser a causa do desejo do Outro, ser o que falta ao Outro ⁷⁶. No Outro o desejo de alcançar a unidade – ao certo não se sabe qual – perdida na origem, constituindo-se o objeto humano por

70 LACAN, Jacques. Op. Cit., p. 19.

71 LACAN, Jacques. Op. Cit., p.19.

72 LACAN, Jacques. Op. Cit., p.22.

73 LACAN, Jacques. Op. Cit., p. 24.

74 LACAN, Jacques. *O Seminário: livro I: os escritos técnicos de Freud*. Trad. Betty Mislan. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986, p. 262.

75 CHULAM, Tania Maria Olivier. *Escritos sobre os escritos de Lacan. Roteiro de leitura: Vocabulário e termos*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1981, p. 109.

76 CHULAM, Tania Maria Olivier. Op. Cit., pp. 109,110.

intermédio de uma perda do objeto ⁷⁷. Assim, reconhecemos o Outro família como formadora do eu, uma vez que “O eu se constitui, inicialmente, numa experiência de linguagem, em referência ao ter, e isso, numa relação em que o outro lhe manifesta o quê? – ordem, desejos, que ela (a criança) deve reconhecer do seu pai, da sua mãe dos seus educadores” ⁷⁸.

Ora, quando essa correspondência entre a ação familiar e o sujeito não é plena, podemos encontrar discordâncias em sua formação psíquica. Sobretudo quando ocorre em relação à imago paterna:

“Essa mesma função da identificação simbólica por onde o primitivo se crê reencarnar o ancestral homônimo e que determina mesmo no homem moderno uma recorrência alterada dos caracteres, introduz então nos sujeitos submetidos a essas discordâncias da relação paterna uma dissociação do Édipo em que é preciso ver a mola constante de seus efeitos patogênicos” ⁷⁹.

Por essa razão, nos questionamos, diante de personagens fonssequianos, acerca da presença paterna. Podemos investigar, inclusive, sobre as possíveis complicações geradas na subjetividade do sujeito quando há essas discordâncias da linhagem paterna ou mesmo familiar. Para responder a tal questionamento, nos sirvamos da encenação literária de Rubem Fonseca, mas não sem antes investigarmos aspectos acerca da imago paterna na sociedade contemporânea.

⁷⁷ CHULAM, Tania Maria Olivier. Op. Cit., p. 103.

⁷⁸ CHULAM, Tania Maria Olivier. Op. Cit., p. 136.

⁷⁹ LACAN, Jacques. *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 141.

4.1 O PAI EM DECLÍNIO

“Você comeria seu pai?”

‘Em churrasco ou ensopadinho, não. Mas em forma de biscoito, como foi mostrado naquele filme, eu não teria a menor repugnância em devorar o meu pai.’”

Rubem Fonseca, *Intestino grosso*.

Ao identificarmos a imago paterna como a responsável pela inserção da lei – por exigências de uma sociedade culturalmente patriarcal – ressaltamos a importância do pai à ordem social. Subsidiado no Nome-do-Pai encontra-se todo um sistema de regras, tradição, honra, enfim, elementos que pressionam o ego – por intermédio do superego – para o cumprimento das pesadas exigências sociais. Numa sociedade assim subsidiada, não fica difícil presumirmos que o declínio da imago paterna possa proporcionar profundas transformações na subjetividade, as quais exigem novas formas de interação social.

Na regulamentação da sexualidade do sujeito, como observamos, a família, sobretudo na figura dos pais, ganha destaque por sua ação repressora. Cabe a ela impedir que essa sexualidade inicialmente livre permaneça assim, superlotando-a de entraves⁸⁰, considerados necessários à manutenção social. Contudo, merece destaque ainda maior o paradoxo imanente a essas funções paterna e materna. Afinal de contas, “Os pais, primeiros incitadores sexuais dos filhos são, também, os que podam essa suposta relação incestuosa”⁸¹. Freud traz à tona⁸² a incitação da sexualidade infantil pelos pais; quer seja no processo de amamentação, na higienização, quer seja simplesmente pela manifestação de afetos, a criança tem, nessas atitudes, os primeiros estimulantes da sexualidade.

Ora, nada mais fazem os pais do que cumprir seu papel de educadores e iniciadores, despertando nos filhos e mostrando-lhes as primeiras sensações sexuais. E quando reprimem, também estão cumprindo seu papel – este plenamente cultural – de

80 CRESPO, Noêmia Santos. *Modernidade e declínio do pai: Uma abordagem psicanalítica*. Vitória: Edufes, 2003, p. 28.

81 CRESPO, Noêmia Santos. Op. Cit., pp. 28,29.

82 FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Trad. Paulo Dias Corrêa. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

formadores de indivíduos a serem inseridos numa ordem social, a qual tem sua base instituída na renúncia ao incesto.

Nesse processo repressivo “o pai é entronizado no papel de intolerável possuidor da mãe”⁸³. A ele Freud atribui, via intimidação aos impulsos incestuosos, a função de transmissão da lei⁸⁴. Essa imagem de intolerável, de impositor da lei desencadeia sentimentos paradoxais da criança para com o pai. Este acaba se tornando objeto de ódio e admiração. No mito freudiano do assassinato do pai primevo⁸⁵, ocorrem o assassinato e a ressurreição, na qual o pai é elevado a um ideal exorbitante. Anseia-se pelo pai assassinado.⁸⁶ Os paradoxos do pai podem, numa relação sinonímica serem lidos como paradoxos da lei. Como o pai goza com aquilo de que nos priva, conseqüentemente o odiamos – pela privação – e o amamos – por sonharmos em tomar seu posto. Com ele está o poder de gozar, de impedir ou até mesmo de permitir nosso gozo. É a lei que poda o indivíduo, indicando-lhe o que é ou não possível, delimitando seu gozo.

No conto *Meu avô*⁸⁷ o narrador-personagem tem a subjetividade pautada nos ensinamentos paternos – transmitidos pelo avô. Este é, para ele, um exemplo a ser seguido, “Eu gostaria de ser também ventanista, adorava meu avô e queria ser um homem bom como ele, mas o trabalho dele não existia mais”⁸⁸

Na interação entre indivíduo e desejo o Outro cumpre papel primordial. O Outro família se torna presença marcante na formação do sujeito. Entre eu e o Outro este se torna de suma importância para aquele: “Dominar o desejo do Outro, interessar e manipular a mãe e seus sucessores (Deus, o Destino, etc.) torna-se muito mais importante que estar vivo”⁸⁹. Logo, temos um eu por um Outro e para o Outro. Questões sobre o que o Outro quer de mim, comigo e para mim são as em torno de que a existência do eu tende a girar⁹⁰. A exigência da existência do sujeito é realmente esse Outro. Iniciadas pela imago paterna, inúmeras exigências subsidiadas em hierarquia, tradição, parâmetros,

83 CRESPO, Noêmia Santos. *Modernidade e declínio do pai: Uma abordagem psicanalítica*. Vitória: Edufes, 2003, p. 34.

84 CRESPO, Noêmia Santos. Op. Cit., p.34.

85 FREUD, Sigmund. *Totem e tabu*. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1974, V.XIII.

86 CRESPO, Noêmia Santos. *Modernidade e declínio do pai: Uma abordagem psicanalítica*. Vitória: Edufes, 2003, p. 37.

87 FONSECA, Rubem. *Meu avô*. In: *Pequenas criaturas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

88 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 117.

89 CRESPO, Noêmia Santos. *Modernidade e declínio do pai: Uma abordagem psicanalítica*. Vitória: Edufes, 2003, p. 91.

90 CRESPO, Noêmia Santos. Op. Cit., p. 100.

regras comportamentais – o Outro simbólico – marcam a vida do eu. Por fim, cabe questionar acerca da ação de todo esse sistema na contemporaneidade:

“O Deus dos antigos, concebido como centro de uma ordem hierárquica e imutável, está morto para nós. Os modernos se querem e se concebem como indivíduos livres e iguais unidos por forças contratuais, instrumentais e dissolúveis (...). Sujeito desnorteado, sem parâmetros e impotente para dirigir-se”⁹¹.

Essa é a imagem da subjetividade contemporânea: Uma mudança do imutável para o contratual, dissolúvel. Uma subjetividade em que o nome paterno não significa a ordem inquestionável, o destino traçado. Ou seja, a lei já não é a última palavra. O sujeito contemporâneo nega os laços que o ligam à tradição, sendo suas relações norteadas por contratos do presente. Uma cultura incapaz de reter seu próprio passado, que cultua o eterno presente, livre do que a formação social anterior procurou preservar. Sociedade esquizofrênica: “Desse modo, pode-se falar de uma esquizofrenia (...) em que se põe a cultura (...), sem noção do desenvolvimento temporal, sem utopias futuras, condenada a viver a presentidade eterna”⁹².

O contato com o Nome-do-Pai marca a sobreposição do simbólico. Nesse processo, a palavra é a intermediadora fundamental da socialização com o Outro. Para Lacan, a ausência paterna no período em que ocorre esse processo sugere, na pessoa, a possibilidade da permanência no imaginário – ou no abstrato. Isso, para o teórico, reforça a “tendência para a eclosão das psicoses”⁹³. A importância paterna se dá porque é a base do sistema da vida em sociedade. Sem ele, a entrada no simbólico pode ser prejudicada.

Ao respeitar a hierarquia sugerida pela imago paterna, o sujeito evita certas situações para honrar os ensinamentos herdados, uma honra do nome paterno por ele herdado, “(...) e eu não gostava de andar armado, meu avô sempre dizia que não se devia fazer violência contra as pessoas”⁹⁴.

91 CRESPO, Noêmia Santos. Op. Cit., pp. 108,109.

92 MENEZES, Philadelpho. *A crise do passado: modernidade, vanguarda, metamodernidade*. São Paulo: Ed. Experimento, 1994, p. 178.

93 CRESPO, Noêmia Santos. *Modernidade e declínio do pai: Uma abordagem psicanalítica*. Vitória: Edufes, 2003, p.121.

94 FONSECA, Rubem. Meu avô. In: *Pequenas criaturas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 119.

A abordagem lacaniana ao complexo de Édipo lança um olhar diferenciado à relação entre a criança e seus pais, “o pai é promovido por Lacan ao estatuto de um suporte crucial para a defesa narcísica da criança frente à mãe perigosa, “obstaculiza a reabsorção da criança pela mãe”⁹⁵. Esse olhar lacaniano confere uma importância a mais à imago paterna. Vê-se o pai como uma segurança para o eu, o elemento simbólico, cultural garantindo a defesa do sujeito.

A ordem humana, articulada pela aliança e pela sucessão, encontra no Nome-do-Pai o elemento pivô dentro da rede de significantes típicos das relações interpessoais. O significante paterno simboliza o advento do cultural sobre o natural. Essa dicotomia entre o cultural e o natural é apreendida entre os conceitos de mãe e de pai. Este pertence ao plano do símbolo, na cadeia de significantes, “É através da construção de articulações simbólicas, fórmulas envolvendo implicação e equivalências que se pode chegar ao conceito de paternidade”⁹⁶. Já a mãe é um conceito referido à realidade, uma vez que pode ser apreendida, pela criança, por intermédio das imagens fornecidas pelos sentidos⁹⁷. Compreendemos, assim, os conceitos de parentesco e aliança como elementos da ordem artificial que rege a interação social, os quais são inseridos pelo Nome-do-Pai, também este caracterizado pela artificialidade inerente ao mundo cultural.

Sobre a falta paterna, dois conceitos lhe podem ser inerentes: desrealização e despersonalização. Esses elementos podem estar “presentes em um sujeito que desprovido do significante paterno seja convocado a responder ou referenciar-se de um modo direto a esse significante”⁹⁸. Referenciar-se ao significante paterno pode ser subentendido como a necessidade de referenciar-se à lei. Sem pai, o sujeito não se personaliza diante da lei, a qual passa a ser um conceito sem a devida importância. Essa constatação dá-se pelo fato de que o pai apresenta-se, numa sociedade marcada pela ordem patrilinear, como o referente implícito da lei, cabendo ao sujeito a obrigação de honrar-lhe⁹⁹. Sujeitos que não honram um pai – por não tê-lo ou porque essa honra é questionada socialmente – automaticamente desonram a lei.

95 CRESPO, Noêmia Santos. *Modernidade e declínio do pai: Uma abordagem psicanalítica*. Vitória: Edufes, 2003, p.123.

96 CRESPO, Noêmia Santos. Op. Cit., p. 134.

97 CRESPO, Noêmia Santos. Op. Cit., p. 134.

98 CRESPO, Noêmia Santos. Op. Cit., p.136.

99 CRESPO, Noêmia Santos. Op. Cit., p. 142.

Retomando o conto, a ruptura do personagem com seu avô – representante do pai – ocorre por exigências sociais,

“Eu levava um revólver dentro do bolso do blusão, mas nunca precisei usar, meu avô não tinha revólver, era contra, dizia para eu nunca usar uma arma, mas ele não precisava, era ventanista. Eu também não usava arma quando arrombava casas vazias, com o dono passando o fim de semana fora”¹⁰⁰.

Como a “profissão” do avô – ventanista – não existia mais, e o arrombamento de portas também ficara inviável, o narrador argumenta que se vê obrigado a utilizar o revólver. Sua desobediência, ou seja, a ruptura ocorre por exigências “profissionais”, questão de sobrevivência.

Como símbolo, o pai simbólico aponta a presença do pai real, cabendo a este a incumbência de efetivar o lugar simbólico instaurado culturalmente¹⁰¹. É pelo pai simbólico que se torna possível a educação, a transmissão de limites. A relação com o cultural é, para o sujeito, a condição necessária para que ele – natural, antes do nome do pai – seja inserido no plano do social. Lacan teoriza o sujeito como um nó entre o simbólico (linguagem), imaginário (corpo vestido pela imagem especular) e real (impensável)¹⁰². Compreende-se o nó como uma cadeia de elos. O Nome-do-Pai é o elo da união entre os elementos Real, Simbólico e Imaginário. Logo, elementos radicalmente díspares são traçados graças à eficácia da função paterna¹⁰³. É o Nome-do-Pai o elo comum do nó borromeu – aquele que se desfaz pela ruptura de qualquer um dos seus elos. Os três nós borromeanos – Imaginário, Simbólico e Real – podem ser amarrados quando se tem um pai¹⁰⁴. Na imago paterna está a viabilidade de amarração desses nós.

Cabe ressaltar que para Lacan o pai existe sobretudo como significante. Logo, a simples presença empírica do genitor não assegura plenamente a efetividade do Nome-do-pai¹⁰⁵. Portanto, compreende-se plenamente o conceito de pai como a “encarnação da Lei no

100 FONSECA, Rubem. Meu avô. In: *Pequenas criaturas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 121.

101 CRESPO, Noêmia Santos. *Modernidade e declínio do pai: Uma abordagem psicanalítica*. Vitória: Edufes, 2003, p.152.

102 CRESPO, Noêmia Santos. Op. Cit., p.172.

103 CRESPO, Noêmia Santos. Op. Cit., p. 175.

104 CRESPO, Noêmia Santos. Op. Cit., p.181.

105 CRESPO, Noêmia Santos. Op. Cit., p.190.

desejo”¹⁰⁶. Lacan ressalta que os elementos de composição familiar são conceitos, por ora confundidos com pessoas reais. Nisso, a presença ou não paterna relaciona-se, de certa forma, como a efetivação de Nome-do-Pai, mas não é um fator definitivo. Quando falamos de declínio do Pai, na verdade, estamos os referindo ao declínio da lei do desejo.

Entre os elementos da modernidade que se relacionam com o declínio do pai, destaca-se a mobilidade geográfica, tanto afetiva quanto ocupacional, segundo a qual pais e filhos,

“afogados no anonimato de uma megalópole , ou separados por milhares de quilômetros ; ou quando o genitor está totalmente imerso em seus projetos individuais são alguns dentre os fatores típicos das exigências de nossa contemporaneidade, responsáveis pelo esvaziamento do antigo zelo pelo nome da família”¹⁰⁷.

Estamos submersos numa cultura que tende a nos absolver da necessidade de honra do nome paterno.

Com o pai declinado, o caminho à satisfação do desejo fica livre, porém, paradoxalmente permanece inalcançável. Agora não mais pelo impedimento, não pela falta, mas pelo excesso. Ao tornar-se o excesso a regra – segundo Marx¹⁰⁸ - o impedimento não mais será necessário, já que a imposição do excesso é por si só impossível de realização plena. No capitalismo há uma exigência contínua e inalcançável¹⁰⁹, em que a satisfação plena continua como impossível, isso não porque a autoridade paterna o impede, mas porque se deseja o excesso, e este, por sua vez, é incessante. Por isso, o simples satisfazer-se não pode ser o bastante.

As forças de mercado tornam-se evidência sobrepondo-se até mesmo à necessidade de solidariedade, esta, manuseada por conceitos como “parentesco”, “vizinhança” profissão, credo. Os sistemas e as hierarquias são subvertidos pelo excesso capitalista¹¹⁰, não restando um nome paterno – hierarquicamente superior – a zelar. O zelo restringe-se às exigências do desmando imposto pela lógica de mercado.

106 CRESPO, Noêmia Santos. Op. Cit., p.190.

107 CRESPO, Noêmia Santos. Op. Cit., p. 191.

108 CRESPO, Noêmia Santos. Op. Cit., p.202.

109 CRESPO, Noêmia Santos. Op. Cit., p. 202.

110 CRESPO, Noêmia Santos. Op. Cit., p. 10.

A exigência capitalista mina a solidez típica das relações pautadas no nome paterno. Evidenciamos, contrariamente, “(...) acentuar a volatilidade e efemeridade de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, idéias e ideologias, valores e práticas estabelecidas. A sensação de que tudo o que é sólido se desmancha no ar (...)”¹¹¹. A ruptura com o tradicional sugere uma vivência próxima do descartável. O mercado necessita que o consumismo se renove exaustivamente, e as relações também passam por essa contínua renovação. Desenvolve-se a capacidade de “(...) atirar fora valores, estilos de vida, relacionamentos estáveis, apego a coisas, edifícios, lugares, pessoas e modos adquiridos de agir e ser”¹¹².

Outro aspecto capitalista que contribui diretamente com a degeneração dos pressupostos sugeridos pela autoridade paterna é a individualização no capitalismo. Vemos destacar-se uma cultura voltada exclusivamente à supervalorização da individualidade. A exacerbada pretensão de autonomia do indivíduo configura-se, segundo Lacan, como um pressuposto da grande neurose contemporânea¹¹³. Assim, predominam os sentimentos de “rejeição de toda dívida para com os outros, sejam eles contemporâneos, sejam eles ancestrais; e crença numa autodeterminação individual pela Razão Esclarecida”¹¹⁴.

Ao tornar-se o indivíduo uma espécie de sede autônoma do pensamento, as possíveis dívidas com a tradição perdem a razão de ser¹¹⁵. Diante disso, a imposição de limites passa a ser algo inviável. Diante do enfraquecimento de conceitos como a autoridade, subentende-se uma imago paterna em declínio, isto é, destituída de seu poder. O pensamento pautado na negação e repúdio à conformidade e à resignação, extensivo a todo indivíduo, pode gerar, ainda, consequências drásticas para aqueles que se encontram destituídos de bens capitalistas, mas que são obrigados a não conformar-se com essa destituição¹¹⁶. Desespero e violência ficam como apenas duas entre as formas pelas quais se pode reagir diante de tão embaraçosa situação. Sem a lei que só pode

111 HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Tradução Adail Ubirajara. Rio de Janeiro: Ed. Loyola, 1989, p. 258.

112 HARVEY, David. Op. Cit., p. 258.

113 CRESPO, Noêmia Santos. *Modernidade e declínio do pai: Uma abordagem psicanalítica*. Vitória: Edufes, 2003, p.224.

114 CRESPO, Noêmia Santos. Op. Cit., p.224.

115 CRESPO, Noêmia Santos. Op. Cit., p.225.

116 CRESPO, Noêmia Santos. Op. Cit., p. 240.

existir simbolicamente, admitir as restrições quando se prega a renúncia a elas torna-se uma impossibilidade.

Assim, a tradição versus a modernidade pode ser traduzida como o impedimento versus o excesso de satisfação:

“Se os integrantes das culturas tradicionais podiam ver-se condenados aos mais extremos sacrifícios, privações, tormentos, pela incidência de mandatos sociais irrecorríveis, os modernos teriam aceito submeter-se a imperativos ainda mais esmagadores: O da autonomia, felicidade, satisfação ilimitadas”

117

A dicotomia entre o individual – satisfação plena do ego – e o social – privações do ego – descrita por Freud como o pivô da ojeriza humana à vida em comunidade esteve, na cultura tradicional, mais centrado à renúncia em favor da sociedade. Na modernidade, volta-se mais ao contentamento individual. Contudo, a autonomia, felicidade e satisfação ilimitadas não correspondem exatamente à libertação do ego, pelo contrário, aprisionam tanto quanto, justamente por ser uma exigência, uma regra. A satisfação ilimitada não é uma sugestão ou possibilidade, é uma exigência, sendo, em muitos casos, até mesmo impossível de se realizar.

A lógica capitalista centra-se na dinâmica da reprodução ampliada. Esta é apoiada na anomia, ou seja, “no apagamento dos limites que outrora normatizaram a satisfação das necessidades de cada grupo”¹¹⁸. Se a reprodução encontrar limitações, o sistema capitalista pode comprometer-se. Diante desse risco, a anulação de limites, isto é, o estado de anomia é uma garantia de que esse risco não possa afligir. Aliás, para Durkheim o progresso e o aperfeiçoamento trazem consigo certo grau de anomia¹¹⁹. Com isso, os limites são extremamente rejeitados e para impô-los encontra-se grande dificuldade. Não só a limitação, mas também qualquer conceito que esteja relacionado à ideia de autoridade, hierarquia sofre rejeição. É por isso que a família, por exemplo, chega a configurar-se como “um verdadeiro enclave hierárquico, quase uma aberração no contexto de uma sociedade individualista”¹²⁰.

117 CRESPO, Noêmia Santos. Op. Cit., p.242.

118 CRESPO, Noêmia Santos. Op. Cit., p. 247.

119 Durkheim, apud: CRESPO, Noêmia Santos. *Modernidade e declínio do pai: Uma abordagem psicanalítica*. Vitória: Edufes, 2003, p. 255.

120 CRESPO, Noêmia Santos. *Modernidade e declínio do pai: Uma abordagem psicanalítica*. Vitória: Edufes, 2003, p. 264.

A família impõe exigências ao indivíduo. Logo, para evitá-las, uma opção é renunciá-la, “Graças a Deus não me casei nem tive filhos”¹²¹. O narrador praticamente se autoriza a andar armado e até mesmo a atirar em alguém. Atitude proibida a um pai de família, “(...) e pai de família não devia andar armado, pai de família tinha que dar a grana para o assaltante, porra, e ir para perto da mulher e dos filhos pequenos e contar que foi assaltado, porra, e depois tomar uma cerveja e ir dormir”¹²². Diante das responsabilidades impostas pela família, a conduta de um pai deve ser dotada de cautela. Aventurar-se é permitido apenas aos que não são inseridos nas exigências familiares.

Os conceitos simbolicamente elaborados – como quer Lacan – dos componentes familiares sofrem alterações, sobretudo o de pai, pois nele reside a autoridade tão renegada pelo capitalismo, “O declínio da imago paterna pode então ser entendido como a fragilização da imagem dos pais, corroída pela crítica iconoclasta dos modernos”¹²³.

A rejeição à resignação, à autoridade, a negação da lei, a necessidade de se supervalorizar a individualidade em detrimento às formações hierárquicas surgem como elementos responsáveis pelo declinar do pai¹²⁴. A imago paterna, antes dotada do poder de autoridade, impositora da lei, agora passa a ser destituída de seu poderio. Uma recusa ao poder¹²⁵.

O poder tradicional é substituído pelo moderno: “O mercado total é um semblante do Pai-Destino onipotente que, diferentemente dos deuses tradicionais não exige sempre o mesmo sacrifício, sempre o mesmo esforço, exige mais e mais”¹²⁶. Com o pai em evidência, o sacrifício rendia em aceitar a impossibilidade de realização plena do desejo. Com o pai em declínio, a satisfação ilimitada é a exigência. Uma exigência massacrante, pois ignora inclusive as limitações da natureza, da palavra, da existência.

121 FONSECA, Rubem. Meu avô. In: *Pequenas criaturas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 120.

122 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 122.

123 CRESPO, Noêmia Santos. *Modernidade e declínio do pai: Uma abordagem psicanalítica*. Vitória: Edufes, 2003, p.276.

124 Entendemos o declinar do pai como o declínio da imago formulada pelo modelo burguês tradicional.

125 CRESPO, Noêmia Santos. *Modernidade e declínio do pai: Uma abordagem psicanalítica*. Vitória: Edufes, 2003, p. 277.

126 CRESPO, Noêmia Santos. Op. Cit., p. 277.

Logo, para quem rompe com as exigências paternas, resta prosseguir; “Pedi perdão ao meu avô, porque não ia me encontrar com ele no céu”¹²⁷ ignorando os possíveis castigos, afinal, “O inferno que se foda”¹²⁸.

127 FONSECA, Rubem. Meu avô. In: *Pequenas criaturas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 123.

128 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 123.

SEGUNDA PARTE
A ORFANDADE NA FICÇÃO DE RUBEM FONSECA

“Ao contrário do romancista, que quer seduzir ou amedrontar, o ensaísta quer exibir erudição, um procedimento arrogante (...)”
Rubem Fonseca, *Buffo & Spallanzani*.

“É a palavra que instaura na realidade a mentira”
Lacan, *O Seminário. Livro 1*.

5. PERCURSOS ERRANTES: EXERCÍCIO DE CRÍTICA LITERÁRIA

“O verdadeiro escritor nada tem a dizer.

Tem uma maneira de dizer nada.”

Rubem Fonseca, *O Caso Morel*.

Envelhecimento do Eu: Essa é a definição proposta por Barthes ¹ à atividade da crítica literária. Exercício que sugere o encerramento, a preservação e o esquecimento, a ponto da subtração do Eu – do crítico – ao código da literatura. Um Eu intato e incomunicável². A submersão do Eu no discurso literário, em sua linguagem é certamente o destino do crítico. Destino trágico ou fatídico? Talvez nenhum deles. Uma condenação apenas:

“O crítico é um escritor, mas um escritor em liberdade condicional; como o escritor, ele gostaria que se acreditasse menos no que ele escreve do que na decisão que ele tomou de escrever; mas ao contrário do escritor, não pode assinar esse desejo: permanece condenado ao erro – à verdade” ³.

O desejo de encontro do erro – ou da verdade – não se configura como o descobrimento de algo “escondido” – escamoteação da verdade – mas consiste no ajuste de linguagem, em que são relacionadas a linguagem literária com a linguagem fornecida especificamente pela época do crítico ⁴. Não há um “traduzir” da obra, mas sim uma elaboração de sentidos, pois o que pode o crítico é “engendrar” um certo sentido derivando-o de uma forma que é a obra” ⁵.

É nesse exercício que se rende o desejo pela linguagem própria da obra. Barthes diferencia a leitura da crítica, considerando que esta duplica a obra, engendrando-lhe certo sentido outro; enquanto a leitura deseja a obra, recusando essa duplicação. Pela crítica é possível investigar a linguagem-objeto – ou o texto literário – tendo-se a

1 BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*. 3 ed. Trad. Leyla Perrone Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2003.

2 BARTHES, Roland. Op. Cit., p.25.

3 BARTHES, Roland. Op. Cit., p. 26.

4 BARTHES, Roland. Op. Cit., p. 161.

5 BARTHES, Roland. Op. Cit., p. 221.

possibilidade de “(...) exprimir numa linguagem simbólica (metalinguagem) as relações, as estruturas de um língua real (linguagem-objeto)”⁶.

Na discussão sobre o fazer crítico, o literário e suas conexões, o conceito de teoria literária e as reflexões sobre sua metodologia ganham destaque. Compreendemos, portanto, a atividade da teoria literária como o embate que se realiza de uma linguagem – ou metalinguagem – sobre outra. Nesse embate, a ação da crítica configura-se como analítica e tópica, pois, segundo Compagnon, “(...) seu objeto são *o/os* discursos sobre a literatura, a crítica e a história literárias, que ela questiona, problematiza, e cujas práticas organiza. A teoria da literatura não é a polícia das letras, mas de certa forma sua epistemologia”⁷.

Podemos, assim, compreender a teoria literária como uma atitude dotada de aporias, do ceticismo, de interrogação e questionamento⁸. Relacionando teoria e crítica literária, concluímos que a abordagem a uma obra sugere uma relação de desejo, dotada de questionamentos. Assim, “criticar”, “teorizar” um texto literário é desejá-lo pela dúvida, pelo questionamento, pela ambiguidade que a literatura comumente instaura.

Os questionamentos e a ambiguidade são inevitáveis pela própria ação da literatura. Definida por Barthes como trapaça, esquiva, revolução da linguagem⁹, a literatura não poderia mesmo escapar da dúvida, do ambíguo, inevitáveis devido ao deslocamento que ela exerce sobre a língua¹⁰. Ora, sendo a língua fascista – “(...) pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer”¹¹ - dotando os signos de estereótipos, a literatura cumpre a trapaça sobre a língua justamente quando a questiona, quando substitui o estereotipado, plenamente definido, pelo ambíguo.

Enquanto a língua é podada pela lei, a literatura opta pela esquiva. É a linguagem capaz de falar segundo as perversões, em negação à lei. Aderir ao perverso significa renunciar

6 BARTHES, Roland. Op. Cit.,p. 27.

7 COMPAGNON, Antonie. *O demônio da teoria: Literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 20.

8 COMPAGNON, Antonie. Op. Cit.,p. 23.

9 BARTHES, Roland. *Atala*. 12 ed. Trad. Leyla Perrone Moisés. São Paulo:Cultrix,2004, 16.

10 BARTHES, Roland. Op. Cit.,p. 17.

11 BARTHES, Roland. Op. Cit.,p. 14.

ao enquadramento do discurso; ao negar a lei, o sujeito nega a imposição fascista da língua, logo, seu discurso e sua subjetividade fogem da ordem. É o que ilustra, por exemplo, *O Cobrador*. Ao rejeitar a ordenação o narrador se mostra como um discurso do questionamento, ou um discurso ambíguo. Por isso ri do discurso típico, como das tentativas da imprensa de nomeá-lo, por exemplo. Ou simplesmente ignora os discursos pautados em valores caros à sociedade, como o apelo à família.

O deslocamento da literatura confere-lhe a intransitividade:

“(…) o escritor concebe a literatura como fim, o mundo lha devolve como meio; e é nessa decepção infinita que o escritor reencontra o mundo, um mundo estranho, aliás, já que a literatura o representa como uma pergunta, nunca definitivamente como uma resposta”¹².

A linguagem literária não diz o mundo, não pode dizê-lo, pois, nesse dizer, um novo mundo é criado, sob leis próprias – as da linguagem. Logo, negação à lei, fuga dos mandos da língua¹³. Pela intransitividade a literatura aponta a si própria. Sendo a língua a forma de expressão, a literatura tem como tarefa inexprimir o exprimível¹⁴, renunciando à transitividade comum à língua – que sempre visa a dizer algo. Portanto, configura-se uma polaridade distintiva entre a linguagem literária e a cotidiana, “O uso cotidiano da linguagem procura fazer-se esquecer tão logo se faz compreender (é transitivo, imperceptível), enquanto a linguagem literária cultiva sua própria opacidade (é intransitiva, perceptível)”¹⁵.

A exploração feita pela linguagem literária não encontra um fim prático. O fim está em si mesma. E por renunciar ao pragmatismo típico da linguagem cotidiana, a literatura alcança o alargamento da língua, que é a possibilidade de alargamento do sujeito. Pelo exercício literário, o escritor refaz o mistério humano a partir da apresentação de aspectos que, concomitantemente, pela opalização e iridescência alcançam a sombra da pessoa real¹⁶. O contato com o texto literário permite ao indivíduo contemplar e viver. A escrita torna-se, desse modo, a possibilidade de alargar-se, de alargar a própria

12 BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*. 3 ed. Trad. Leyla Perrone Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 33.

13 BARTHES, Roland. Op. Cit., p. 09.

14 BARTHES, Roland. Op. Cit., p. 22.

15 COMPAGNON, Antonie. *O demônio da teoria: Literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 40.

16 CANDIDO, Antonio. *A personagem de ficção*. 9ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 35.

existência, como o que é perseguido pela personagem Ângela, criação de Clarice Lispector:

“Ângela - e vejo tudo com perspectivas novas: a mesa onde escrevo se alonga além do comprimento de uma mesa, minha caneta é enorme de longa e preciso para escrever me manter muito longe da mesa para que a ponta da caneta atinja o papel que é mais branco que o papel. Do abajur jorra um grande triângulo de luz sobre o papel e minha mão e eu faço sombra descomunal na parede. Tudo se alargou. Eu, o papel, a luz e a caneta estão soltos num espaço solto no campo ilimitado onde se alteiam trigais dourados”¹⁷

A ampliação das perspectivas alcança o ilimitado. Contrária à restrição da existência, a literatura propõe o alargamento do eu, além do que as imposições da vida em sociedade possam exigir. As possibilidades, cotidianamente reduzidas, alcançam amplidão pela linguagem literária.

A cobrança executada em *O Cobrador* ou em *Feliz ano novo* redimensiona a cobrança em muitas das vezes impossível no social. A proposta do narrador de *O Cobrador*, “E o meu exemplo deve ser seguido por outros, muitos outros, só assim mudaremos o mundo”¹⁸ não se encontra na possibilidade de muitos que o leem. A impossibilidade entre o real e o discurso dá-se pela impossibilidade da literatura de representar o real – mesmo sendo este seu objeto de desejo. Portanto, configura-se a literatura como realista e irrealista. Este pela sua crença no desejo do impossível – o desejo de representar o real – e aquele por tomar o real por objeto de desejo¹⁹.

Mas o desejo literário não está puramente na mimesis, não se contenta com a pura confirmação do real. Se assim fosse, o Cobrador não exerceria de tal modo sua cobrança. Ora, a literatura, como já dissemos, é contrária ao fascismo da língua, por isso o combate ao estereótipo é sua tarefa essencial²⁰. Não devemos compreender a obra literária como sentido – conteúdo ou significado de um significante – mas, sim como significação – processo de sistematização que une determinado sentido a sua forma. O que nos interessa não é exatamente o sentido do que o Cobrador narra, mas o que essa narração constrói para sugerir. A ação do narrador-personagem pode não ser plenamente

17 LISPECTOR, Clarice. *Um sopro de vida (pulsações)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, p. 85.

18 FONSECA, Rubem. *O Cobrador*. In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 504.

19 BARTHES, Roland. *Aula*. 12 ed. Trad. Leyla Perrone Moisés. São Paulo: Cultrix, 2004, pp. 22, 23.

20 BARTHES, Roland. Op. Cit., p. 58.

possível – apesar de verossímil – mas engendra, toda ela, um desejo de negação à ordem imposta.

O mesmo percebemos em *Feliz ano novo*. A ação dos personagens descrita no conto não pretende simplesmente trazer à tona o que acontece no real. Ela ironiza o real no momento em que, personagens inicialmente renegados a um réveillon sem glamour, encerram a narrativa tendo um pouco desse glamour que lhes foi negado, tomado pela violência. É o combate ao estereótipo. Um questionamento de todo um status quo estabelecido – ou mesmo imposto.

Em *Henri* a ambiguidade é ainda mais acentuada. A construção inicial do personagem em alguns momentos dissimula a verdade sobre o protagonista. Mais uma negação ao estereótipo. Aliás, a narração “joga” com estereótipos que estão muito mais no leitor. Ao descrever inicialmente o personagem; “Simples, sóbrio, tranqüilo; olhos de um homem honesto, boca de um homem sensível, um intelectual talvez; educado, respeitável e pontual”²¹, tais características se contrastam com o estrangulamento, revelado no final da narrativa, no plano do estereótipo social que, ingenuamente, recusa reconhecer características tão díspares num mesmo sujeito. Contudo, no sujeito literário – personagem – isso ocorre.

Como processo de significação e não como sentido, a literatura sugere questionamentos sem respostas, “(...) sem entretanto dizer o quê, então a escritura liberta uma pergunta, ela sacode o que existe, sem entretanto nunca pré-formar o que ainda não existe, ela dá sopro ao mundo: em suma, a literatura não permite andar, mas permite respirar”²². A literatura configura-se como linguagem, linguagem segunda, sentido parasita. A imobilidade e a cisão com o mundo que se faz caracterizam-na. Em sua relação com a realidade, a produção literária redimensiona o real, partindo dele, mas sem se prender a ele. Ao sacudir a realidade – ao questioná-la – a literatura não se importa em refazê-la, melhorá-la, ou algo assim. Serve-se do real, mas de costas para ele. O mito de Orfeu, segundo Barthes, ilustra essa relação:

21 FONSECA, Rubem. Henri, In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 28.

22 BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*. 3 ed. Trad. Leyla Perrone Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 172.

“Poder-se-ia dizer, acredito, que a literatura é Orfeu subindo dos infernos; enquanto ela vai em frente, sabendo entretanto que conduz alguém, o real que está atrás dela e que ela puxa pouco a pouco do inomeado respira, anda, vive, dirige-se para a claridade de um sentido; mas logo ela se volta para aquilo que ama, só resta entre suas mãos um sentido nomeado, isto é, um sentido morto”²³.

O inomeado corresponde ao questionamento e à ambiguidade, já a nomeação se insere no enquadramento do discurso. Nomear o objeto é enquadrá-lo, torná-lo manipulável, definido, respondido. Esses atributos, contudo, não conferem com a intransitividade típica da literatura.

Como o exercício da crítica e da teoria literária volta-se ao processo de significação da obra, buscamos identificar linguagens várias que possam ser engendradas à linguagem literária do texto fonsequiano. Ao focar questionamentos sem se preocupar com o nomeado, chega-se à negação de princípios como ordem, estrutura, progresso, linearidade e conclusividade do processo, chegando mesmo a substituí-los por outros como multiplicidade, concomitância, descentralidade, desestrutura, mutabilidade não-progressiva; a teleologia e o paradoxo²⁴.

No conto *A força humana* a não-progressividade é sugerida pela trama do conto. O personagem-narrador inicia e encerra o conto no mesmo espaço, em frente à loja de discos. No início, “Eu queria seguir em frente mas não podia. Ficava no meio daquele monte de crioulos (...) Engraçado, um sujeito como eu sentir vergonha de ficar ouvindo música na porta da loja de discos(...)”²⁵; no final, “Fiquei andando pelas ruas vazias e quando o dia raiou eu estava na porta da loja de discos louco que ela abraisse”²⁶. A fábula do conto prende-se a uma circularidade, na qual o protagonista se submerge, estando, assim, impossibilitado de prosseguir, impedido da continuidade. Uma narrativa que nega a progressão, impondo ao personagem essa não-progressividade.

A rejeição apresentada por Philadelpho Menezes, apontada como característica específica da literatura contemporânea, é evidenciada nos contos *O Cobrador* e *Feliz ano novo*. Os protagonistas desses textos rejeitam à ordem socialmente estabelecida. Em

23 BARTHES, Roland. Op. Cit., p. 172.

24 MENEZES, Philadelpho. *A crise do passado: modernidade, vanguarda, metamodernidade*. São Paulo: Ed. Experimento, 1994, p. 176.

25 FONSECA, Rubem. *A força Humana*, In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 83.

26 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 99.

O Cobrador o narrador chega a sugerir uma reivindicação. Em *Feliz ano novo* os protagonistas não sugerem uma reestruturação, apenas rejeitam a ordem tal como lhes é imposta. Pela violência alcançam o que lhes é negado, ainda que provisoriamente para a comemoração do réveillon. A rejeição da ordem se dá pela ação do roubo – também pelo estupro e pelos assassinatos.

Nesses dois contos sujeitos excluídos protagonizam as ações. David Harvey, em estudos do pós-modernismo²⁷, teoriza acerca de uma mimese da fragmentação. Segundo o teórico, percebe-se, em algumas obras literárias, que a superposição

“(…) de diferentes mundos entre os quais prevalece uma ‘alteridade’ incomunicativa num espaço de coexistência tem uma estranha relação com a crescente favelização, enfraquecimento e isolamento da pobreza e das populações minoritárias. Como a maioria dos indicadores sociais sugere um forte aumento da favelização real a partir de 1970, é proveitoso pensar a ficção moderna como um possível mimese desse fato”²⁸.

Nos contos *O Cobrador* e *Feliz ano novo* sujeitos dessa população menosprezada são trazido à tona. E como questionamento do estereótipo, protagonizam as ações. Quanto ao termo mimese, não o entendamos como pura e simples representação do real, o que seria nomear essa realidade e, por fim, perdê-la. Adequando a linguagem literária a outras linguagens reconhecemos que essa favelização ou fragmentação é questionada na ficção de Rubem Fonseca.

A literatura fonsequiana não apenas relaciona mundos díspares como também questiona a tradicional barreira entre as manifestações culturais. Uma típica “(…) aversão por limites e categorias fixos para a tradicional distinção entre ‘grande arte’ e ‘arte popular’, desconstruindo o limite entre elas ao produzir artefatos autoconscientemente populistas ou comuns”²⁹.

O narrador de *O Cobrador* possui essa disparidade. É um personagem excluído, carente de bens materiais, sem educação, sem família, mas plenamente consciente da condição

27 O termo pós-modernismo raramente aparece em nosso trabalho, sendo citado apenas quando não é possível evitá-lo. Em muitos casos, o substituímos por contemporâneo – e seus sinônimos. Tal recusa ocorre justamente porque o objetivo dessa dissertação não está em discutir o pós-modernismo ou a pós-modernidade em Rubem Fonseca. Contudo, como o autor é contemporâneo ao que teóricos definem como a pós-modernidade, acabamos por utilizar a teoria de alguns deles em algumas de nossas abordagens. Fique claro, portanto, que a escolha por tais teóricos se deve pelo fato de que discutem aspectos que se mostram relativos à literatura do autor. A questão sobre se isso evidencia ou não o pós-modernismo em Rubem Fonseca, não é, portanto, o objetivo de nossos estudos.

28 HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Tradução Adail Ubirajara. Rio de Janeiro: Ed. Loyola, 1989, p. 109.

29 EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: Uma Introdução*. Tradução Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 319.

social em que se insere, e com a consciência da necessidade de cobrança do que lhe é, segundo seu julgamento, exigido injustamente. Um personagem que, apesar da condição de excluído, tem conhecimento dos pormenores que geram essa exclusão.

No conto *Ela*³⁰ junto de termos chulos, utilizados pelo narrador para descrever uma relação sexual há uma citação de Nietzsche. Um exemplo do “rapprochement”³¹ entre a cultura popular e o que um dia permaneceu isolado como alta cultura. O objeto literário se diversifica, não havendo mais a clássica distinção entre o que deve circular no popular e no literário. Ora, em *O Cobrador* a violência excessiva, o sexo – atrativos tradicionalmente populares – são relacionados com uma gama de questionamentos sociais, estes, pela tradição, específicos à alta cultura.

Essa postura gera grande incerteza quanto ao cânone literário. A partir do instante em que a estrutura dos valores culturais é questionada, quando se rompe com a distinção entre as manifestações culturais, a canonização literária que, de certa forma é estipulada sob julgamentos de valor, torna-se incerta³².

Analisamos essas representações literárias sobretudo pelo enredo e pelo personagem. Segundo Antonio Cândido, “O enredo existe através das personagens; as personagens vivem no enredo. Enredo e personagem exprimem, ligados, os intuitos do romance, a visão da vida que decorre dele, os significados e valores que anunciam”³³.

A construção literária abrange vários elementos, contudo, o personagem se destaca porque é através dele que a obra de ficção mais recolhe elementos a sua elaboração. O foco sobre os personagens permite compreender mais verticalmente a relação entre a literatura e seu objeto. Com a crescente complicação psicológica dos personagens – evidenciada do século XIX ao XX – compreendê-los se torna ainda mais necessário.

Ao analisarmos mais detidamente o protagonista de *A força humana*, por exemplo, percebemos uma mostra do que Terry Eagleton define por “sujeito fluido, inconstante e

30 FONSECA, Rubem. *Ela e outras mulheres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

31 HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Tradução Adail Ubirajara. Rio de Janeiro: Ed. Loyola, 1989, pp. 61,62.

32 EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: Uma Introdução*. Tradução Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 329.

33 CANDIDO, Antonio. *A personagem de ficção*. 9ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1992, pp. 53,54.

descentralizado”³⁴. A inconstância e a descentralização se relacionam à falta de identidade, típica da excessiva liberdade:

“A desculpa de excesso de determinação não afasta as implicações degradantes disso – que, afinal de contas integramos sistemas múltiplos e conflitantes em vez de monolíticos, de forma a deixar o sujeito carente de identidade fixa, o que pode vir a confundir-se com sua liberdade”³⁵.

É essa carência que observamos em *A força humana*. O protagonista não consegue integrar os sistemas que lhe são sugeridos. Não leva a diante a amizade – entendida como ser filho – com João, o namoro com Leninha e nem mesmo aceita a “maternidade” de Dona Maria. Um personagem confuso acerca do mundo em que está e da forma como deve agir nele³⁶. Indecisão que se tenta solucionar na busca de valores tradicionais, “O retorno do interesse por instituições básicas (como a família e a comunidade) e a busca de raízes históricas são indícios da procura por hábitos mais seguros e valores mais duradouros num mundo cambiante”³⁷. É o que tenta a todo momento o narrador. Mas, ao não se integrar dos modelos substitutos, idealiza o pai que não mais possui.

Outros aspectos importantes na literatura fonsequiana referem-se à relação que ela traça com seu objeto. Uma marca na produção literária de Rubem Fonseca é o recorte peculiar que o autor faz do real. Isso, toda literatura faz, mas algumas peculiaridades em Rubem Fonseca merecem destaque.

O primeiro aspecto é a abordagem isenta de profundidade, “(...) sem álibi, sem espessura, sem profundidade: permanece na superfície do objeto e a percorre igualmente, sem privilegiar tal ou qual de suas qualidades: é pois exatamente o contrário de uma escrita poética”³⁸.

É assim que ocorre, por exemplo, na descrição da condição social dos protagonistas de *Feliz ano novo*. Eles são postos como excluídos, mas a abordagem permanece na superficialidade. Não há um porquê ou um como que expliquem a condição desses

34 EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: Uma Introdução*. Tradução Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 308.

35 EAGLETON, Terry. *As ilusões do Pós-modernismo*. Tradução Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996, pp. 89, 90.

36 HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Tradução Adail Ubirajara. Rio de Janeiro: Ed. Loyola, 1989, p. 46.

37 HARVEY, David. Op. Cit., pp. 263, 264.

38 BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*. 3 ed. Trad. Leyla Perrone Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 82.

personagens. Apesar de essa condição ser descrita com certa minuciosidade – a precariedade do apartamento onde se encontram é um exemplo – temos um “realismo” bem distinto do tradicional, pois este

“(…) adiciona qualidades em função de um julgamento implícito: seus objetos têm formas, mas também odores, propriedades tácteis, lembranças, analogias, em resumo pululam de significações; têm mil modos de serem percebidos e nunca impunemente já que acarretam em impulso humano de repulsa ou apetite”³⁹.

Isentos dessa variação de significações dadas pela obra, os objetos em Rubem Fonseca terão também “mil modos de serem percebidos”, mas não porque a obra em si atribua tais significações, mas porque é possível uma leitura que relacione os elementos da narrativa a fim de dar-lhes os “devidos” e “possíveis” significados. O que temos é “(...) um objeto sem herança, sem ligações e sem referências, um objeto teimoso, rigorosamente fechado na ordem de suas partículas, sugestivo apenas com relação a si próprio, e que não arrasta seu leitor para um alhures funcional ou substancial”⁴⁰.

No conto *Henri*, quando o protagonista se depara com o caderno repleto de anotações, sua mente se enche de recordações, mas a narrativa não as revela, de modo que o caderno fica sem herança, sem um antes ou depois, objeto isento, “Apanhou na gaveta fechada a chave o seu caderno preto e reviu suas críticas anotações e sua mente se encheu de recordações”⁴¹. Que recordações seriam essas, ao mesmo tempo, o que estaria anotado nesse caderno são informações que ficam suspensas. Essa suspensão mesma que permitirá significações, desde que a leitura relacione as anotações e as recordações com outros artefatos do conto. Algumas outras recordações são reveladas mais adiante no texto, num momento em que a narrativa lança pistas sobre o que até então procurava despistar,

“Pobre Andréé, ele não podia se arriscar tanto, ela começava a desorganizar a sua vida e, no tipo de negócio em que ele estava metido, a disciplina, a meticulosidade, a pontualidade, a organização eram requisitos essenciais que não podiam ser descuidados”⁴².

39 BARTHES, Roland. Op. Cit.,p. 83.

40 BARTHES, Roland. Op. Cit.,p. 83.

41 FONSECA, Rubem. Henri, In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, 29.

42 FONSECA, Rubem. Op. Cit.,p. 32.

O olhar lançado pelo personagem fonsequiano caracteriza-se pelos olhos “(...) de um homem que caminha em sua cidade sem outro horizonte senão o espetáculo, sem outro poder senão o de seus olhos”⁴³. É com este olhar, isento de qualquer psicologia ou metafísica, que o narrador de *A força humana* vê o mundo. Quando está diante da loja de discos, seguido de outros – um monte de crioulos – o narrador-personagem não se auto-analisa ou nem mesmo analisa a situação dos que estão ali. Ele apenas reconhece o fato de que passa a ir à loja todos os dias – “A questão é que passei a ir lá todos os dias”⁴⁴ - sem apontar possíveis causas ou consequências desse fato. Um fato sem herança, sem razão, sem significações aparentes. A própria loja de discos ou as músicas nela tocadas não são expressivos ou reveladores. Eles simplesmente têm o encargo de realizar⁴⁵. Usando a terminologia de Barthes, tanto esses objetos, quanto o caderno em *Henri*, as armas que circulam em *O Cobrador* e *Feliz ano novo* são objetos literais⁴⁶.

Essa suspensão de significados acentua a ambiguidade do texto literário e ratifica sua postura de questionamento: Questionar e “Dessignificar”, segundo Barthes, atributos caros à literatura:

“O que significam as coisas, o que significa o mundo? Toda literatura é uma pergunta, mas é preciso imediatamente acrescentar, pois é o que faz sua especialidade: é essa pergunta menos sua resposta. Nenhuma literatura, no mundo, jamais respondeu à pergunta que fazia e é esse próprio suspense que sempre a constitui como literatura (...). De fato, antropológicamente, as coisas significam imediatamente, sempre e com pleno direito; e é precisamente porque a significação é sua condição de certo modo natural, que ao despojá-las simplesmente de seu sentido, a literatura pode afirmar-se como um artifício admirável: se a ‘natureza’ é significativa, um certo cúmulo de ‘cultura’ seria fazê-la ‘dessignificar’”⁴⁷.

Os contos de Rubem Fonseca inseridos nessa “dessignificação” e no suspense, via questionamento, ao questionar e “dessignificar” o real a que se servem como objeto permitem um trabalho crítico de desejo de encontro do erro – da verdade. Nessa busca, o gênero utilizado pelo autor – conto - também impõe aspectos relevantes à abordagem crítica. Alguns, inclusive, convergem com o que discutimos sobre literatura. Portanto, alguns cuidados devem ser tomados.

43 BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*. 3 ed. Trad. Leyla Perrone Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 92.

44 FONSECA, Rubem. *A força Humana*. In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 83.

45 BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*. 3 ed. Trad. Leyla Perrone Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 97.

46 BARTHES, Roland. Op. Cit., p. 97.

47 BARTHES, Roland. Op. Cit., pp. 107,108.

Principalmente porque o conto é um único e pleno episódio, em torno do qual uma diversidade de ações se ligam, visando ao todo. Em Rubem Fonseca o antes e o depois são apenas sugestões, ou seja, não são desenvolvidos. As narrativas se iniciam dando a impressão de serem fatos suspensos, pois não temos um histórico e, em muitos casos, o fim deixa também suspenso o possível após os fatos narrados. É como se a narrativa do conto sugerisse algo como um recorte em que o antes e o depois são ignorados.

Em todos os contos analisados pouco sabemos sobre o passado, o que possivelmente antecede os personagens ao episódio narrado. No romance essas informações podem ser transmitidas. No conto, estão suspensas. Uma característica que converge com a suspensão de significação própria da literatura – poderíamos afirmar que no conto essa característica, tipicamente literária, é acentuada pela estrutura do gênero.

Assim, assumimos a liberdade condicional e buscamos um engendro de linguagens à literatura fonsequiana. Condicionados à suspensão e ao questionamento do autor, almejamos uma duplicação que corresponda à satisfação do crítico, um desejo errante – ou verdadeiro.

6. SUJEITOS ÓRFÃOS E VIOLENTOS: *O Cobrador e Feliz ano novo*

“A crescente magnitude do comportamento classificado como criminoso não é um obstáculo no caminho para a sociedade consumista plenamente desenvolvida e universal. Ao contrário, é seu natural acompanhamento e pré-requisito”

Bauman, *O mal-estar da Pós-Modernidade*.

“E Rodolfo Arlindo continuou sua cartilínaria dizendo que o homem matava para se divertir, matava para se adornar, matava para ofender, matava para se defender, matava para se instruir, matava para se divertir.”

Rubem Fonseca, *Placebo*.

A orfandade se faz constantemente presente na produção literária de Rubem Fonseca. Muitos personagens do autor encenam literariamente essa falta familiar e tudo o que ela engendra nas esferas do psicológico e do social. Em alguns casos a violência – elemento tão caro à literatura fonssequiana – se mostra como manifestação de indivíduos que não se enquadram no sistema de ordem imposto pelo social. Tal desenquadramento começa na falta familiar, pois é esta a instituição responsável pela inserção do sujeito no sistema de regras e obrigações que regem a vida em sociedade.

Precisamos esclarecer que nossa abordagem explora apenas uma entre as variadas representações que Rubem Fonseca faz da violência. Esta pode manifestar-se de várias formas, por inúmeras razões e dirigir-se a um emaranhado de alvos. Portanto, o que fazemos é um recorte dentre os recortes que nos são apresentados pelo autor. O que pretendemos é, por intermédio das manifestações de violência demonstradas pelos contos em análise, evidenciarmos, na literatura, processos explicados por algumas teorias, relativos às transformações vivenciadas pela família.

Os contos que inicialmente estudamos têm como cenário o espaço urbano contemporâneo, que se compõe, entre outras mazelas, de indivíduos caracterizados pelo descaso e abandono. Estes se mostram destituídos das condições sociais necessárias

para a sobrevivência. Cenário típico da literatura urbana de Rubem Fonseca ¹. Entre as instituições pelas quais esses personagens são abandonados, destacamos a família. Um exemplo dessa privação social é o narrador de *O Cobrador*, que reclama: “Estão me devendo comida, buceta, cobertor, sapato, casa, automóvel, relógio, dentes, estão me devendo” ².

Com exceção da exigência em torno da sexualidade, todas as outras estão na esfera da economia, do capital – inclusive porque numa sociedade capitalista comida e manutenção dos dentes só são possíveis mediante o dinheiro. A propósito sobre os dentes, aparecem constantemente na literatura de Rubem Fonseca como delimitadores da condição social, “Quero muito pegar um camarada que faz anúncio de uísque. Ele está vestidinho, bonitinho, todo sanforizado, abraçado com uma loura reluzente, e joga pedrinhas de gelo num copo e sorri com todos os dentes, os dentes dele são certinhos e são verdadeiros” ³

Ter uma dentição perfeita se mostra como sinônimo de uma condição social elevada, um status. Logo, alvo da agressão do Cobrador, pois ele direciona sua ira à elite, “Leio os jornais para saber o que eles estão comendo, bebendo e fazendo. Quero viver muito para ter tempo de matar todos eles” ⁴.

Em contrapartida, a ausência de dentes revela precária situação econômica:

“Não me chateio, o crioulo tem poucos dentes, dois ou três, tortos e escuros. Digo, tá, não vamos brigar por isso. Compro dois cachorros-quentes e duas cocas e dou metade pra ele e ele me dá o jornal (...). Devolvo o jornal por crioulo. Ele não aceita, ri pra mim enquanto mastiga com os dentes da frente, ou melhor com as gengivas da frente que de tanto uso estão afiadas como navalhas” ⁵.

A imagem irônica criada pelas gengivas que funcionam como dentes tem um tom de hilaridade. Tendo apenas dois ou três dentes tortos o personagem, mesmo ao negar-lhe o

1 MACHADO, Tânia Rejanne de Sousa. *Cidade e violência na literatura brasileira: proposta de uma leitura em Rubem Fonseca*. 2005. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários – UFES), p.12.

2 FONSECA, Rubem. “O cobrador”. In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 492.

3 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 493.

4 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 495.

5 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 502.

jornal, não chateia o narrador, afinal, não lhe deve nada, não pertence, pois, à elite financeira.

Apesar do explícito embate de classes presente neste conto, nossa análise não se direciona por esse caminho. Não negamos que seja ilustrado pelo conto. O narrador, oprimido e degradado, julga seus opressores, atitude que pode ser pensada como resposta à opressão da cidade contemporânea, definida por Marx e Engels como expressão da miséria e degradação da classe operária ⁶. Contudo, acreditamos que a simples opressão econômica e social não é a explicação plena para a manifestação da violência. Primeiramente porque a violência contemporânea não ocorre apenas do pobre para o rico – e a literatura de Rubem Fonseca bem ilustra isso. Há inúmeras outras manifestações, inclusive, contrárias a esta ⁷. Além disso, a pobreza não é unicamente o fator gerador da violência. Sobre isso, citemos Gilberto Velho:

“(…) uma das variáveis fundamentais para se compreender a crescente violência da sociedade brasileira é não apenas a desigualdade social, mas o fato de esta ser acompanhada de um esvaziamento de conteúdos culturais, particularmente os éticos, no sistema das relações sociais. Ou seja, a pobreza tomada isoladamente não explica a perda de referenciais éticos que sustentam as interações entre grupos e indivíduos. Isto fica mais evidente nas grandes cidades, devido à exacerbação da iniquidade social gerada pelo contraste agudo dos modos de vida” ⁸.

Caso fosse a pobreza o único elemento gerador de violência, não teríamos a grande parte dos pobres resignados com a condição social em que se encontram. Logo, nos indagamos sobre os elementos de composição dessa resignação, capazes de fazer com que se sintam enquadrados ainda que oprimidos. A partir desse questionamento, que ausências, aliadas ou não à condição sócio-econômica compõem a perda desse estado de conformidade? Partindo de questões como essas, tendo a literatura de Rubem Fonseca como fio condutor, podemos realizar um estudo pormenorizado das malhas que compõem o modo de vida em sociedade.

6 MACHADO, Tânia Rejanne de Sousa. *Cidade e violência na literatura brasileira: proposta de uma leitura em Rubem Fonseca*. 2005. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários – UFES), p. 18.

7 Como exemplos na literatura de Rubem Fonseca, podemos citar os contos *Passeio noturno I e II*, e *O outro*, ambos do livro *Feliz ano novo*.

8 VELHO, Gilberto, ALVITO, Marcos. *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996.

Freud afirma que a vida em sociedade exige do indivíduo um estado de renúncia, no qual ele deve sacrificar sua individualidade em prol do coletivo ⁹. Envolvido num sistema de regras e exigências sociais, o ego oprime-se a fim de viver em comum acordo com as imposições superegoicas. É dessa forma que a ordem social se mantém. Diante dessa ordem, o homem se vê compelido a atender às exigências que lhe são impostas, a todo momento é obrigado a “pagar” com a renúncia de seus instintos, privação da realização plena de seus desejos.

Observando mais detidamente o narrador de *O Cobrador*, há no personagem uma recusa em atender ao que lhe é exigido. Diante da cobrança do pagamento da extração de seu dente, o Cobrador reage violentamente, e adverte: “Eu não pago mais nada, cansei de pagar; gritei para ele, agora eu só cobro” ¹⁰. O pagamento e a cobrança a que se refere não pairam apenas no âmbito econômico, pois o que ele busca não é apenas dinheiro, “O homem assistiu a tudo sem dizer uma palavra, a carteira de dinheiro na mão estendida. Peguei a carteira da mão dele e joguei pro ar e quando ela veio caindo dei-lhe um bico, de canhota, jogando a carteira longe” ¹¹. A cobrança do protagonista refere-se à mudança de um status quo, em que ele é exacerbadamente exigido e cobrado. Ao rejeitar a situação em que paga excessivamente – cansei de pagar – e assumir a postura de quem apenas cobra – agora eu só cobro – o narrador rejeita uma ordem pré-estabelecida em que seu espaço esteja pré-definido.

A carência do Cobrador, própria de quem pagou excessivamente, está além do plano econômico. Assim, ele reclama: “Tão me devendo colégio, namorada, aparelho de som, respeito, sanduíche de mortadela no botequim da rua Vieira Fazenda, sorvete, bola de futebol” ¹². Nessas exigências, não há elementos muito caros, ou seja, não exigem uma grande soma de capital para tê-los. Com exceção do aparelho de som, todos os outros são bens que denotam mais afetividade que materialidade. São, na verdade, elementos que se referem à formação do sujeito.

Elementos como colégio, sanduíche de mortadela e bola de futebol remetem à infância, em processos de educação – colégio – e convivência familiar – sanduíche e bola de

9 FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad. José Octávio Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

10 FONSECA, Rubem. “O cobrador”. In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 492.

11 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 497.

12 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 493.

futebol. O que lhe falta, portanto, diz respeito à inserção do sujeito na convivência em sociedade, dada inicialmente pela família e continuada por instituições entre as quais a escola se destaca. Aliás, sobre esta, ele comenta: “Na casa de uma mulher que me apanhou na rua. Coroa, diz que estuda no colégio noturno. Já passei por isso, meu colégio foi o mais noturno de todos os colégios noturnos do mundo, tão ruim que já não existe mais, foi demolido. Até a rua onde ele ficava foi demolida”¹³. A forma como se refere ao seu colégio noturno aponta a precariedade com que certamente possa ter se dado sua educação escolar.

Diante dessa falta inicial – família e escola – o desenquadramento do personagem se expande, faltando-lhe, por fim, namorada e respeito. E não apenas isso, mas também “(...) xarope, meia, cinema, filé mignon e buceta(...)”¹⁴. Com essas faltas todas, a desterritorialização do personagem se completa. Não tendo passado pelos processos necessários à inserção na ordem, carente de preceitos básicos para a ocupação do lugar que lhe seria “devido” na sociedade, a resignação se torna, se não insustentável, ao menos incerta. Logo, a renúncia a qualquer processo de enquadramento, “Quem quiser mandar em mim pode querer, mas vai morrer”¹⁵.

No conto *O Cobrador* temos uma reação que se opõe às regras de conduta. Uma clara ação que vai de encontro ao poder institucional, pois o narrador contraria os códigos instituídos por aqueles que se encontram em situação de poder¹⁶. Segundo Lacan, a manutenção dos códigos estabelecidos socialmente ocorre mediante o nome paterno¹⁷. É no Nome-do-pai que a ordem pautada na lei é imposta. Pela sua função nomeante o Nome-do-pai impõe ao indivíduo a necessidade de honrar um nome. Essa honra só é possível quando o sujeito age em conformidade às normas sociais vigentes.

O narrador-personagem do conto está alheio a tais exigências. Ele não possui família: esposa, filhos, mãe, pai. Logo, não se insere nas exigências que essa instituição impõe. Segundo Donzelot, a família tem sua ação toda voltada à continuidade dos padrões

13 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 494.

14 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 498.

15 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 500.

16 MACHADO, Tânia Rejanne de Sousa. *Cidade e violência na literatura brasileira: proposta de uma leitura em Rubem Fonseca*. 2005. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários – UFES), p. 72.

17 LACAN, Jacques. *Nomes-do-Pai*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2005.

sociais¹⁸. Portanto, estar inserido numa família significa fazer parte de um sistema de regras e obrigações, que ratificam as exigências da vida em sociedade. Sem família, o Cobrador está automaticamente livre dessas obrigações. A única relação próxima de um convívio familiar ocorre entre ele e dona Clotilde, a dona do sobrado:

“Quer que eu passe o escovão na sala?, pergunto.
Não meu filho, só queria que você me desse a injeção de trinevral antes de sair.
Fervo a seringa, preparo a injeção.
A bunda de dona Clotilde é seca como uma folha velha amassada de papel de arroz.
Você caiu do céu, meu filho, foi Deus que te mandou, ela diz”¹⁹.

Apesar dos cuidados com ela, atitude típica de filho para mãe, quando esta, doente, exige cuidados especiais, o narrador não se sente afetivamente ligado a dona Clotilde, por isso, não há responsabilidades com a mesma,

“Dona Clotilde não tem nada, podia levantar e ir comprar coisas no supermercado. A doença dela está na cabeça. E depois de três anos deitada, só se levanta para fazer pipi e cocô, ela não deve mesmo ter forças.
Qualquer dia dou-lhe um tiro na nuca”²⁰.

Os cuidados dele não significam exatamente uma exigência familiar. Por essa razão o Cobrador cogita a possibilidade de um dia assassiná-la. A única ligação afetiva do personagem é com Ana palindrômica, para quem ele declara “Eu te amo”²¹. Deveria, portanto, ser Ana a suposta namorada – “Estão me devendo uma garota de vinte anos, cheia de dentes e perfume. A moça do prédio de mármore?”²² - ou esposa que enfim poderia inserir o narrador num sistema familiar? É no que ingenuamente acredita a dona do sobrado:

“Dona Clotilde olha para Ana um tempo enorme. Seus olhos se enchem de lágrimas. Eu rezava todas as noites, ela soluça, todas as noites para você encontrar uma moça como essa. Ela ergue os braços magros cobertos de finas pelancas para o alto, junta as mãos e diz, oh meu Deus, como vos agradeço”²³.

18 DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Trad. M. T. Costa Albuquerque. Revisão Técnica de J. G. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

19 FONSECA, Rubem. “O cobrador”. In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 499, 500.

20 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 500.

21 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 503.

22 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 500.

23 FONSECA, Rubem. Op. Cit., pp. 502, 503.

Contudo, não é isso o que a trama revela sobre a relação entre ambos. Ana não insere o Cobrador na ordem familiar, mas sim redimensiona a ação da violência do personagem, “Agora sei. Ana me ajudou a ver (...). Ana me ensinou a usar explosivos e acho que já estou preparado para essa mudança de escala. Matar um por um é coisa mística e disso eu me libertei”²⁴. Segundo Jacques Donzelot, no modelo instituído pela família burguesa, o papel exercido pela figura feminina consiste, entre outras, na obrigação de manter o homem distante de tudo o que possa perturbar a ordem familiar²⁵. Isso não ocorre em Ana. A personagem surge como complemento da ação de violência do protagonista.

Sem se prender a laços familiares, é comum para o narrador a rejeição à família. Em dois momentos do conto isso ocorre mais explicitamente, quando algumas de suas vítimas tentam apelar para essa instituição, a fim de comovê-lo:

“Ela está grávida, ele disse apontando a mulher, vai ser nosso primeiro filho. Olhei a barriga da mulher esguia e decidi ser misericordioso e disse, puf, em cima de onde achava que era o umbigo dela, desencarnei logo o feto. A mulher caiu emborcada. Encostei o revólver na têmpora dela e fiz ali um buraco de mina”²⁶.

Para quem está alheio à convivência familiar, “repleto” da orfandade, a gravidez não tem qualquer efeito de comoção. Portanto, o narrador não apenas assassina a mulher, mas o faz direcionando sua agressividade àquilo que a vítima tenta utilizar como argumento de comoção e afeto.

Em outro momento, novamente a rejeição à família expressa pela violência do protagonista: “Tenho mulher e três filhos, ele desconversa. Que é isso? Uma desculpa, senha, habeas-corpus, salvo-conduto? Mando parar o carro. Puf Puf Puf, um tiro para cada filho, no peito. O da mulher na cabeça, puf”²⁷. O que a vítima cita para tentar livrar-se do perigo o Cobrador utiliza como contagem dos tiros. Ironicamente oferece um tiro a cada componente familiar. Inútil a tentativa de comovê-lo pela família, até porque, dada sua orfandade, isso se torna impossível. Ao contrário de sua vítima, “(...)

24 FONSECA, Rubem. Op. Cit., pp. 503,504.

25 DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Trad. M. T. Costa Albuquerque. Revisão Técnica de J. G. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

26 FONSECA, Rubem. “O cobrador”. In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 497.

27 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 501.

comprista, eleitor da Arena, católico, cursilista, patriota, modormista e bocalivista, os filhos estudando na puc, a mulher transando decoração de interiores e sócia de butique”²⁸; o Cobrador não se insere nos vários esquemas e padrões que regem o social, logo, não corresponde satisfatoriamente – como a ordem espera – às regras e exigências impostas ao homem.

Retomando à função do nome paterno, segundo a teoria lacaniana, o Nome-do-Pai, referente de instauração da lei traz para o indivíduo um sistema de regras a serem executadas. Pelo nome paterno o indivíduo é inserido no plano do simbólico – no cultural. O narrador de *O Cobrador* não simboliza sobre alguns dos códigos vigentes. Ao ser cobrado a pagar os quatrocentos cruzeiros da extração de seu dente, ele simplesmente reage dizendo que não possui a quantia. Não se sente, portanto, obrigado a cumprir uma exigência socialmente comum: o pagamento por um serviço dentário recebido.

Para Freud ²⁹ a manutenção da lei que rege o social garante que a interação entre os indivíduos não se dê apenas pela lei do mais forte, imposta aos outros, a qual possa ser suplantada pela ordem de outro que seja mais forte, assim sucessivamente. No entanto, é esta a lógica seguida pelo Cobrador: dita a norma quem tem mais força, “Quando não se tem dinheiro / é bom ter músculos / e ódio” ³⁰. Assim, ele soluciona seus embates pela força bruta:

“Fui andando em direção à porta. Ele bloqueou a porta com o corpo. É melhor pagar, disse. Era um homem grande, de mãos grandes e pulso forte de tanto arrancar os dentes dos fodidos. E meu físico franzino encoraja as pessoas (...). Abri o blusão, tirei o 38, e perguntei com tanta raiva que uma gota de meu cuspe bateu na cara dele – que tal enfiar isso no teu cu? Ele ficou branco e recuou” ³¹.

O Cobrador não se importa com o que as regras de convivência possam dizer a respeito da exata conduta diante da cobrança de um serviço prestado. Utiliza da força – e se não a possui fisicamente, lança mão de instrumentos que a potencializem – para que sua vontade prevaleça. Viver em sociedade requer que o indivíduo abra mão de sua

28 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 501.

29 FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad. José Octávio Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

30 FONSECA, Rubem. “O cobrador”. In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 495.

31 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 491.

individualidade, sacrificando-a em prol do social³². No narrador do conto, isso não ocorre. Sua atitude é toda voltada para si próprio.

Na relação entre o sujeito e as exigências sociais, destaca-se o sentimento de culpa. Este é instaurado no complexo de Édipo, quando se dá início à formação superegoica. O superego exerce sobre o sujeito a vigilância constante, garantindo, por intermédio do sentimento de culpa, que a ação do homem seja em conformidade ao sistema imposto pelo social. Segundo Freud, no complexo de Édipo a autoridade paterna é introjetada, dando início à formação do superego. Iniciado esse processo, outras manifestações de autoridade – professor, escola, Deus, Igreja – dão continuidade à formação do superego. A seguir, o ego passa a viver sob a pressão superegoica, que instaura no indivíduo o sentimento de culpa, sendo este a base de sustentação da vida em sociedade³³.

Ao observarmos a postura do narrador de *O Cobrador* diante das exigências sociais, identificamos uma espécie de “baixa pressão” exercida pelo superego. Sendo o superego o responsável de cobrar do sujeito uma postura de acordo com o necessário para a convivência social, o Cobrador, ao rejeitar todo o sistema instaurado, o faz sem culpa. Age deliberadamente seguindo os desejos do id. Inclusive, algumas de suas manifestações são próprias de reações instintuais;

“Dei um grito alto que não era nenhuma palavra, era um uivo comprido e forte, para que todos os bichos tremessem e saíssem da frente (...). Quando satisfação meu ódio sou possuído por uma sensação de vitória, de euforia que me dá vontade de dançar – dou pequenos uivos, grunhidos, sons inarticulados”³⁴.

As reações descritas aproximam-se de reações animais - grunhidos e uivos. Sua busca incessante, regida pelo princípio do prazer não encontra restrição. Um superego fraco para vigiar as ações do ego, que age seguindo a realização plena e irrestrita dos desejos do id. E isso ocorre tanto em relação à violência quanto à sexualidade.

Os processos de formação superegoica e introjeção do sentimento de culpa têm como pivô a imago paterna. Pelo pai ocorre a inserção do sujeito no plano do simbólico –

32 FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad. José Octávio Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

33 FREUD, Sigmund. Op. Cit.

34 FONSECA, Rubem. “O cobrador”. In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 497, 500.

cultura, norma e regras sociais, etc. A fragilidade quanto à ação do superego no narrador nos leva a refletir sobre a presença do pai para o mesmo. Sendo o pai o representante direto da lei, identificamos, num personagem para o qual a lei é insignificante, uma ausência paterna. Referimo-nos aqui à ausência simbólica. Para Lacan, a função simbólica da imago paterna consiste na inserção do sujeito no plano da lei. Estando esse sujeito alheio à lei, podemos identificar nele a orfandade paterna. Logo, compreendemos o Cobrador como encenação literária de um sujeito sem lei, assim, sujeito sem pai.

Outra função de destaque da imago paterna é a de nomeação. Lacan destaca que o Nome-do-pai pesa sobre o sujeito uma malha de exigências. O pai nomeia o filho e este, a partir da nomeação, passa a inserir-se no sistema de obrigações que regem a vida em sociedade. No conto *O Cobrador* o narrador não se refere ao pai, menos ainda ao fato de ter recebido dele um nome. Aliás, quem procura nomeá-lo é a imprensa: “Bandido Boca Larga”, “louco da magnum”. Uma variedade de nomes que revela certo falseamento. O nome é a identificação do indivíduo em determinado grupo, por isso essa variação sugere que as identidades do Cobrador possam estar nesse mesmo processo de flutuação, constantes alterações de identidades caleidoscópicas³⁵.

O único nome que o narrador assume como seu lhe é dado por si próprio: “Não foi Deus nem o Diabo / Que me fez um vingador / Fui eu mesmo / Eu sou o Homem-Pênis / Eu sou o Cobrador”³⁶. O termo Cobrador define quem é o personagem: um vingador que cobra da sociedade aquilo que, segundo ele, lhe é devido. Ele mesmo se nomeia, logo, o próprio personagem se define. Não há uma nomeação paterna, está, pois livre da necessidade de honrar um nome herdado, ou seja, livre da tradição comumente transferida pelas gerações por intermédio do nome paterno.

Podemos fazer uma leitura relacionando essa ausência com o declínio do pai. Na sociedade de cultura exacerbadamente individualista, o sujeito é constantemente convocado a romper com possíveis limitações, a fim de que alcance sua satisfação pessoal. Ora, esse estado dificulta ainda mais a resignação diante de uma situação

35 BOZZI, Aurélia Hübner Peixoto. *Decifrando o Sexo: a venda de corpos e a alma alugada em três contos de Rubem Fonseca*. 2001. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários – UFES), p. 27.

36 FONSECA, Rubem. “O cobrador”. In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 499.

insatisfatória.³⁷ O declínio da imago paterna simboliza a queda da lei, da limitação. Surge, assim, a necessidade de se buscar incessantemente a realização plena dos desejos. Apesar de a sociedade repudiar a violência, esta pode ser um instrumento de cobrança daquilo a que se é privado. E é justamente essa a ação do Cobrador.

Insatisfeito com o estado das coisas – “Digo, dentro da minha cabeça, e às vezes para fora, está todo mundo me devendo”³⁸ – o protagonista direciona seu ódio à classe social que, segundo seu julgamento, é a responsável pelo seu infortúnio. Dessa forma, o ódio e a violência são os instrumentos utilizados para descontar sua desdita. Sem um nome paterno a zelar, não simboliza a necessidade de enquadrar-se numa rede simbólica de códigos que ditam o comportamento. Comporta-se segundo o desejo de sua cobrança:

“Estão me devendo xarope, meia, cinema, filé mingnon e buceta, anda logo. Dei-lhe um murro na cabeça. Ela caiu na cama, uma marca vermelha na cara. Não tiro. Arranquei a camisola, a calcinha. Ela estava sem sutiã. Abri-lhe as pernas. Coloquei os meus joelhos sobre suas coxas. Ela tinha uma pentelheira basta e negra. Ficou quieta, com olhos fechados. Entrar naquela floresta escura não foi fácil, a buceta era apertada e seca. Curvei-me, abri a vagina e cuspi lá dentro, grossas cusparadas. Mesmo assim não foi fácil, sentia o meu pau esfolando. Deu um gemido quando enfiar o cacete com toda força até o fim. Enquanto enfiava e tirava o pau eu lambia os peitos dela, a orelha, o pescoço, passava o dedo de leve no seu cu, alisava sua bunda. Meu pau começou a ficar lubrificado pelos sucos de sua vagina, agora norma e viscosa”³⁹.

Esse trecho revela toda a crueldade do protagonista. Não apenas o ato em si, mas também a forma como é descrita trazem à tona a selvageria. Essa especificidade de Rubem Fonseca, ou seja, a “cruza” com que descreve determinados fatos de suas narrativas é explicado pelo conceito de hiperrealismo:

“(…) entendido como uma tentativa de criar, através da linguagem, um simulacro tão perfeito da realidade, que torna necessário o agenciamento de técnicas muito exageradas, provocando um efeito de desnudamento do caráter de construção da obra. Paralelamente o movimento de utilização da linguagem como mero instrumento de referencialidade, coexiste, pois a valorização da linguagem como estrutura construtora do real, porque o faz significar”⁴⁰.

37 CRESPO, Noêmia Santos. *Modernidade e declínio do pai: Uma abordagem psicanalítica*. Vitória: Edufes, 2003.

38 FONSECA, Rubem. “O cobrador”. In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 492.

39 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 498.

40 VIEGAS, Ana Cristina Coutinho. *Campos recepcionais da obra de Rubem Fonseca*. 1998. Tese (Doutorado em teoria literária – UFRJ), p. 86.

Diante dessa proximidade exacerbada com o real, o texto fonsequiano transmite com certa intensidade o horror da cena narrada. A linguagem utilizada, por exemplo, no relato do estupro permite uma proximidade muito intensa com a realidade de um estupro. E justamente esse narrar hiperreal permite que alcancemos mais de perto o caráter de crueldade com que o texto caracteriza o protagonista.

Ana Viegas ressalta, sobre o hiperrealismo, alguns dos recursos utilizados pelo autor relacionados a essa proposta:

“Faz-se um levantamento dos vários recursos utilizados por Rubem Fonseca, que permitiriam relacionar sua obra à proposta do hiperrealismo. Um primeiro elemento de ligação entre este e a ficção fonsequiana vem a ser a dessacralização da arte através do enfoque a temas considerados não nobres. A aproximação dos recursos da linguagem cinematográfica tão característica dessa ficção se daria também como uma tentativa de criar uma ilusão máxima de realidade, assim como a escolha do foco narrativo”⁴¹.

Vejamos outro trecho do conto característico do hiperrealismo:

“Saqueei o 38 e atirei no pára-brisa, mais para estrunchar o vidro do que para pegar o sujeito. Ele arrancou com o carro, para me pegar ou fugir, ou as duas coisas. Pulei pro lado, o carro passou, os pneus sibilando no asfalto. Parou logo adiante. Fui até lá. O sujeito estava deitado com a cabeça para trás, a cara e o peito cobertos por milhares e pequeninos estilhaços de vidro. Sangrava muito de um ferimento no pescoço e a roupa branca dele já estava toda vermelha. Girou a cabeça que estava encostada no banco, olhos muito arregalados, pretos, e o branco em volta era azulado leitoso, como uma jabuticaba por dentro. E porque o branco dos olhos dele era azulado eu disse – você vai morrer, ô cara, quer que eu te dê o tiro de misericórdia? Não, não, ele disse com esforço, por favor”⁴².

Mais uma “cena” quase cinematográfica, em que a proximidade excessiva com o real se destaca. O exagero no detalhamento dos aspectos de horror – “a cara e o peito cobertos por milhares de pequeninos estilhaços de vidro” – e o discurso indireto livre, em que as falas dos personagens surgem quase que como intervenções à narração dos fatos são exemplos dos recursos delimitados por Ana Viegas. Além, é claro, do tema abordado, assassinato que, assim como estupro bem ilustra essa dessacralização via temática.

41 VIEGAS, Ana Cristina Coutinho. Op. Cit., p. 87.

42 FONSECA, Rubem. “O cobrador”. In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 492, 493.

As especificidades da estética fonsequiana reforçam as características mesmas do narrador-personagem desse conto: violência, agressividade, ódio, crueldade. Assim, tanto os fatos narrados quanto a forma como o são convergem para a reflexão que o narrador faz ao final do conto: “Sei que se todo fodido fizesse como eu o mundo seria melhor e mais justo”⁴³. Caracterizado pela ausência de lei – o que entendemos como orfandade paterna – livre das exigências próprias do superego, o Cobrador rompe com as conveniências sociais e tenta impor um novo estado para as coisas. Destituído de poder, tenta obtê-lo pela violência.

O conto *Feliz ano novo* possui elementos semelhantes aos que identificamos em *O Cobrador*. Sujeitos órfãos e violentos, destituídos de família, emprego, dinheiro, status, educação, poder buscam pela violência adquirir o que lhes falta. Os protagonistas desse conto – narrador, Pereba e Zequinha – certamente não têm a mesma consciência que o Cobrador sobre a necessidade de a classe menos favorecida rebelar-se numa tentativa de mudança. Mas vivem essa privação, essa degradação e, assim como o Cobrador encontram, na violência, um meio de tomar da elite aquilo de que são privados.

Feliz ano novo também é uma amostra da comum temática em Rubem Fonseca: a cidade contemporânea, seus contrastes, suas mazelas; os aniquilados, os subjugados pela sociedade. Os protagonistas passam por uma acentuada privação de bens materiais e sociais. Assim, encontram na violência – roubo, estupro, assassinato – um meio de escapar desse estado de privação. A violência é para eles a retomada de poder, possibilidade de obter aquilo que lhes é negado. De certa forma, uma vingança.

De um apartamento o narrador e Pereba presenciam todo o glamour típico das festividades do réveillon. Estão privados delas, pois não têm condições financeiras para inserir-se no que a tradição exige. Contudo, não estão completamente alheios, pois a mídia não deixa de mostrar-lhes esse glamour, “Vi na televisão que as lojas bacanas estavam vendendo adoidado roupas para as madames vestirem no réveillon. Vi também que as casas de artigos finos para comer e beber tinham vendido todo o estoque”⁴⁴. O quadro construído pelas notícias transmitidas pela televisão é um contraste absurdo da

43 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 503.

44 FONSECA, Rubem. “Feliz ano novo”. In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 365.

situação em que os personagens se encontram, “Pereba, vou ter que esperar o dia raiar e apanhar cachaça, galinha morta farofa dos macumbeiros”⁴⁵.

Os primeiros parágrafos do conto, principalmente por esse contraste, delimitam o quadro social em que os protagonistas se encontram: completamente desprovidos de condições financeiras para comemorar as festividades do ano novo. O distanciamento entre a condição em que estão os personagens e o que lhes é apresentado pela televisão não se limita apenas às informações sobre gastanças com as festividades, mas também inclui imagens relativas à sexualidade: “As madames granfas tão todas de roupa nova, vão entrar o ano novo dançando com os braços pro alto”⁴⁶. A partir dessa imagem, os personagens concluem que não estão privados apenas no que tange a recursos financeiros, mas também no acesso que têm às mulheres:

“Pena que não tão dando pra gente, disse Pereba. Ele falava devagar, gozador, cansado, doente.
“Pereba, você não tem dentes, é vesgo, preto e pobre, você acha que as madames vão dar pra você? Ô Pereba, o máximo que você pode fazer é tocar uma punheta. Fecha os olhos e manda brasa”⁴⁷.

A constatação a que chegam é de estarem excluídos de um grupo social, exclusão que inclui bens materiais, prestígio, status. O narrador revela alguma consciência sobre esse estado, “Eu queria ser rico, sair da merda em que estava metido! Tanta gente rica e eu fudido”⁴⁸. Ele demonstra um claro desejo de mudança, não está, pois, plenamente resignado com a situação em que se encontra. Para buscar uma saída, a violência surge como opção. É esse caminho que o narrador, Pereba e Zequinha - este que também constata a situação em que se encontram: “Já vi que vocês tão na merda, disse Zequinha (...) Pra falar a verdade a maré também não tá boa pro meu lado”⁴⁹ - ; escolhem para melhorar ao menos o réveillon.

A condição dos protagonistas é descrita por Bauman como ação típica do estado capitalista:

45 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 365.

46 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 365.

47 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 366.

48 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 366.

49 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 366.

“A sedução do mercado é, simultaneamente, a grande equilibradora e a grande divisora. Os impulsos sedutores, para serem eficazes, devem ser transmitidos em todas as direções e dirigidos indiscriminadamente a todos aqueles que o ouvirão. No entanto, existem mais daqueles que podem ouvi-los do que daqueles que podem reagir de modo como a mensagem sedutora tinha em mira fazer aparecer. Ao que não podem agir em conformidade com os desejos induzidos dessa forma são diariamente regalados com o deslumbrante espetáculo dos que podem fazê-lo”⁵⁰.

Expostos à redução e à restrição impostas pelo mercado, podendo apenas admirar o espetáculo dos que podem comemorar com sobras o réveillon, os protagonistas percebem que somente se inserindo nessa condição de consumidores podem alcançar alguma dignidade.

De posse do armamento saem em busca de “cobrança” daquilo que lhes é privado. Na ação do assalto podem, finalmente, tomar o que julgavam que lhes faltava. Começam tomando bens materiais; “Revistamos os sujeitos. Muito pouca grana. Os putos estavam cheios de cartões de crédito e talões de cheques. Os relógios eram bons, de ouro e platina. Arrancamos as jóias das mulheres. Um bocado de ouro e brilhante. Botamos tudo na saca”⁵¹. Mas não se limitam a eles, “Subi. A gordinha estava na cama, as roupas rasgadas, a língua de fora. Mortinha. Pra que ficou de flozô e não deu logo? O Pereba tava atrasado. Além de fudida, mal paga”⁵².

A violência com que agem – talvez em resposta à crueldade com que são excluídos – foca-se toda na satisfação de seus desejos. Não há privação por intermédio da renúncia, nem mesmo receio. Violentamente se sobrepõem àqueles que, na lógica do sistema social, lhe estão sobrepostos, “Os homens e mulheres no chão estavam quietos e encagachados, como carneirinhos. Para assustar ainda mais, eu disse o puto que se mexer eu estouro os miolos”⁵³. A ação dos personagens visa a tomar o que lhes é negado, a qualquer custo, independente de que as normas de socialização condenem a forma como agem. Logo, cabe-nos a leitura de que os protagonistas do conto se inserem na mesma desterritorialização do protagonista de *O Cobrador*. Carentes de bens materiais e sociais não participam das instituições que regem as relações entre os indivíduos, como a família. Ao contrário da forma que comumente se comemora o réveillon, eles não se

50 BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da Pós-Modernidade*. Trad. Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998, pp. 55, 56.

51 FONSECA, Rubem. “Feliz ano novo”. In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 369.

52 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 369.

53 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 370.

reúnem numa grande festa, com familiares e amigos. São caracterizados pela orfandade, desobrigam-se de cumprir com as obrigações próprias da convivência familiar.

No conto, assim como dona Clotilde de *O Cobrador*, temos dona Candinha, que tem para com o narrador a atitude típica de uma mãe que acoberta e busca proteger o filho;

“Botei as ferramentas no pacote, as jóias e o dinheiro na saca e levei para o apartamento da preta velha.
Dona Candinha, eu disse, mostrando a saca, é coisa quente.
Pode deixar, meus filhos. Os homens aqui não vêm”⁵⁴.

Contudo, essa relação não traz exigências, pois dona Candinha não é exatamente a mãe, não tem se quer uma convivência como tal. É a substituta materna em apenas um dentre tantos atributos da mãe. Não há laços de afetividade.

A orfandade dos personagens se insere também na ausência paterna. Eles não são nomeados, dois têm apenas apelidos, Pereba e Zequinha, os quais dizem de pouco a nada sobre eles. Sem um nome paterno a zelar, acham-se isentos de cumprir com as obrigações e restrições que o Nome-do-Pai engendra. Não se identificam *por* ou *com* um nome. O único momento em que o recebem é com o intuito de falseamento da identidade:

“Gonçalves, vai lá em cima com a gordinha e traz a mãe dela.
Gonçalves? Disse Pereba.
É você mesmo. Tu não sabes mais o teu nome, ô burro?
Pereba pegou a mulher e subiu as escadas.
Inocência, amarra os barbados”⁵⁵.

Simbolicamente a falta paterna pode significar a ausência da necessidade de se cumprir com as exigências sociais. A vida em sociedade é pautada no cumprimento de uma lei. Esta, por sua vez, é instaurada no indivíduo pela imagem paterna. Logo, a ausência desta implica no plano do simbólico a ausência da lei. “Munidos” dessa falta e de armamento pesado, o narrador, Pereba e Zequinha satisfazem às suas exigências sem se submeter às imposições superegoicas – as quais, pela ausência da autoridade paterna, são enfraquecidas.

54 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 371.

55 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 369.

Percebemos no conto um repúdio, um embate contra a lei ou com o que possa representá-la. A ação do superego, iniciada pela figura paterna, no complexo de Édipo, tem continuidade com as representações da autoridade na sociedade. No conto o embate ocorre diretamente com a polícia, instituição que socialmente tem a função de garantir a manutenção da lei. Os personagens a temem e a odeiam:

“A barra tá pesada. Os homens não tão brincando, viu o que fizeram com o Bom Crioulo? Dezesseis tiro no quengo. Pegaram o Velho e estrangularam! O Minhoca, porra! O Minhoca! crescemos juntos em Caxias, o cara era tão míope que não enxergava daqui até ali, e também era meio gago – pegaram ele e jogaram dentro do Guandu, todo arreventado. Pior foi com o tripé. Tacaram fogo nele. Virou torresmo. Os homens não tão dando sopa, disse Pereba (...)
Depois segurou a doze, colocou a culatra no ombro e disse; ainda dou um tiro com esta belezinha nos peitos de um tira, bem de perto, sabe como é, pra jogar o puto de costas na pare e deixar ele pregado lá”⁵⁶.

Os considerados fora-da-lei travam uma verdadeira guerra contra a polícia. Esta se torna razão de temor e ódio para os criminosos. No trecho supracitado, vários foram mortos pela polícia, enquanto que Zequinha deseja assassinar um policial com determinada arma. Ainda sobre o nome paterno, entre os criminosos listados por Zequinha e Pereba, não há nenhum que seja conhecido pelo nome: Bom Crioulo, Minhoca, Tripé; todos chamados por apelidos. Ora, é comum a aquisição desses apelidos ocorrer no crime, fazendo referência, em alguns casos, à vivência que se tem na criminalidade. Não há um nome paterno a honrar. O apelido não é dado pelo pai, mas, em muitos casos, pelo próprio crime. Em contrapartida, os policiais são reconhecidos, em sua maioria, pelos sobrenomes. Uma referência direta ao nome paterno, ou seja, à lei.

Não podendo realizar seu desejo de assassinar um policial, Zequinha – auxiliado pelo narrador – o transfere para uma das vítimas:

“Carreguei os dois canos da doze. Atira você, o coice dela machucou o meu ombro. Apóia bem a culatra senão ela te quebra a clavícula. Vê como esse vai grudar. Zequinha atirou. O cara voou, os pés saíram do chão, foi bonito, como se ele tivesse dado uma salto para trás! Bateu com estrondo na porta e ficou ali grudado. Foi pouco tempo, mas o corpo do cara ficou preso pelo chumbo grosso na madeira.
Eu não disse?, Zequinha esfregou o ombro dolorido. Esse canhão é foda”⁵⁷.

⁵⁶ FONSECA, Rubem. Op. Cit., pp. 366, 367.

⁵⁷ FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 371.

Matar alguém apenas com o intuito de testar o poder de fogo de uma arma revela uma falta de culpa – tão cara à sociedade⁵⁸ - sem a qual não se pode obedecer plenamente às imposições da vida em comunidade. A violência do trecho surpreende não apenas pelo relatado, mas também pela forma como é feito o relato. Novamente evidenciamos o hiperrealismo. A riqueza de detalhamento e a euforia dos personagens permitem à encenação literária maior aproximação com o real. No conto, outros trechos se enquadram nesse recurso: “O impacto jogou o cara com força contra a parede. Ele foi escorregando lentamente e ficou sentado no chão. No peito dele tinha um buraco que dava para colocar um panetone”⁵⁹. E não apenas nas descrições de assassinatos:

“Com nojo, molhei de saliva o dedo da velha, mas mesmo assim o anel não saía. Fiquei puto e dei uma dentada, arrancando o dedo dela (...). Voltei para o quarto, empurrei a gordinha para o chão, arrumei a colcha de cetim da cama com cuidado, ela ficou lisinha, brilhando. Tirei as calças e caguei em cima da colcha. Foi um alívio, muito legal. Depois limpei o cu na colcha, botei as calças e desci”⁶⁰.

De fato são simulacros muito próximos do real. Descrições com uma linguagem peculiar, que causa tremendo impacto no leitor. Essa peculiaridade de Rubem Fonseca desperta diversas reações. Em relação ao conto em análise, ressaltamos a censura pela qual passou, sob a acusação de reproduzir a violência e, a partir dessa reprodução, induzir a ela. Não pretendemos entrar na discussão acerca do desmereço de tal acusação. O que nos interessa são alguns pormenores da literatura de Rubem Fonseca. Sobre a aparente repetição ideológica de suas obras, comenta Ana Cristina Viegas:

“Aparentemente, trata-se de uma simples reprodução da ideologia vigente, apresentação alienada da realidade urbana moderna: violência, sexo, tecnologia, consumismo desenfreados. Na medida, porém, em que essas obras se apresentam como realistas e, ao mesmo tempo, desmascaram esse realismo por meio, principalmente, do exagero nos recursos para causar a ilusão de realidade, expõe o mecanismo da ideologia que tenta impingir como natural o que é produto de sua linguagem”⁶¹.

A literatura de Rubem Fonseca, ao deflagrar o estado em que a sociedade se encontra, o faz denunciando as mazelas inerentes à urbe contemporânea. Portanto, seria injusto

58 FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad. José Octávio Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

59 FONSECA, Rubem. “Feliz ano novo”. In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 370.

60 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 369.

61 VIEGAS, Ana Cristina Coutinho. *Campos recepcionais da obra de Rubem Fonseca*. 1998. Tese (Doutorado em teoria literária – UFRJ), p. 92.

acusá-lo de uma postura mantenedora da alienação. Neste conto, por exemplo, o tecido textual aponta os mecanismos pelos quais se chega à exacerbação da violência: desigualdade social, orfandade, ausência de lei, desterritorialização. Compreendamos, pois, como realista essa denúncia, esse simulacro que busca apreender ao máximo o real. Muito além do que faz a mídia, a violência é denunciada como componente da atual sociedade, não exaltada. Os recursos linguísticos de que utiliza para descrevê-la seguem o inverso da banalização e anestesia típicas dos meios de comunicação em massa. O choque que o narrar geralmente causa no leitor é eficaz para sugerir-lhe reflexões que o retirem do seu estado anestésico.

Outro redimensionamento da literatura de Rubem Fonseca refere-se à tradicional polarização entre mocinho e bandido. Em *Feliz ano novo* “(...) os praticantes das sexualidades ilegítimas e das ações armadas não estão destinados ao fracasso, a priori como ocorre em outras narrativas, apenas porque vivem na ilegitimidade social, moral ou sexual”⁶². Em Rubem Fonseca, viver na ilegitimidade não significa necessariamente estar fadado ao fracasso. Por isso, em suas narrativas é comum os criminosos obterem êxito em suas ações. Outra denúncia: a de que a violência, com seu assustador crescimento, tem sido cada vez mais vencedora. Em *Feliz ano novo* a vitória dos criminosos é uma resposta às tantas derrotas a que são submetidos.

A primeira derrota concretiza-se pela ausência familiar. Sem inserir-se numa família, os personagens não comungam da convivência inicialmente necessária à inserção no social. Em seguida, são derrotados por um sistema excludente que permite à maioria desfrutar de bens materiais restritos a uma minoria. Aliada a esses fatos, se junta a ausência de lei, simbolicamente representada pela ausência paterna. Na cultura capitalista, em que a ideologia consiste na negação à resignação, qualquer forma de limite ou impedimento se torna algo a ser superado, inclusive a lei, inclusive o pai. Com o pai em declínio, a necessidade de conseguir o que lhes é restrito não encontra impedimento. Usando literalmente as armas que possuem, conseguem finalmente se colocar em situação de privilégio, de cobrança: “É um assalto, gritei bem alto para abafar o som da vitrola. Se vocês ficarem quietos ninguém de machuca (...). Eram vinte

62 VIEGAS, Ana Cristina Coutinho. Op. Cit., p. 97.

e cinco pessoas. Todos deitados em silêncio, quietos como se não estivessem sendo vistos nem vendo nada”⁶³.

Os personagens que começaram a narrativa sem voz e sem vez, sendo obrigados a “ouvir” a voz da elite, pela televisão, terminaram com a voz de comando: “Muito obrigado pela cooperação de todos, eu disse. Ninguém respondeu”⁶⁴. Enfim, munidos de joias, dinheiro, bebida e comida, podem comemorar “dignamente” o réveillon. E por que não como manda a tradição, com um brinde? “(...) eu enchi os copos e disse, que o próximo ano seja melhor. Feliz ano novo”⁶⁵.

63 FONSECA, Rubem. “Feliz ano novo”. In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 368,369.

64 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 371.

65 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 371.

7. ANGÚSTIAS DA ORFANDEDE: *A força humana e Henri*

“Nem tenho desejo, nem esperança, nem fé, nem medo. Por isso ninguém pode me
fazer mal.”

Rubem Fonseca,

A arte de andar nas ruas do Rio de Janeiro.

Quais seriam as garantias possíveis a partir da convivência familiar? E quais desenganos seriam consequências de sua falta? Responder a questionamentos desse tipo consiste numa tarefa demasiadamente complexa, pois se referem diretamente à constituição da subjetividade e, como sabemos, o sujeito se constitui no interior das relações que traça com o Outro. Num modelo social que se subsidia na convivência familiar, o outro família passa a configurar-se de extrema atividade nesse processo de subjetivação do sujeito.

Constatamos que a contemporaneidade vivencia uma intensa mutação no modelo familiar instituído pela condição burguesa, ainda no século XVIII. A família se transformou drasticamente, de modo que o modelo unificado da tradicional família nuclear burguesa sucumbiu. Sabemos, porém, que mudanças desse tipo ocorrem gradativamente, em processo demasiadamente demorado. Enquanto as transformações não são plenamente assimiladas, a sociedade sofre com a angústia de já presenciar um novo sem antes se desvincular do tradicional. É exatamente esse processo que temos presenciado socialmente. Entre a população constituída nas últimas gerações – pensemos nos últimos 30 ou 40 anos – sobretudo das décadas de 80 e 90 em diante, muitos são os que já não se enquadram no padrão da família nuclear burguesa. Contudo, os apelos em torno desse modelo ainda persistem. Para muitos ela ainda é o modelo ideal de convivência, um objetivo a ser alcançado.

Ora, se praticamente toda a sociedade aprende a sonhar com determinado modelo, mas muitos não conseguem concretizá-lo, podemos supor que as consequências tendem a ser desastrosas. Vive-se a idealização de um modelo de difícil alcance e em muitos aspectos quase insustentável, mas na prática formam-se diversas outras formas de convivência, bem distantes do tradicionalmente posto. No contexto capitalista os conceitos de

coletividade e hierarquia intrínsecos à família nuclear burguesa cedem espaço à individualidade e à necessidade de constante superação de limites. O ideal de produção contínua e irrestrita - produção em massa, que exige, conseqüentemente, o consumo em massa – do capitalismo segue na contramão do estabelecimento de um único padrão de convivência. No capitalismo moderno impera a necessidade de diluição em várias vertentes, rompendo com a limitação característica do estabelecimento de padrões únicos e rígidos. Submerso nesse turbilhão de transformações, em meio à transição que a família vem passando, encontramos um sujeito muitas vezes confuso, sem saber ao certo o padrão a adotar ou rejeitar.

Sem acreditarmos que a literatura possa restringir-se a esta ou aquela função – discussão às vezes descabida, e que, se mal direcionada pode reduzir a literatura – identificamos em textos de Rubem Fonseca a encenação literária dessa angústia conseqüente das transformações vivenciadas pela família. Reagir violentamente, sem lei; assumir pela violência a rejeição à ordem social é apenas uma entre as inúmeras reações que podem estar relacionadas à falta familiar.

A dificuldade à busca de sentidos, os quais a família, de certa forma, oferece, surge como outra possível reação à orfandade. Falamos de possibilidades, pois a abordagem a questões relativas à subjetividade não pode se fechar. Por isso, uma vez mais trabalhamos com uma hipótese entre as variadas apresentadas pelas teorias. Para isso, nos conduziremos pelo texto de Rubem Fonseca, nos servindo apenas de uma entre as infindáveis abordagens que um texto literário comumente suscita.

No conto *A força humana*, primeiro do livro *A coleira do cão*, publicado em 1965 – segundo livro de Rubem Fonseca – a violência não se faz tão marcadamente presente como ocorre nos contos *O Cobrador* e *Feliz ano novo*. Contudo, a orfandade se faz presente, apesar de se delinear com outras reações, que não se inserem nas ações violentas destes dois contos. Os únicos embates que se aproximam de uma reação violenta são a luta que o narrador trava em pensamento com o personagem João e a disputa de queda de braços entre o narrador e o personagem Waterloo. Em comparação com os assassinatos e estupro relatados em *O Cobrador* e *Feliz ano novo*, não se pode caracterizar a narrativa de *A força humana* pela presença de uma violência selvagem e cruel.

O fato de o narrador deste conto não reagir violentamente contra a ordem social não significa que ele esteja plenamente inserido nela. Sua desterritorialização também ocorre, o que muda, portanto, é a reação a ela. O narrador de *A força humana* não opta pelo exagero da ação violenta, ao contrário, ele está parado, “Eu queria seguir em frente mas não podia”¹. Apesar de essa fala referir-se especificamente à estagnação do personagem diante das músicas tocadas na loja de discos, “Ficava parado no meio daquele monte de crioulos (...) como eu duro como um pau, fingindo que não estavam ali, disfarçando que olhavam um disco na vitrina, envergonhados”²; ela não representa apenas a condição física daquele instante, mas também o desejo dele de livrar-se do estado em que se encontrava.

Nessa sua condição destacam-se inicialmente as relações que o narrador mantinha com João e com Leninha. Sobre João, o narrador comenta:

“Ele tinha razão, fui pensando nesse dia, reparte comigo a comida que recebe de casa, me dá vitaminas que a mulher que é enfermeira arranja, aumentou meu ordenado de auxiliar de instrutor de alunos só para que eu não vendesse mais sangue e pudesse me dedicar aos exercícios, puxa, quanta coisa, e eu não reconhecia e ainda mentia para ele; podia dizer para ele não me dar mais dinheiro, dizer a verdade, que a Leninha daria para mim tudo que eu queria, que eu podia até comer em restaurante, se eu quisesse, era só dizer para ela: quero mais”³.

Apesar de ambos definirem a relação entre eles como de amizade, percebemos que João exerce para o narrador certa paternalidade. Preocupa-se não apenas com o treinamento, mas também com o sustento, com a saúde do narrador. Questiona até mesmo sobre a companheira dele, Leninha, sob o pretexto de que a relação poderia prejudicar a preparação para o campeonato. Por vários momentos da trama João dá conselhos ao narrador, mostrando preocupação com o sucesso dele – sucesso que seria consequentemente maior sucesso da academia.

1 FONSECA, Rubem. *A força Humana*, In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 83.

2 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 83.

3 FONSECA, Rubem. Op. Cit., pp., 83,84.

Na relação com Leninha – suposta namorada do protagonista – também ocorrem cuidados “especiais”, que podem ser compreendidos como tipicamente maternos: “Acho que ela gosta de me mostrar, pois insistiu comigo para levar a camisa nova, escolheu a calça, o sapato e até quis pentear o meu cabelo, mas isso também era demais e não deixei”⁴. Quando encerram o relacionamento, a preocupação de Leninha, fugindo do comum, não se refere a possíveis sofrimentos inerentes a sentimentos frustrados, mas sim sobre o que seria do narrador sem os cuidados dela, “O que vai ser de você sem mim?”⁵. Os cuidados que Leninha dirige a ele não se restringem aos de um relacionamento conjugal, sendo mais típicos dos cuidados de mãe para filho. Aliás, Leninha não era mãe. De acordo com os padrões sociais vigentes, o fato de ela ser prostituta não confere com a maternidade. Quando não exerce seus cuidados maternos com o narrador, “brinca” de ser mãe com sua boneca: “A boneca sobre a cama: Leninha a penteava todos os dias, mudava sua roupa – calcinha, anágua, sutiã – e falava com ela, minha filhinha linda, ficou com saudades da mamiquinha?”⁶. Ao direcionar mimos e carinho à boneca Leninha satisfaz em parte um possível desejo materno, o qual também é direcionado ao narrador.

A relação do protagonista com João e Leninha possui contornos da relação entre o filho com seus pais, principalmente pela atenção exacerbada e pelos cuidados excessivos que esses personagens dirigem a ele. Tendo neles os substitutos paternos, nos remetemos às transformações frequentes e intensamente vivenciadas pela família. O modelo burguês instituído no século XVIII hoje se desfacelou em várias formas. Dentre elas, é comum termos substitutos paternos e maternos. No conto, temos, ainda, dona Maria que, nas palavras do narrador, era “(...) a velha portuguesa que tinha catarata no olho e queria me tratar como se fosse um filho”⁷. Também essa personagem aparece como substituta materna, tendo, para com o narrador, cuidados típicos de mãe para o filho, “Quando saí, dona Maria me perguntou, ‘não vais fazer a barba?’. Voltei e fiz a barba. ‘Agora sim, estás com cara de limpeza’, disse dona Maria, que não se desgrudava de mim. Tomei café, ovo quente, pão com manteiga, banana. Dona Maria cuidava de mim”⁸.

4FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 97.

5FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 99.

6FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 96.

7 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 93.

8 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 93.

Caracterizado pela orfandade, o narrador encontra, em outros personagens, substitutos familiares. Suas relações acabam simulando o que deveria ser sua relação com seus pais. Seja com amigo, namorada ou dona do quarto, os relacionamentos têm algo em comum: o narrador recebendo cuidados semelhantes aos que um filho recebe dos pais.

Se nos contos *O Cobrador* e *Feliz ano novo* os personagens órfãos reagem pela rejeição à ordem, em *A força humana* não é diferente. O protagonista não reage violentamente – ao menos não através de uma violência demasiadamente cruel, como ocorre nos outros dois contos – mas também se apresenta desterritorializado. Seu desenquadramento caracteriza-se pelo desejo de se afirmar como independente, “(...) eu não preciso de ninguém (...)”⁹. Para quem se caracteriza pela ausência familiar, acostumar-se a outras formas de inserção à ordem social pode ser doloroso, daí a rejeição, a negação, a renúncia, “(...) não queria ver ninguém. Não queria ver ninguém – nunca mais. Nunca mais”¹⁰. Portanto, a necessidade de se auto-convencer da total independência, “(...) ninguém precisava de mim, eu não precisava de ninguém. É isso, é isso”¹¹.

O narrador escapa do enquadramento. Em vários momentos da narrativa ele se esquiva dos conselhos “paternos” de João, “Deixei João gritar essa história toda para ver se sua chateação comigo passava. Disse, pra deixar ele de bom humor, ‘teu peitoral está bárbaro’”¹². Quando não está disposto a ouvir tudo o que há, a esquiva é outra, “A conversa estava chata e resolvi prometer, para encerrar: ‘Pode deixar, João, você vai ver, nesses seis meses eu vou pra cabeça. João me deu um abraço, ‘você é um cara inteligente’”¹³. João busca constantemente aconselhá-lo, sugerindo o que julga bom e correto. De fato, deseja que ele trilhe os caminhos que o levaram a chegar à situação em que se encontrava:

“Como é que você pensa que eu cheguei ao ponto em que eu cheguei. Foi sendo o melhor físico do ano. Mas tive que fazer força, não foi parando a série no meio não, foi malhando de manhã e de tarde, dando duro, mas hoje tenho academia, tenho automóvel, tenho duzentos alunos, tenho o meu nome feito, estou comprando apartamento”¹⁴.

9 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 85.

10 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 93.

11 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 96.

12 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 86.

13 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 90.

14 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 86.

João coloca-se como exemplo para o protagonista, tipicamente exemplo de pai para filho. Tenta mostrar a ele a forma ideal de se empregar a força, a fim de que se obtenha alguma recompensa. Apesar das tentativas de João, o protagonista opta pela rejeição, “João tentou me mostrar o seu esquema, me chamou num canto. Não fui”¹⁵. É justamente ao esquema de enquadramento que o narrador rejeita.

Sendo a família a instituição responsável pela inserção do sujeito na ordenação social, a ausência familiar sugere a impossibilidade dessa inserção. Diante dessa falta, o que resta é a negação a possíveis esquemas de enquadramento. Caso aceitasse as sugestões de João – as quais compreendemos como paternas – o narrador estaria adentrando a um esquema que lhe abriria possibilidades de um enquadramento pleno. Ao rejeitá-las, rejeita receber a “herança paterna”. No nome paterno reside a herança da tradição, do nome a zelar. Ao ser nomeado o sujeito assume as obrigações que seu nome lhe atribui. Quando nega o que João lhe propõe, sendo, este, o substituto paterno, o narrador rejeita a obrigação de zelar pelo que lhe é imposto. Portanto, se livra do sistema de obrigações que o nome paterno impõe. Se tivesse aceitado, o narrador teria que treinar, policiar o namoro, etc. Poderia receber como herança “paterna” prestígio idêntico ao de João. Assumiria as honras e obrigações que o Nome-do-Pai impõe.

O desejo de escapar do esquema em que estava sendo inserido pode ser observado ainda no instante em que o narrador leva Waterloo para a academia. Diante do potencial do personagem, o narrador opta por apresentá-lo a João, a fim de treiná-lo. De certa forma, o próprio protagonista encontra quem poderia substituí-lo. Apesar do embate entre o narrador e Waterloo, na queda de braços, mesmo tendo notado o tratamento diferenciado dado por João a Waterloo, o protagonista não busca a manutenção de seu espaço. De fato, há um interesse maior em abandoná-lo de vez.

A relação do narrador com João – e também com Leninha e dona Maria – apesar dos contornos típicos da relação familiar; o que a configura como uma substituição, não estabelece a obrigatoriedade de uma ligação afetiva. A afetividade entre ambos existe, mas o narrador não se sente necessariamente preso a essa relação. Numa família a ligação entre os componentes é mais intensa, tanto por questões biológicas quanto pela

15 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 96.

cultura. O nome paterno, por exemplo, exige uma postura determinada. O indivíduo recebe do pai um nome pelo qual precisa zelar. Mesmo sendo João o substituto paterno do narrador, apesar de o personagem tentar transmitir-lhe ensinamentos e exigências, o cumprimento não é uma obrigatoriedade. Isso porque João não é verdadeiramente o pai – nem biológico ou por “adoção” – ou seja, não lhe transfere o nome, logo, não há também a transferência das exigências paternas.

O protagonista caracteriza-se plenamente pela orfandade. Sem família, sofre com o abandono. Não constrói laços de afetividade – apesar de haver quem se predisponha a isso – familiar nem de amizades. Em diálogo com Leninha, tenta camuflar seu isolamento e convencê-la de que possui contatos que lhe confeririam algum prestígio:

“‘Não tenho amigos, podia ter, até príncipe, se quisesse’. ‘O quê?’, disse ela dando uma gargalhada surpresa. ‘Não sou nenhum vagabundo, conheço príncipe, conde, fique sabendo.’ Ela riu: ‘Príncipe?!, príncipe! no Brasil não tem príncipe, só tem príncipe na Inglaterra, você está pensando que sou boba’. Eu disse: ‘Você é burra, ignorante; e não tem príncipe na Itália? Esse príncipe era italiano’. ‘E você já foi na Itália?’ Eu devia ter dito que já tinha comido uma condessa, que tinha andado com um príncipe italiano e, bolas, quando você anda com uma dona com quem outro cara também andou, isso não é uma forma de conhecer ele? Mas Leninha também não ia acreditar nessa história de condessa, que acabou tendo um fim triste como todas as histórias verdadeiras: mas isso não conto pra ninguém”¹⁶.

O protagonista se prende a lembranças para tentar se convencer do seu prestígio. Nesse trecho, a intratextualidade remete a outros contos¹⁷ em que o mesmo narrador de *A força humana* vivenciou experiências que, para ele, demonstram importantes relacionamentos. A angústia do narrador se dá pelo desejo de enquadramento, impossibilitado pela orfandade. Os personagens de *O Cobrador* e *Feliz ano novo*, ao contrário, aderem à violência como reação a esse desenquadramento. Assumem tal postura. Não se importam com a possibilidade de serem caracterizados como criminosos, “vagabundos”, ou algo semelhante. Apenas cobram pela violência. Em *O Cobrador* o narrador chega a achar graça dos termos que lhe são atribuídos.

Em *A força humana* o protagonista caracteriza-se pela orfandade, nega um possível enquadramento em algum sistema, mas não aceita ser incluído entre os que “agridem” a

16 FONSECA, Rubem. Op.. Cit., pp., 96,97.

17 Referimo-nos aos contos Fevereiro ou Março, A matéria do sonho e O livro dos panegíricos. Neste último, o narrador se nomeia como José. Encontra-se um estudo pormenorizado dessa e de outras relações intra e extratextuais em Rubem Fonseca no seguinte trabalho: FERREIRA FILHO, Benjamin Rodrigues. *A confraria dos bibliófilos: leitores e livros na ficção de Rubem Fonseca*. Dissertação de Mestrado. Vitória: UFES, 1999.

ordem, “Não sou vagabundo”. Aqui, o termo vagabundo relaciona-se ao vagabundo de Bauman. No mundo de identidades cambiantes, ausente de raízes, duas figuras se destacam, a do turista e a do vagabundo. Enquanto aquele está em movimento contínuo por opção de não fixar-se, este, em contrapartida, não possui um lar, é, portanto, obrigado a transitar. Uma liberdade que lhe é imposta. Para o vagabundo, “(...) estar livre significa não ter de viajar de um lado para outro. Ter um lar e ser permitido ficar dentro dele”¹⁸. Uma mobilidade imposta e indesejada, pois “(...) os vagabundos se movem porque acham o mundo insuportavelmente inóspito”¹⁹. É exatamente o que ocorre com o narrador desse conto.

Sua preocupação está no fato de que se encontra só, isolado. E apesar de rejeitar enquadramentos que substituiriam sua falta, o desejo afinal é de que pudesse achar-se inserido:

“Exato: como numa igreja, e me deu uma vontade de rezar, e de ter amigos, o pai vivo, e um automóvel. E fui rezando lá por dentro e imaginando coisas, se tivesse pai ia beijar ele no rosto, e na mão tomando benção, e seria seu amigo e seríamos ambos pessoas diferentes”²⁰.

A tristeza dele revela-se como fruto de seu isolamento, de sua solidão. Para o narrador, ter o pai vivo seria sinônimo de ter um amigo, na verdade, seu pai seria seu ponto de referência. A amizade e “paternidade” de João não são suficientes para que ele possa preencher a lacuna deixada pela orfandade paterna. O que o narrador deseja não é a substituição paterna, mas sim o pai. A partir dessa declaração do desejo de ter o pai vivo, ao final da narrativa, podemos relacionar a angústia do narrador a essa ausência. Sem a força auxiliar do pai, a desterritorialização do personagem se sobressai. Uma angústia da falta familiar que não encontra uma forma satisfatória de superação.

Outro texto em que encontramos a não superação da falta paterna é o conto *Henri*. Este conto foi publicado no primeiro livro de Rubem Fonseca, *Os prisioneiros*, datado de 1963. A narrativa tem como contexto a 2ª Guerra mundial, o espaço é a França. O conto narra a ação de um matador em série, o protagonista Henri. O foco narrativo é a 3ª pessoa – diferentemente dos outros três contos analisados. Sua trama surpreende, pois o

18 BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da Pós-Modernidade*. Trad. Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998, p. 117.

19 BAUMAN, Zygmunt. Op.. Cit., p. 118.

20 FONSECA, Rubem. A força Humana, In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 99.

protagonista, apesar de sua ação criminosa, possui características que contrastam com isso. Para a construção dessa surpresa, a forma como a narrativa transcorre é fundamental. O que percebemos é uma narração em 3ª pessoa com contornos de narração em 1ª. Característica marcante em Rubem Fonseca:

“Mesmo nos contos em que há um personagem que construiria a tradicional narrativa em terceira pessoa, ele tem seu status questionado, a onisciência não existe. O narrador acompanha o desenrolar dos fatos, sem ter deles nenhum conhecimento a priori ou a posteriori; vê a ação se sucedendo como qualquer dos personagens em cena, como o próprio leitor, transformado também em espectador. Nenhuma explicação ou conclusão ajuda a entender a cena”²¹.

Esse artifício envolve o leitor na trama, sem preveni-lo, culminando com um final surpreendente. As descrições iniciais do personagem e o pré-julgamento de madame Pascal divergem do desfecho. Algumas pistas são apontadas, ora para ajudar o leitor, ora para despistá-lo ou, algumas outras, de caráter ambíguo, característica comum ao romance policial, gênero com qual o autor comumente comunga. A ação de Henri, a princípio, é comparada a trabalho e negócio:

“(…) o fato de ser calvo jamais tivera efeito negativo sobre o seu trabalho, o que era uma absoluta verdade (...) ele começava a desorganizar sua vida e, no tipo de negócio em que ele estava metido a disciplina, a meticulosidade, a pontualidade, a organização eram requisitos essenciais que não podiam ser descuidados”²².

Toda a exatidão com que Henri agia era necessária para que alcançasse sucesso em seu objetivo. Para envolver suas vítimas executava todo um plano, arquitetado nos mínimos detalhes. Essa postura do protagonista está estritamente relacionada a características tipicamente burguesas: disciplina, meticulosidade, pontualidade, organização configuram-se como exigências necessárias e comuns à lógica burguês-capitalista. A própria ideia de negociação remete a esses conceitos. Henri é um criminoso no sentido literal do termo, mas algumas características típicas dessa criminalidade não deixam de ser exigidas pelo negócio burguês:

“Como extrator da mais-valia na fábrica, como vendedor e comprador no mercado, como capitalista, o homem burguês ou da classe média alta precisa

21 VIEGAS, Ana Cristina Coutinho. *Campos recepcionais da obra de Rubem Fonseca*. 1998. Tese (Doutorado em teoria literária – UFRJ), p. 88.

22 FONSECA, Rubem. Henri, In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp., 28,32.

ser cruel, imoral, cheio de malícia e traição, comportando-se como um ‘criminoso’, mesmo enquanto respeita as regras do jogo”²³.

O protagonista traz essas características que tanto podem ser as de um criminoso quanto são as de um negociador. Os meios são semelhantes, o que altera é a finalidade. Nos negócios e no crime a astúcia define quem serão presa e predador. Por essa razão Henri e madame Pascal se armam para o contato de negócios, tentando avaliar criteriosamente seu opositor. Henri analisando a senhora: “Abre-se a porta. Deve ter quarenta e nove anos, talvez cinqüenta; faz os próprios vestidos; vê-se que é uma mulher só, e desconfiada de todo mundo: certamente deve achar que eu tentarei roubá-la no negócio oferecendo preços vis pela mercadoria”²⁴.

Mas ele não escapa do olhar avaliador da madame:

“À frente de madame Pascal estava um homem de ar solícito, bem (mas discretamente de preto) vestido, com uma calvície ridícula, e uma barba preta. Como era preta a barba dele! Ah! o patife pensa que me vai enganar, que venderei meus ótimos móveis por quatro vinténs. Mas ele vai ver uma coisa!”²⁵.

Esses pré-julgamentos delimitam as ações a serem tomadas. A questão é que os objetivos de ambos são diferentes. Henri tem consciência disso, portanto leva vantagem:

“Agora Henri está dentro da casa e examina os móveis judiciosamente. Os preços que oferece começam a vencer a desconfiança de madame Pascal, sua cortesia encantadora, sua manifesta educação, aparente na voz modulada e na elegância dos gestos, impressionam Pascal”²⁶.

Ciente das ações necessárias ao alcance de seu objetivo, Henri age almejando seduzir madame Pascal, pois apenas com confiança plena seu intento seria possível. Esse jogo de Henri, aliado aos julgamentos positivos que madame Pascal faz dele colaboram para o envolvimento do leitor e sua surpresa. A senhora não tem dúvidas em seu julgamento, “Um verdadeiro cavalheiro, pensa madame Pascal, vê-se que tem berço, que é bem nascido, distinto, educado, fino, sabe tratar uma dama”²⁷. Contudo, o leitor tem a

23 MANDEL, Ernest. *Delícias do crime: história social do romance policial*. Trad. Nilton Goldmann. São Paulo: Busca Vida, 1988. (col. Capa Preta, v.1), p. 105.

24 FONSECA, Rubem. Henri, In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 29.

25 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 30.

26 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 30.

27 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 30.

possibilidade de desconfiar dessa postura do protagonista, afinal lhe são apresentadas outras características do protagonista:

“Como são ignorantes as mulheres, pensou, as caras imbecis que fazem quando falo em Lamartine, supõem sempre tratar-se do açougueiro da esquina. Ah, o trabalho que ele tinha em recitar-lhes versos de Lamartine e Musset. Ao pensar nisso Henri ficou com grande pena de si mesmo; e raiva de madame Pascal, cuja mão enrugada, cheirando levemente a cebola, ele tivera que beijar”²⁸.

Esse pensamento do protagonista revela ao leitor a tática por ele aplicada. Ao contrário do que acredita sua vítima, ele se acha superior – como um predador em ralação a sua presa – e considera um verdadeiro fardo toda a encenação que precisa fazer. A narrativa, através dessas pistas lança o leitor num jogo, em que lhe são apresentados elementos cujo objetivo é despistá-lo ao mesmo tempo em que lhe são reveladas informações que suscitam a desconfiança sobre o protagonista. Outras pistas que se inserem nessa desconfiança são: o pequeno engano cometido por Henri, durante a viagem, quando ele exalta a guerra – momento em que Henri deixa vir à tona seu duplo, pista muito evidente afinal. E outra mais sutil, em que comenta a força das mãos do personagem, “Suas mãos fortes acariciavam o livro demoradamente”²⁹. A força de suas mãos converge com o estrangulamento. Porém, a ação de acariciar, circunstanciada pelo advérbio demoradamente, contrasta com essa ação cruel: “Agora! os polegares apoiaram-se com força na base do crânio e as pontas dos demais apertaram rápidas e firmes a garganta. Henri sentiu as cartilagens cedendo e logo em seguida os ossos da laringe se partindo”³⁰. Essa versatilidade entre acariciar e apertar, demoradamente, rápida e firme, faz-se necessária para a sedução e envolvimento da vítima, afinal, o estrangulamento é antecedido por uma massagem relaxante: “Seus dedos acariciaram a garganta de madame Pascal, seus ombros; que mãos suaves, pensou ela, que dedos hábeis, que homem encantador”³¹.

Um crime selvagem. A ação do esquarteramento – que não chega a ser descrita – acentua tal selvageria. A morte em si perde a capacidade de chocar o leitor; “A morte não é nada. O assassinato não é nada. O que transtorna é a selvageria do crime, porque

28FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 31.

29 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 29.

30 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 33.

31 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 33.

ela parece inexplicável”³². Nesse conto a selvageria pode ser relacionada com a própria selvageria do capitalismo. Ao comparar o crime com negócio e elaborar um personagem que é concomitantemente negociador e criminoso – pois para chegar ao crime ele negocia – a narrativa de *Henri* denuncia um contexto marcado pela crueldade. Planejamento, estratégia, frieza, crueldade caracterizam o crime, a guerra e o negócio capitalista. Henri encena literariamente o burguês capitalista em sua extrema competência.

Além de pensarmos as ações de Henri como estereótipo do pensamento burguês, é possível, ainda, fazermos uma leitura da orfandade do personagem. No conto, Henri sonha com o pai, este morto seis anos antes, por suicídio. No sonho, Henri visualiza seu pai no instante do enforcamento. Alguns aspectos nesse sonho devem ser mais detidamente observados.

Primeiramente o fato de ser o protagonista quem segura a corda na qual o pai está pendurado. Sabemos que um suicídio se configura como tal quando a vítima se auto-executa. Em seu sonho, Henri tem dificuldades para manter o corpo do pai suspenso: “Henri segura a corda e começa a puxar, é um peso enorme e ele tem que se ajoelhar no chão para conseguir fazer o corpo do pai subir”³³. Essa imagem permite um questionamento: Não estaria, Henri, de alguma forma se responsabilizando pelo suicídio do pai?

Outro destaque refere-se ao que Henri diz ao pai no sonho, momento em que o reconhece: “Henri reconhece seu pai: o pai junta as duas mãos como se estivesse rezando e coloca-as junto ao peito, suas mãos grossas, de dedos curtos e sujos de mecânico; motores não me atraem mais, diz ele para o pai; o pai não responde; nem vou mais à igreja; o pai não responde”³⁴.

Podemos depreender desse trecho uma ruptura de Henri com seu pai. Os dedos sujos de mecânico definem a profissão do pai do protagonista, e as mãos juntas ao peito, em forma própria para a reza, definem a religiosidade. Henri rompe com ambas, “Motores

32 BOILEAU, Pierre; NARCEJAC, Thomas. *O romance policial*. Trad. Valter Kehdi. São Paulo: Ática, 1991, p. 11.

33 FONSECA, Rubem. Henri, In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.31.

34 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 31.

não me atraem mais (...) nem vou mais à igreja”. Ora, a atração exacerbada por filósofos e poetas, além da ambição intensa de Henri não lhe permitiriam contentar-se com os caminhos profissionais e culturais do pai mecânico e religioso. Diante dessa recusa, fica o desgosto do pai, pelo fato de o filho não seguir os caminhos almeçados por ele. Apesar de a trama não esclarecer a esse respeito, os indícios sugerem que Henri relaciona o suicídio do pai a sua recusa em realizar os desejos paternos.

Essa ruptura configura-se como típica do declínio do pai. Na lógica capitalista, a hierarquia perde sua razão de ser. Portanto, um filho não deve limitar-se aos desejos paternos quando estes possam impedir a realização plena de seus próprios desejos. Principalmente quando se deseja alcançar prestígio econômico e social. O nome paterno impõe a necessidade de honra, e o individualismo capitalista liberta o sujeito dessa necessidade³⁵.

Henri nega a exigência paterna para a realização de seus desejos pessoais. Porém, essa ruptura acaba por ter consequências desastrosas para o pai do protagonista e para o próprio. Henri, via assassinatos em série – suas vítimas eram várias, “O interior da vila era mobiliado com móveis de dez procedências diferentes”³⁶ - exercia um poder supremo, que ele compara ao divino: “A vida era uma coisa imensa, grandiosa, a maior de todas as forças, e isso ele havia destruído, naquele momento com suas próprias mãos. Ele, Henri. Deus dava e tirava a vida? Ele, Henri, se quisesse podia fazer a morte”³⁷. As reflexões de Henri o colocam em patamar de comparação com Deus. Para Freud, a figura de Deus nada mais é do que o pai sob o prisma da religião – o pai engrandecido³⁸. Assim, Henri, ao “fazer” a morte consegue produzir algo comparável à produção divina.

A angústia de Henri se caracteriza pela repetição, em outros, do que ele acredita ter feito a seu pai. Na sociedade moderna, a ruptura com o nome paterno faz-se comum. O capitalismo, em seu culto exacerbado à individualidade, declinou o pai, a lei. Henri desejava a ruptura com seu pai, mas certamente não esperava a morte dele. Romper com a hierarquia é uma exigência capitalista, mas daí a “provocar” literalmente a morte do pai – o que Henri acredita que tenha ocorrido – é demasiadamente angustiante.

35 CRESPO, Noêmia Santos. *Modernidade e declínio do pai: Uma abordagem psicanalítica*. Vitória: Edufes, 2003.

36 FONSECA, Rubem. Henri, In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 33.

37 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 34.

38 FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão*. Trad. José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

O personagem Henri não possui família – pai, mãe, esposa, filhos. Inclusive, qualquer ligação afetiva atrapalhava seus negócios, por essa razão assassinou Andrée Babilay, com quem estava criando laços de afetividade, o que lhe poderia ser desastroso: “(...) um homem de meia-idade, careca e barbudo, e uma menina de olhos brilhantes e cabelos castanhos caindo pelo ombro – rindo e segurando-se, mão no braço, ombro no ombro, pé no pé, em plena rua, uma loucura”³⁹. Para tornar-se um grande negociador a afetividade precisa ser evitada – não seria também esta mais uma dentre as exigências capitalistas?

Portanto, Henri rejeita o enquadramento nos moldes familiares. Respeita apenas a ordem capitalista no que tange às estratégias de negócio. Um sujeito órfão, caracterizado principalmente pela ausência paterna, logo, pela ausência de lei. No Nome-do-Pai a lei – via interdição da realização plena do gozo - é instaurada para o sujeito, lei que geralmente confere com os padrões – éticos, culturais, religiosos, etc. – sociais. Para Henri, a ausência paterna confere-lhe a ausência dessa lei, por isso, ele mesmo a impõe, tudo em função de seu negócio. Com habilidade e maestria, Henri joga, sugere, encena, estipula as regras, determina sua própria lei, e o faz com extrema eficiência: “(...) pois de facão e machado começou a esquartejar o seu corpo com uma segurança de mestre”⁴⁰.

39 FONSECA, Rubem. Henri, In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 32.

40 FONSECA, Rubem. Op. Cit., p. 34.

8. CONCLUSÃO

“Esse esforço que farei agora por deixar subir à tona um sentido, qualquer que seja, esse esforço seria facilitado se eu fingisse escrever para alguém.”

Clarice Lispector, *Um sopro de vida (pulsações)*.

O trabalho de crítica literária aproxima-se dessa árdua, porém, inevitável tarefa de fazer com que algum sentido surja à tona. Sem escrever precisamente para alguém, a leitura e interpretação literária sugere a busca de um sentido dentre os incessantes, busca, decerto, que nunca se realiza.

Um percurso errante, certamente, evidenciado pela anulação do Eu e pela liberdade condicionada ¹. Visão negativa do exercício crítico? Apesar de, num primeiro instante, poder soar paradoxal, não. A resistência se faz presente, mas assumir essa tarefa errante é irremediável, uma vez que o gozo da literatura – lembrando Barthes – é o único que nos permite o “deslocar-se” e, através deste, certamente, a verdadeira possibilidade de viver-se.

Assim, perseguimos uma possibilidade de gozo proporcionado pela literatura fonsequiana. Discutir, pela ficção de Rubem Fonseca, questões relacionadas à família nos permitiu trazer à tona aspectos que de forma complexa envolvem a formação psíquica do indivíduo.

A orfandade literariamente encenada por alguns dos personagens fonsequianos nos serviu como suporte para discutirmos sobre processos típicos da contemporaneidade. A sociedade, submersa em valores tipicamente capitalistas, que sugerem o rompimento com a hierarquia e com a tradição; repudia a imposição paterna e as delimitações que o Nome-do-Pai impõe ao sujeito.

¹ BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*. 3 ed. Trad. Leyla Perrone Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2003.

Como possíveis consequências, encontramos sujeitos excessivamente violentos, sem culpa, que ignoram a lei. Num indivíduo ausente das exigências paternas, sem um nome paterno a zelar, a lei se torna insignificante, sem razão de ser.

O sentido outro que procuramos engendrar à obra de Rubem Fonseca paira entre as inúmeras possibilidades que norteiam um texto literário. Acreditamos que o caminho percorrido possibilitou uma maior aproximação com a produção literária do escritor.

E o gozo alcançado, esse que permite o deslocamento, não pode ser traduzido em palavras. Mas, é inegável que as possibilidades alcançadas pelo exercício da crítica literária, ainda que nos imponham o deslocar ou a anulação do Eu, não nos deixam, jamais, no abandono.

9. BIBLIOGRAFIA

TEXTOS DE RUBEM FONSECA

FONSECA, Rubem. *A força Humana*, In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *A confraria dos espadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. “*Botando pra quebrar*”. In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *Feliz Ano Novo*, In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *Guiomar*, In: *Ela e outras mulheres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Henri*, In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *Jéssica*, In: *Ela e outras mulheres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Meu avô*, In: *Pequenas criaturas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *O Cobrador*, In: *Contos Reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *Passeio noturno Parte I*, In: *Contos reunidos*. Organização: Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *Um dia na vida de dois pactários*, In: *A confraria dos espadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Vastas emoções e pensamentos imperfeitos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SOBRE RUBEM FONSECA

BOZZI, Aurélia Hübner Peixoto. *Decifrando o \$exo: a venda de corpos e a alma alugada em três contos de Rubem Fonseca*. 2001. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários – UFES).

FERREIRA FILHO, Benjamin Rodrigues. *A confraria dos bibliófilos: leitores e livros na ficção de Rubem Fonseca*. Dissertação de Mestrado. Vitória: UFES, 1999.

MACHADO, Tânia Rejanne de Sousa. *Cidade e violência na literatura brasileira: proposta de uma leitura em Rubem Fonseca*. 2005. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários – UFES).

PADILHA, Fabíola. *A cidade Tomada e a ficção em dobras na obra de Rubem Fonseca*. Vitória: Flor & Cultura, 2007.

VIEGAS, Ana Cristina Coutinho. *Campos recepcionais da obra de Rubem Fonseca*. 1998. Tese (Doutorado em teoria literária – UFRJ).

SOBRE PSICANÁLISE

BRAZIL, Hórus Vital. *Dois ensaios entre psicanálise e literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

CHULAM, Tania Maria Olivier. *Escritos sobre os escritos de Lacan. Roteiro de leitura: Vocabulário e termos*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1981.

CRESPO, Noêmia Santos. *Modernidade e declínio do pai: Uma abordagem psicanalítica*. Vitória: Edufes, 2003.

FIGUEIRA, Sérvulo. *O contexto social da psicanálise*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981.

FREUD, Sigmund. *A história do movimento psicanalítico*. Trad. Thelmira de Oliveira Brito. Rio de Janeiro: Imago, 1999.

_____. *Além do princípio de prazer*. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969, V.XVIII.

_____. *Conferências introdutórias sobre psicanálise (parte III)*. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1969

_____. *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos*. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Volume XXIII. 2ª edição. Rio de Janeiro: Imago, 1994

_____. *O ego e o id e outros trabalhos*. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, Vol. XIX

_____. *O futuro de uma ilusão*. Trad. José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

_____. *O mal-estar na civilização*. Trad. José Octávio Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

_____. *Totem e tabu*. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1974, V.XIII.

_____. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Trad. Paulo Dias Corrêa. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

FROM, Erich. *Grandezas e limitações do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

LACAN, Jacques. *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1978. Coleção Debates (132).

_____. *Nomes-do-Pai*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

_____. *O Eu na teoria de Freud e na Técnica da Psicanálise*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985.

_____. *O Seminário: livro I: os escritos técnicos de Freud*. Trad. Betty Mislan. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986

_____. *O Seminário: livro II: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.

_____. *Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

_____. *Nomes-Do-Pai*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

MENDONÇA, Antônio Sérgio. *O ensino de Lacan*. Rio de Janeiro: Edições Gryphus (Forense), 1993.

PORGE, Erik. *Os nomes do pai em Jacques Lacan: pontuações e problemáticas*. Trad. Celso Pereira de Almeida. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998.

SAFOUAN, Moustapha. *Estudos sobre o Édipo. Introdução a uma teoria do sujeito*. Trad. Anamaria Skinner Stuyzer. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

BIBLIOGRAFIA GERAL

BARTHES, Roland. *Aula*. 12 ed. Trad. Leyla Perrone Moisés. São Paulo: Cultrix, 2004.

_____. *Crítica e verdade*. 3 ed. Trad. Leyla Perrone Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da Pós-Modernidade*. Trad. Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.

BOILEAU, Pierre; NARCEJAC, Thomas. *O romance policial*. Trad. Valter Kehdi. São Paulo: Ática, 1991.

CANDIDO, Antonio. *A personagem de ficção*. 9ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.

COMPAGNON, Antonie. *O demônio da teoria: Literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Trad. M. T. Costa Albuquerque. Revisão Técnica de J. G. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

EAGLETON, Terry. *As ilusões do Pós-modernismo*. Tradução Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996.

_____. *Teoria da Literatura: Uma Introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOMES, Renato Cordeiro. *Modernização e controle social – planejamento, muro e controle social*. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). *Narrativa da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p.199-213.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Tradução Adail Ubirajara. Rio de Janeiro: Ed. Loyola, 1989.

LISPECTOR, Clarice. *Um sopro de vida (pulsações)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

MANDEL, Ernest. *Delícias do crime: história social do romance policial*. Trad. Nilton Goldmann. São Paulo: Busca Vida, 1988. (col. Capa Preta, v.1).

MENEZES, Philadelpho. *A crise do passado: modernidade, vanguarda, metamodernidade*. São Paulo: Ed. Experimento, 1994.

MORAES, Alexandre J. Marinho. *O outro lado do hábito: modernidade e sujeito*. Vitória: EDUFES, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2002.

VELHO, Gilberto, ALVITO, Marcos. *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996.